

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

LUÍS ADRIANO DE SOUZA CEZAR

**E O FUTURO SE DISSOLVIA NO MORMAÇO AMAZÔNICO:
PARALISIA ECONÔMICA E SOLIDÃO CULTURAL
NA MANAUS DE RELATO DE UM CERTO ORIENTE**

PORTO ALEGRE – RS

2014

LUÍS ADRIANO DE SOUZA CEZAR

**E O FUTURO SE DISSOLVIA NO MORMAÇO AMAZÔNICO:
PARALISIA ECONÔMICA E SOLIDÃO CULTURAL
NA MANAUS DE RELATO DE UM CERTO ORIENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira.

Orientadora: Prof^ª. Dr. Gínia Maria de Oliveira Gomes

PORTO ALEGRE – RS

2014

O arranchamento ficou abandonado; e foi chovendo dentro; desabou um canto de parede; caiu uma porta, os cachorros gaudérios já dormiam lá dentro. Debaixo dos caibros havia ninhos de morcegos e no copiar pousavam as corujas; os ventos derrubaram os galpões, os andantes queimaram as cercas, o gado fez paradeiro na quinta. O arranchamento alegre e farto foi desaparecendo... o feitio da mão de gente foi-se gastando, tudo foi minguando; as carquejas e as embiras invadiram; o gravatá lastrou; só o umbu foi guapeando, mas abichornado, como viúvo que se deu bem em casado...; foi ficando tapera... a tapera... que é sempre um lugar tristonho onde parece que a gente vê gente que nunca viu... onde parece que até as árvores perguntam a quem chega: – onde está quem me plantou?... onde está quem me plantou?... –

(Simões Lopes Neto)

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação é um trabalho impiedosamente solitário. São horas e mais horas diante de um computador lutando contra a insensível página em branco. Todavia, na *retaguarda* desse processo em que se fecha o mestrado, há um grupo de pessoas que tornam o processo menos doloroso... Por essa razão, começo agradecendo aos meus pais, Godoi e Maria, cujo apoio – especialmente o financeiro – possibilitou-me uma eterna adolescência: sempre reclamando da vida, do trabalho, da dissertação... Além deles, agradeço à minha incrível orientadora: a dedicação, a responsabilidade e a competência da professora Gínia são atributos raros, muito raros, quase extintos. Certamente, eu tenho mais sorte do que juízo.

A minha companheira de vida, Amanda, também merece um emocionado agradecimento; afinal, a vida de um mestrado precisa de um tempero. Não posso esquecer as minhas irmãs, Vivian e Daiana, assim como eu, sobreviventes das iras gabrielenses, santamarienses, porto-alegrenses... Sobre nós, somente nós sabemos.

Agradeço ao Guilherme, meu irmão rio-grandino; juntos, nós mostramos que a capital tem muito a aprender com o interior. Ao lado dele, preciso agradecer ao Tiago e ao Éder, dois gênios que nos deram o privilégio da amizade. Também merecem todo o meu carinho a Nathália, a Paula e a Márcia, as outras colegas que compuseram uma turma de pós-graduação única. Como o nosso grupo, outra banca não conseguirá reunir. Não posso me esquecer das agregadas Gabriela, Juliana e Priscila: fundamentais para o sucesso da nossa *panelinha*.

Finalmente, devo agradecer aos professores do mestrado, Antônio Sanseverino, Homero Araújo, Luís Augusto Fischer e Jane Tutikian, e ao professor da graduação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Fernando Villarraga. Sou grato ao trabalho dos senhores.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre *Relato de um certo Oriente* (1989), de Milton Hatoum. Nesse estudo, ganha realce a Manaus representada no romance. Sob os influxos do Ciclo da Borracha e da Zona Franca, dois processos modernizadores que, em momentos distintos do século XX, visaram ao desenvolvimento da cidade, essa capital amazonense é interpretada em seus valores de descontinuidade econômica e cultural em relação a outras regiões brasileiras. Recorrendo ao auxílio do discurso histórico, esta dissertação propõe um viés crítico para a obra, por conta do qual ela é analisada, enquanto a primeira representante de uma série romanesca em que se destaca a consciência do atraso amazônico. Em razão disso, recebe importância a discussão a propósito da escolha narrativa do romance e da constituição de algumas personagens submetidas a desdobramentos negativos da entrada arrebatadora do capital estrangeiro em Manaus. Desse modo, este trabalho argumenta que o ponto de vista narrativo do romance apresenta uma valoração de tal modo pessimista para a chegada do progresso que se dá a ver, em suas mais profundas condições de miserabilidade humana e de desrespeito cultural, setores minoritários e excluídos da sociedade manauara em relevo.

Palavras-chave: *Relato de um certo Oriente*; Manaus; modernização.

ABSTRACT

This work presents a study about *Relato de um certo Oriente* (1989), of Milton Hatoum. In this research, gains relief the Manaus represented in the novel. Under the inflows of the Rubber Cycle and of the Free Economic Zone of Manaus, two modernizing processes that, in distinct moments of the 20th century, looked for the development of the city, this amazon capital is interpreted in its values of economic and cultural discontinuity in relation to another brazilians regions. Running to the support of the historical speech, this thesis proposes a critical look to the work, whereby it is analyzed, while the first representative of a novelistic range wherein the conciousness of the amazon delay stands out. For this reason, gets importance the discussion in despite of the chosen narrative of the novel and of the constitucion of some characters submitted to negative developments of the sweeping entry that the narrative point of view of the novel shows a valoration quite pessimistic for the incoming of progress that allows to realize, in its more deep conditions of human misery and of cultural disrespect, minority sectors and excluded of the manauara society raised.

Keywords: *Relato de um certo Oriente*; Manaus; modernization.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1 MODERNIDADE MANCA: A PARIS DOS TRÓPICOS	15
1.1 Manaus sob a lente de uma Hasselblad	15
1.2 A ascensão do espírito republicano e as transformações urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro	18
1.3 O fausto gomífero e a construção de uma Paris nos trópicos	25
1.4 A cegueira do fausto	37
2 MUTISMO ANCESTRAL: A SORTE DOS ÍNDIOS	39
2.1 Da Paris dos Trópicos à Cidade Flutuante	39
2.2 Anastácia Socorro: “triste agora, logo desesperada, amanhã resignada”	47
2.3 Emilie: cordialmente perversa	53
2.4 A ancestralidade da submissão	55
3 NARRAÇÃO ENJEITADA: O RELATO DE UMA BUSCA IMPOSSÍVEL	63
3.1 Um autor que escrevia “à margem da história”	63
3.2 Arejando alguns cômodos empoeirados	66
3.3 O autor que deu voz aos fundos da casa	68
3.4 O desrecale de uma narradora descentrada	71
3.5 A mão que acolhe é a mesma que açoita	79
3.6 Uma narração bem equacionada	82
4 UM PASSEIO PELO OUTRO MUNDO: O TRISTE HOSPÍCIO QUE ABRIGA MONSTROS	85
4.1 O futuro visto da selva	85
4.2 Um relato pessimista	90
4.3 Os soldados da borracha	92
4.4 O nacional-desenvolvimentismo, a construção de Brasília e o golpe militar de 1964	94
4.5 A Zona Franca de Manaus e a volta da Amazônia à consciência nacional	96
4.6 Um passeio pela cidade proibida	98

CONSIDERAÇÕES FINAIS **105**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **107**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando se inicia a produção de um trabalho acadêmico cujo objeto privilegiado é o texto literário, a primeira e mais óbvia atitude a ser tomada é ler a fortuna crítica a propósito do autor e sua obra. Nesta dissertação, a ordem dos fatos não se deu diferente; e, durante algum tempo, os intérpretes de Milton Hatoum se tornaram o centro das atenções. Justamente nesse momento, em que se embaralham uma abundância de pontos de vista, germinou a perspectiva norteadora deste trabalho. Após vinte e cinco anos do seu lançamento no romance brasileiro, Hatoum se transformou em um dos autores mais celebrados pela crítica, pelos leitores e, obviamente, pelo mercado editorial. Não espanta, portanto, a profusão de dissertações, teses, artigos, ensaios, resenhas e comentários de todo o tipo a respeito da produção de um escritor que estreou já maduro, aos trinta e sete anos, da – ainda hoje – desconhecida e misteriosa Amazônia.

Como não poderia ser diferente, esse acúmulo de textos aponta para todos os lados; todavia, na maior parte deles, observa-se que um caminho de análise é tratado de maneira lateral. Ora, por onde anda a historicidade nas interpretações realizadas a respeito da obra desse autor manauara? Ela certamente existe; e quando levada a cabo, rende bons frutos.¹ Entretanto, além de escasso e, muitas vezes, contaminado por outros, esse viés não se afasta muito de *Dois Irmãos* (2000) e *Cinzas do Norte* (2005), dois romances nos quais pulsa a força da história brasileira, especialmente a que se refere aos anos da Ditadura. Apesar dessa constatação, o embaraço é anterior a eles; e *Relato de um certo Oriente* (1989)? Como interpretá-lo tão somente como um romance em que interagem elementos culturais árabes e amazônicos? O prisma que favorece o tema da imigração e seus desdobramentos identitários e culturais é válido e de importância irrefragável no contexto da crítica literária a respeito do primeiro texto de Milton Hatoum. A questão, o problema em torno do qual se debate este trabalho, é que o romance de estreia não se esgota por aí; assim como tampouco se esgota na influência da narrativa oral ou no repisado trabalho com a memória que constitui essa e todas as outras obras de Hatoum.

Em *Relato de um certo Oriente*, embora de maneira muito mais tímida e sutil do que nos romances posteriores, a narração põe de pé uma Manaus na qual se dá a ver praticamente

¹ Um exemplo interessante é a dissertação de Mestrado de Vera Helena Picolo Ceccarello, intitulada *A alegoria do dualismo brasileiro na obra “Dois Irmãos” de Milton Hatoum* e defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP.

um século de transformações: desde os últimos suspiros do Círculo da Borracha até os anos que sucedem a implantação do parque industrial da Zona Franca. Dessa maneira, a produção, a leitura e a apreciação deste trabalho exigem, antes de tudo, a consciência de que ele lida com os detalhes; são em pequenos trechos, frases e movimentos da narrativa nos quais se desvela a cidade de Manaus em suas contradições.

E talvez nesses detalhes resida, (se assim pode ser enunciada), uma espécie de negação histórica para o romance hatoumniano; em especial para o que inicia a série. Sobre este último, é um minimalismo que pode colocar o trabalho do crítico em maus lençóis... Mas o risco está aí, e alguém deveria corrê-lo... Assim, esta dissertação se equilibra e se justifica em um ajuste bastante apurado da lente de análise: a visada para o romance deve ser a mais atenta possível, a fim de que não se perca em uma palavra, em um gesto ou em uma expressão todo um fundamento histórico que sustenta, estrutura e movimenta as personagens, o enredo e a narração de *Relato de um certo Oriente*. Por essa razão, a análise aqui empreendida se embasa em uma linha histórica que, após alguns cálculos permitidos por uma *close, close reading*, perpassa as idas e vindas deste trabalho. Ora, em um dado momento da narrativa, Hakim, filho de Emilie e uma das vozes *sobrevoadas* pela narradora do romance, afirma que a sua partida de Manaus se deu em 1955. Mais adiante, a própria narradora faz alusão a uma conversa em que Samara Délia, irmã de Hakim, comenta: “Lá se vão quase dez anos que ele [Hakim] foi embora e nunca me escreveu uma linha” (HATOUM, 2008, p.17). Considerando a viagem do primogênito de Emilie, esse encontro entre a mulher inominada e a mãe de Soraya Ângela aconteceu em meados da década de 1960. Indo além, sabe-se que a narradora sem nome saiu de Manaus pouco tempo depois dessa conversa e somente retornou quase vinte anos depois, em concomitância com a morte da mãe adotiva. Dessa maneira, é possível afirmar que o falecimento de Emilie e os consequentes relatos que compõem a organização final do romance situam-se em algum momento da década de 1980.

Se postos em diálogo com o discurso histórico, os resultados desse cálculo possuem implicações da mais absoluta profundidade no argumento desenvolvido neste trabalho. A primeira delas, e provavelmente a mais importante, refere-se à circunstância da narração; isto é, o momento em que, de posse de um gravador e de cadernos para anotação, a narradora recolhe e organiza os relatos de Hakim, Gustav Dorner e Hindié Conceição. Conforme observado, essa atitude está marcada temporalmente; aceita a proposta dos anos 1980, a volta da filha adotiva de Emilie se dá em uma Manaus sob os influxos da implementação da Zona Franca há, pelo menos, quinze anos. Todavia, não se sentem apenas os desdobramentos desse

projeto modernizador no âmbito narrativo; também se podem observar, na capital amazonense que os narradores do romance erigem, os tempos áureos da borracha. Este período fundador da Manaus moderna ganha contornos no interior da narrativa, por meio da voz do fotógrafo alemão Gustav Dorner, o qual relembra o suicídio do jovem libanês Emir, irmão de Emilie, e comenta que, segundo alguns jornais da época, o cadáver encontrado no Rio Negro tanto podia ser do imigrante libanês, quanto “podia ser mais um dos tantos combatentes que tombaram na sangrenta escaramuça de 1910, entre forças do governo e federalistas” (HATOUM, 2008, p.61). Neste ponto, a narrativa, (sobre a qual se sabe, evidentemente: não é espelho, tampouco um simples documento da história), *finca o pé* no conhecimento histórico e faz menção ao Bombardeio de Manaus, evento ocorrido em 8 de outubro de 1910, no qual, sob as ordens do Almirante Alexandrino de Alencar, a capital amazonense foi atacada pelas forças da Marinha². Daí se pode compreender que a morte de Emir é contemporânea a esses fatos e, conseqüentemente, aos últimos anos do *rubber boom*; assim, *Relato de um certo Oriente*, suas personagens e a maneira como estas interagem no interior e nas proximidades do sobrado dos libaneses, recebem um novo foco de luz, em virtude do qual se pode ver, além da formação de uma incipiente burguesia atrelada a atividades comerciais, cujos principais representantes são os imigrantes de origem árabe, a decadência dos negócios da borracha e a posterior imobilidade econômica e cultural da região influenciarem, sobremaneira, as formas de sociabilidade estabelecidas nessa Manaus de meados de século XX.

Não é sem motivos, por conseguinte, que, seja para um leitor principiante, seja para um leitor experimentado, especialmente o primeiro e o último capítulos poderão causar algum desconforto ou mera estranheza: isto é um trabalho de história ou de literatura? Isto é uma pretensa análise literária ou um arremedo de debate sociológico? Enfim, o importante é mostrar que, de acordo com o primeiro parágrafo destas “Considerações Iniciais”, o apelo ao conhecimento histórico nasce de uma necessidade de redimensionamento do viés crítico para o romance de estreia de Milton Hatoum. Por essa razão, o capítulo intitulado “Modernidade manca: a Paris dos Trópicos”, partindo do relato de Dorner, em que o alemão menciona não apenas a morte de Emir, mas também os tempos em que ganhava a vida tirando fotos de famílias abastadas de Manaus, apresenta a ascensão e a ruína de um período fundamental para o desenvolvimento histórico, econômico e social dessa cidade. Fruto da confluência entre as

² O jornal porto-alegrense *Correio do Povo* noticiou em 22 de outubro de 1910 o ataque a Manaus. Em 2010, lembrando os cem anos do evento, o *site* do jornal publicou a notícia em grafia da época: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=24&Caderno=0&Noticia=213012>

exigências do mercado internacional e as condições políticas e mentais forjadas pelo advento da República, o Ciclo da Borracha é levado à discussão em seus movimentos predecessores e em suas consequências mais imediatas e interpretado como um processo de modernização conservadora que relegou, desde as primeiras medidas, à segregação socioespacial os aliados de um progresso calcado nos interesses do capital estrangeiro.

Lançadas as bases históricas sobre as quais repousa o primeiro romance de Milton Hatoum, o segundo capítulo, “Mutismo ancestral: a sorte dos índios”, apresenta o modo pelo qual se internaliza na narrativa a degradante condição a que os desvalidos de uma Manaus estagnada economicamente, em especial os de origem indígena, foram submetidos nos anos subsequentes à decadência do fausto gomífero. Para tanto, o debate inicia pela formação da Cidade Flutuante, um imenso aglomerado humano cujos limites de existência estão intrinsecamente ligados ao término definitivo do Ciclo da Borracha (1920) e da construção do parque industrial da Zona Franca (1967). Em razão da referência a esse *bairro* manauara pela voz de Hakim, argumenta-se que alguns de seus moradores estabelecem formas de dependência com a matriarca da família libanesa. Tal vínculo leva a um outro argumento, por conta do qual se compreende que a influência de Emilie se estende para muito além dos limites do sobrado dos imigrantes e, tendo em vista a maneira como a mãe de Hakim equaciona suas relações em fórmulas nas quais avultam valores de intimidade, defende-se a aproximação dessa prática à chave interpretativa proposta por Sérgio Buarque de Holanda em “O homem cordial”, de *Raízes do Brasil*. O afeto que sustenta o traquejo social de Emilie – em torno de quem se agregam, a fim de obter algum favor ou proteção, homens e mulheres cujas oportunidades de rumo certo e positivo na vida são mínimas – manifesta toda a sua perversidade no interior do casarão, onde empregadas domésticas (de origem indígena, em sua maioria) são submetidas a um regime semelhante à escravidão. Dessa maneira, valendo-se de um percurso histórico acerca dos indígenas (mais detidamente as índias) no contexto amazônico, chega-se a uma linha de ancestralidade em que se observa a submissão de algumas personagens de origem autóctone aos desmandos e caprichos da família-núcleo do romance.

Após ajustar, no primeiro capítulo, a perspectiva para a análise do romance e compreender, no segundo, a forma por que esse fundamento histórico se torna parte integrante não somente da constituição das personagens, mas, sobretudo, da maneira como interagem os membros de uma pequena elite comercial e a leva de miseráveis da cidade representada, o terceiro capítulo, “Narração enfeitada: o relato de uma busca impossível”, mostra que ponto

de vista narrativo e matéria narrada aproximam-se na medida em que o romance privilegia setores minoritários da sociedade manauara. Nesse sentido, discute-se, inicialmente, a posição de um autor pertencente a um espaço historicamente relegado à periferia das preocupações nacionais e a formulações imaginárias que o limitam na imensidão dos atributos naturais e apagam as especificidades do seu elemento humano. Mais adiante, essa proposta se expande e defende que as vozes narrativas desse autor também habitam espaços periféricos dos universos representados; com especial atenção, naturalmente, para a voz que se sobrepõe às outras de *Relato de um certo Oriente*. Em acréscimo a isso, desenvolve-se, tendo em vista as proposições de Renato Cabral Rezende e Rodrigo Soares Cerqueira no singelo artigo “A cordialidade em *Relato de um certo Oriente*, de Milton Hatoum”, o argumento de que a cordialidade associada à conduta social de Emilie se divide em dois traços diversos: o primeiro acolhedor, apresentado pela narração da mulher sem nome; o segundo violento, levado adiante pelas vozes de Hakim e de Dorner. Sendo assim, a estreia romanesca de Hatoum equaciona um modo narrativo específico, em virtude do qual se dá a ver, sob uma perspectiva não hegemônica no contexto da tradição narrativa brasileira e, especialmente, no universo diegético em destaque, uma Manaus que se debate entre as ruínas do Ciclo da Borracha e a ânsia por desenvolvimento da Zona Franca.

No quarto e último capítulo, “Um passeio pelo outro mundo: o triste hospício que abriga monstros”, novamente o discurso histórico ganha a cena; dessa vez, entretanto, sem a mesma extensão do primeiro capítulo. Isso se justifica, em razão do imperativo de mostrar sobre qual Manaus a narradora, há duas décadas afastada da terra natal, pisa em seu retorno à cidade. Ao longo desses anos, a pacata capital do Amazonas, ainda bastante afetada pela imobilidade econômica, dá lugar, em um processo semelhante ao observado nas primeiras décadas do século, a uma rápida e *atabalhoada* urbanização, de consequências severamente negativas para as populações desassistidas por essa nova modernização de caráter eminentemente conservador. Pelo olhar da narradora-organizadora do romance, durante um passeio por espaços proibidos na infância, vem à tona uma Manaus escondida atrás dos igarapés, para a qual não se dirigem os turistas e suas máquinas fotográficas. Desse modo, busca-se inserir a produção romanesca de Milton Hatoum, por conta, especialmente, da sua reiterada temática amazônica, em um contexto de discussões científicas, acadêmicas e políticas que objetivam a valorização da Amazônia em suas reais possibilidades econômicas, tecnológicas e humanas; e, conquanto se alie ao debate que pretende ajustar o foco para o desenvolvimento sustentável dessa região, argumenta-se que a obra de Hatoum se destaca –

ao mesmo tempo em que se diferencia – por apresentar um viés pessimista para a chegada do progresso em Manaus³.

Assim sendo, este trabalho se estrutura, em última instância, sobre os arraigados valores da descontinuidade econômica e cultural que, desde as mais remotas representações discursivas, marcaram a região amazônica no imaginário internacional (e não apenas internacional, evidentemente). É por essa razão que, já no primeiro capítulo, busca-se compreender a ânsia da elite gomífera em ajustar o passo de Manaus em relação às outras capitais brasileiras que também se modernizavam no período: Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. Em sentido análogo, situa-se a implementação da Zona Franca como uma forma de resolver não somente a estagnação que os fracassados Ciclo da Borracha e Batalha da Borracha relegaram à capital amazonense, mas, sobremaneira, inserir a esquecida Paris dos Trópicos no mesmo ritmo do nacional-desenvolvimentismo a respeito do qual se ouviam longínquos ecos vindos de Brasília. Não é de se estranhar, portanto, que, ao longo das próximas páginas, descontinuidade, descompasso e outros tantos sinônimos sejam repetidos, reformulados e amplamente utilizados, a fim de mostrar que *Relato de um certo Oriente* inaugura uma produção romanesca em que a consciência desse atraso contamina narradores, personagens, enredos e as mais diversas escolhas temáticas.

³ A respeito desse pessimismo narrativo, é preciso acrescentar que ele é levemente abordado no terceiro capítulo e recebe atenção mais detida no último. Além do mais, ele não se restringe somente a *Relato de um certo Oriente* e se alastra pelos outros romances, pela novela *Órfãos do Eldorado* (2008) e pelos contos de *A Cidade Ilhada* (2009).

1 MODERNIDADE MANCA: A PARIS DOS TRÓPICOS⁴

1.1 Manaus sob a lente de uma Hasselblad

As câmeras fotográficas Hasselblad são famosas, sobretudo, por conta da sua parceria com a NASA. Em 1962, os tripulantes da primeira viagem espacial americana carregaram consigo uma Hasselblad 500C com algumas modificações para torná-la resistente às viagens em órbita. Neil Armstrong, em 1969, fotografou seu passeio lunar com uma Hasselblad EDC. E desde 1972, quando o último homem pisou na superfície lunar, há doze exemplares dessa câmera à espera de alguém para conferir se as lentes suportaram todos esses anos sem gravidade. A história da Hassel, todavia, antecede – e muito – a da corrida espacial. Criada em 1841 pelo sueco Victor Hasselblad, a marca é um clássico não só por ter clicado os primórdios da aventura humana no espaço, mas, especialmente, por ter nascido em quase concomitância com a fotografia; ainda hoje, os modelos da Hassel são a referência e o desejo de qualquer fotógrafo que se intitule profissional.

Seis décadas antes do *maior passo da humanidade*, o mundo experimentava o alvorecer de um século que apregoava a conquista da técnica sobre a natureza; enfim o homem superaria os males sociais por meio da tecnologia. Talvez a Primeira Guerra Mundial, logo ali, em 1914, tenha esfriado um pouco os ânimos... Mas o ser humano, com suas indústrias e sua rede de comércio ampliando-se por todo o globo, deixava de lado o cavalo, as carroças e as charretes para dirigir automóveis pelas avenidas das grandes cidades que se desenvolviam desde o século anterior. Além do carro, das metrópoles e da prosperidade advinda do progresso material, o homem também assistia a si mesmo em movimento nas telas do cinema. Havia a euforia da triunfante sociedade burguesa, testemunhada, desde o princípio, pelas lentes das Hasselblad que se alastravam mundo afora.

Também sob o visor de uma Hasselblad, desvela-se a Manaus enquadrada por Gustav Dorner. O alemão de Hamburgo, amigo íntimo de Emilie e viajante experimentado dos rios amazônicos, compôs, munido de sua caixa preta atada à cintura, um acervo de surpresas da vida manauara e de seus arredores: “retratos de um solitário, de um mendigo, de um pescador,

⁴ Este título dialoga com o prefácio de *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920* (Edinea Mascarenhas Dias). Escrita por Milton Hatoum, essa introdução intitulada *Manaus: o impasse da modernidade*, ao se referir aos tempos do auge gomífero, apresenta a expressão “modernidade manca”.

de índios [...], de pássaros, flores e multidões.” (HATOUM, 2008, p.53) Nada escapava ao sistema ótico de Dorner, tampouco os transatlânticos que agitavam o Manaus Harbour no início do século passado. No convés desses navios ou nos jardins dos casarões da cidade, reuniam-se as famílias dos poderosos barões da borracha; em tempos de uma abundância monetária jamais experimentada pelo Norte brasileiro, os donos do destino das populações urbana e ribeirinha queriam eternizar o fáustico momento de riqueza da incipiente capital amazonense.

Nas mãos habilidosas de Dorner, a lendária Hasselblad registra de modo incessante as cenas mais singulares do dia a dia amazônico. Desde o vaivém de um núcleo urbano que se erige em plena selva até a infinitude de rios, animais e plantas do interior. Ainda que a câmera seja manejada por uma personagem que, à primeira vista, mostra-se absorvida por um profundo sincretismo cultural (neste ponto, é preciso lembrar que o próprio Dorner, em um dos momentos nos quais lhe é propiciada a narração, destaca o estranhamento oriundo de um estrangeiro rezando Ave-Maria em nhengatu), a Hassel não omite um dado fundamental da narrativa: os olhos azuis que regulam a lente são de um europeu. Este, talvez, não carregue consigo as limitações eurocêntricas de outrora, quando Pero Vaz de Caminha redigiu a *Carta a El-Rei* ou quando os primeiros viajantes que chegaram à região amazônica, como Frei Gaspar de Corvajal e Pe. Cristóbal de Acuña, construíram relatos cujos pontos de vista não se furtavam de aspectos fantasiosos ou de conotações naturalistas; não obstante é, ainda assim, estrangeiro.

E de tal modo estrangeiro que o alemão se surpreende e se revela hipnotizado com a raridade da orquídea vermelha de Emir; tão estrangeiro que, diante das insinuações perversas a propósito da morte do amigo libanês, distancia-se culturalmente e enuncia: “É assim a vida na província [...]”. (HATOUM, 2008, p.59) Aqui, província assume uma acepção demasiado carregada de conotações negativas: Manaus ainda é lugar do atraso; embora fantasiada de cidade moderna, com aspirações de Paris das Selvas, os costumes manauaras do início do século revelam uma espécie de sociabilidade em que o burburinho a respeito da vida alheia recebe proporções que podem prejudicar a reputação de uma pessoa ou de toda uma família. Com esse mesmo viés, Dorner utiliza termo correlato, “vida provinciana” (HATOUM, 2008, p.102), para se referir aos disparates que o davam como pai da menina surda-muda Soraya Ângela.

A Hasselblad empunhada por Gustav Dorner, além de revelar um botânico apaixonado pelas mais variadas espécies de orquídea existentes na flora amazônica e um intelectual atento

aos costumes dos manauaras, também mimetiza o ponto de vista de um estrangeiro que se mostra consciente da própria singularidade em relação aos demais moradores de Manaus. Por conta dessa distância cultural, da voz de Dorner saem observações deveras pertinentes a propósito das formas de sociabilidade que se moldavam em uma Manaus do princípio do século XX.

Além do comentário acerca dos hábitos de província da capital amazonense, o fotógrafo alemão também focaliza a perversa relação existente entre os empregados – caboclos e indígenas – e os senhores – comerciantes e famílias envolvidas nos negócios da borracha. Todavia, este ponto será abordado, mais adiante, em um capítulo apropriado. Por ora, ganhará realce justamente a Manaus mediada pela Hasselblad de Dorner. Este, arrebatado pela orquídea nas mãos de Emir, interrompe sua marcha e não resiste a fotografar a flor raríssima. Mal sabia o fotógrafo que essa imagem também eternizaria um dos últimos instantes do libanês. Do coreto da praça, o irmão de Emilie ruma para o fundo do rio, e o alemão Gustav Dorner, para uma das tantas casas que abrigavam famílias abastadas de Manaus. Cabia ao imigrante europeu, com a sua moderna câmera sueca, captar os melhores ângulos da família Ahler. Esta é apenas um exemplo ficcionalizado das inúmeras que assomaram como detentoras de vultosas fortunas advindas dos altos preços da borracha amazônica no mercado exterior.

Ao relatar os momentos que antecedem ao suicídio de Emir, Dorner também enseja a representação de uma Manaus a pleno vapor durante o Ciclo da Borracha. Importante destacar, neste passo, a descrição feita pelo fotógrafo a respeito do dia a dia do imigrante libanês. Nesse breve relato, é possível observar o intenso movimento de embarcações no porto da então Capital da Borracha:

A vida de Emir parecia se reduzir a esses passeios matinais: depois da travessia do igarapé, a caminhada até a praça Dom Pedro II, a rua dos grandes armazéns, a visão dos mastros, das quilhas e das altas chaminés, o apito grave do Hildebrand, que trazia passageiros de Liverpool, Leixões e das ilhas da Madeira, talvez Emir soubesse o destino do navio: Nova York, Los Angeles, alguma cidade portuária do outro hemisfério, nostalgia do além-mar. (HATOUM, 2008, p. 56)

Aqui, por meio do olhar de Emir, um verdadeiro *flâneur* vagueando da manhã a noite pelas ruas e pelos igarapés manauaras, evidencia-se um Manaus Harbour em contato direto com importantes portos exportadores da época, os quais, conforme o excerto, situavam-se na Inglaterra, em Portugal e nos Estados Unidos. Assim, compreende-se que a capital

amazonense estava inserida no intenso dinamismo econômico que florescia na sociedade europeia e na norte-americana.

Nesse período, primeira década do século XX, em que se observa o ápice do sistema de liberalismo econômico, o comércio internacional expandia-se de modo considerável a fim de suprir a exigência por consumidores dos países já industrializados. Esse alargamento dos mercados, por sua vez, só era possível em virtude de três fatores fundamentais. O primeiro deles relaciona-se ao aperfeiçoamento técnico da indústria – que permitia a realização de uma intensa e constante produção de itens ligados a inovações tecnológicas recentes, como o automóvel, por exemplo. Já o segundo pode ser compreendido como consequência imediata do anterior; devido a esse aprimoramento, também houve melhorias nos sistemas de transporte, em especial nos navios e transatlânticos que realizavam a interlocução – apesar das longas distâncias – entre os dois polos do mercado mundial: as áreas de industrialização e as áreas de produção de matéria-prima. Finalmente, o terceiro fator está associado ao crescimento das populações europeia e norte-americana – zonas de ascendente industrialização – e à oportunidade dada pelo próprio liberalismo econômico de todos os países do mundo participarem igualmente das transações comerciais.

Configurado o sistema de interação econômica, o mundo assumiu o contorno a seguir: de um lado, os países produtores de artigos industrializados; de outro, os países produtores de matérias-primas indispensáveis aos primeiros. Nesse contexto, ganha realce o recém-nascido Brasil republicano do período. Após se livrar de entraves inerentes à condição imperial, sobretudo os ideológicos, o país que se apresentava na transição de séculos destacava-se como um grande produtor de matéria-prima e de gêneros alimentares tropicais, a saber, a borracha, o café e o cacau. E o primeiro artigo adquiria importância fundamental, pois havia o imperativo da crescente indústria automobilística, ávida de látex para as diversas fases de sua produção.

1.2 A ascensão do espírito republicano e as transformações urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro

Delineados os fatores responsáveis pela composição do quadro de desenvolvimento dos países industrializados e urbanizados e pela consequente exigência de mudança na

mentalidade e nas projeções econômicas e mercantis dos que ingressavam como exportadores de riquezas naturais, é preciso compreender os fatores intimamente ligados à realidade brasileira. Estes permitiram a ascensão de um novo capítulo em nossa história de trocas simbólicas e comerciais: o Ciclo da Borracha. O Brasil superara – ao menos, segundo o ponto de vista das relações de trabalho oficialmente praticadas – a escravidão, “a grande questão do passado” (PRADO JÚNIOR, 1981, p.227); ingressaram, portanto, o trabalho livre e o braço do imigrante europeu, ambos de influência irrefragável para o desenvolvimento nacional.

O Ciclo da Borracha, responsável pelo esplendor de duas capitais encravadas no interior brasileiro, Belém e Manaus, deu-se não só graças às exigências por borracha da indústria mundial, mas também por conta do contexto econômico-político do Brasil da época. República recém-proclamada, o País, que experimentava, desde as últimas décadas do período imperial, o aumento da urbanização e a expansão do progresso material de sua sociedade, incorporava como projeto a modernização das cidades já existentes e a valorização do sertão (atitude evidenciada por diversas expedições ao interior: Cândido Rondon, Louis Cruls, Instituto Oswaldo Cruz, Euclides da Cunha). Enfim, havia um inegável esforço civilizatório proclamado pelas elites políticas, as quais se identificavam com teses positivistas difundidas a partir de meados do século XIX no Brasil; tal esforço aspirava declaradamente aos investimentos estrangeiros: foram tempos de ambiciosos projetos de obras públicas visando ao embelezamento das cidades brasileiras.

Até o início do século XIX, o Brasil se compunha de uma elite intelectual formada por bacharéis em Direito oriundos da universidade de Coimbra. A partir de 1820, com a construção das universidades de Recife e de São Paulo, esse grupo permaneceu com a mesma formação, todavia uma boa parcela optou pela academia brasileira, em detrimento da portuguesa. Assim, os anos do Império Brasileiro foram dominados por uma cultura bacharelesca, bem mais preocupada com seus títulos nobiliárquicos e com a manutenção de seus privilégios em torno da Coroa do que com projetos que almejassem o desenvolvimento técnico e material do Brasil. Apesar dessa constritiva herança colonial, a mesma que sustentava ideologicamente as grandes propriedades rurais e o sistema de escravidão, ainda na década de 1830 começou a ganhar relevância um novo discurso entre a intelectualidade brasileira. Este se originou dos brasileiros que haviam estudado na Escola Politécnica de Paris e que se tornaram porta-vozes das ideias de Auguste Comte. Portanto, a mentalidade da elite política e cultural do período continuava debitando das concepções europeias; entretanto, o

centro difusor deixou de ser a antiga metrópole para se tornar a França, mais especificamente, a capital Paris.

Por conta desse redirecionamento, erigiu-se, com as mesmas forças dos antigos bacharéis, a figura do engenheiro. Mais racional e prático, o engenheiro contribuiu para a formação de uma nova intelectualidade brasileira, cujo ideário pautava-se pela tríade – racionalidade, modernização e progresso. Ingressava, na segunda metade do século XIX, um discurso técnico-científico em evidente contraste com as convicções bacharelescas quem haviam sido dominantes até o momento. Lançavam-se, por conseguinte, as bases do vindouro sistema republicano.

Na esteira de mudanças originadas por esse novo grupo no cenário político brasileiro, é preciso compreender que, apesar da barbárie da Guerra do Paraguai, esta (em processo inverso ao que se assistia na covarde destruição do país vizinho pela Tríplice Aliança) contribuiu para uma ação civilizadora no Brasil. Houve a ascensão de uma classe média, formada, sobretudo, por membros do Exército, o qual se fortalecera pelo combate platino. Motivados por ideais positivistas, os militares revelaram-se fundamentais para o impulso às forças sociais que deram cabo ao escravismo e prepararam a proclamação da República. Enquanto a Coroa agonizava, organizavam-se os protagonistas de um novo Brasil: engenheiros, militares, médicos e homens de negócios, todos interessados em um país compassado com a abertura dos mercados mundiais.

Não se deve, evidentemente, acreditar que o regime imperial estava de todo alheio a propostas desenvolvimentistas. Afinal, justamente nesse período inicia o florescimento do que hoje é a maior e mais rica cidade brasileira – São Paulo. Estabelecido como ponto de articulação entre o interior e o litoral, ou melhor, entre as fazendas de café e o porto de Santos, o antigo assentamento citadino (rústico, colonial e provinciano) começa a sentir, ainda sob os ditames de Dom Pedro II, o seu processo de transformação em Capital do Café. Tal fenômeno se deve, especialmente, aos investimentos responsáveis pela construção de estradas de ferro durante as décadas de 1860 e 1870: o antigo sonho de dominar o imenso sertão brasileiro recebia contornos mais robustos por conta das malhas de trilhos que convergiam para São Paulo.

O advento republicano, além de uma próspera e ávida classe média, também carrega consigo um novo ideário nacional: a corrente científica e técnica passa ao primeiro plano da intelectualidade brasileira, e, na transição de séculos, são três os grupos da elite pensante: bacharéis, médicos e engenheiros (com especial destaque para os dois últimos). A República

assumia para si verdadeiras tarefas nacionais, como a ampliação do sistema ferroviário, a construção de portos e de linhas de navegação no interior, o investimento em urbanização e em melhorias na cidade. Enfim, os primeiros anos do novo sistema são marcados pela valorização das terras sertanejas e pelos projetos modernizadores e reformistas.

Essa demanda por interiorização, que já fora sentida pelo Império (como exemplo disso, pode-se fazer referência ao já citado esforço de integração das fazendas de café do interior paulista ao porto de Santos), remonta a uma visão dualista do território brasileiro cujas origens estão em denominações indígenas conhecidas ainda no período quinhentista. Para os autóctones, de um lado, havia os tupis, índios da orla do mar, os *civilizados*; de outro, os tapuias, índios interioranos, os *bárbaros*. Entretanto, o ponto de vista dual assume uma grande força simbólica com a chave interpretativa da sociedade brasileira proposta por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Nesta, o Brasil é gestado por duas formações culturais diversas: a litorânea e a sertaneja. Na primeira, reside o progresso – a extensa faixa à beira do oceano Atlântico representa o motor da modernidade. Na segunda, por sua vez, destacam-se o conservadorismo e o atraso técnico e cultural. Assim, consoante a perspectiva euclidiana, há um novo horizonte de análise para as duas áreas: o litoral, por sua identificação com o moderno (portanto, o estrangeiro), torna-se o elemento de negação dos valores nacionais, ao passo que o sertão é redirecionado para o posto de essência nacional; e o seu habitante, o sertanejo, recebe o significado de *rocha viva da nacionalidade*.

De certo modo positiva, essa visão sobre o homem que desbravou o interior brasileiro está de acordo com o projeto republicano de incorporação do sertão à civilização brasileira. Era preciso reconfigurar, por meio de intervenções urbanísticas, o interior outrora conquistado pelos “brasilíndios ou mamelucos” (RIBEIRO, 2006, p.95). Oriundos da miserável feitoria paulistana, a quatro dias de distância do litoral, esses homens são responsáveis pela expansão portuguesa em terras que o Tratado de Tordesilhas não contemplava. Filhos de pais brancos (em sua maioria portugueses) com mães indígenas, os mamelucos – expressão de origem árabe dada pelos “jesuítas espanhóis horrorizados com a bruteza e a desumanidade dessa gente castigadora de seu gentio materno” (RIBEIRO, 2006, p.96) – fugiam da mais escorchante pobreza a partir da única fonte de sobrevivência viável para o momento: a caça e o apresamento dos índios tapuias, isto é, as inumeráveis tribos espalhadas pelo interior de matas impenetráveis. Desse modo, não surpreende o horror causado nos jesuítas – a *presa* do brasilíndio era justamente o seu próprio ancestral. Renegados tanto pelo pai quanto pela mãe, os mamelucos são complexos agentes civilizadores a serviço – embora involuntário – da

mesma força que os oprimia: a Coroa portuguesa (afinal, à medida que se embrenhavam por uma infinidade de rios e matas, em virtude da penúria a que estavam sujeitos na acanhada vila de São Paulo, esse novo gênero humano também alargava o domínio territorial lusitano):

Os brasilíndios ou mamelucos paulistas foram vítimas de duas rejeições drásticas. A dos pais, com quem queriam identificar-se, mas que os viam como impuros filhos da terra, aproveitavam bem seu trabalho enquanto meninos e rapazes e, depois, os integravam a suas bandeiras, onde muito deles fizeram carreira. A segunda rejeição era a do gentio materno. Na concepção dos índios, a mulher é um simples saco em que o macho deposita sua semente. Quem nasce é o filho do pai, e não da mãe, assim visto pelos índios. Não podendo identificar-se com uns nem com outros de seus ancestrais, que o rejeitavam, o mameluco caía numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro. (RIBEIRO, 2006, p.97)

O sertão já fora conquistado e dominado a duras penas pelos mamelucos paulistas. Mas, na ascensão republicana, ele precisava ser agregado à mesma dinâmica civilizatória que impulsionava os dirigentes do novo regime a reformarem as cidades brasileiras. Destas, a primeira a receber transformações notáveis foi São Paulo. Em apenas trinta anos, de 1870 a 1900, a antiga feitoria pobre e incrustada no interior passou de 24 mil para 240 mil habitantes. Outrossim, houve a reconfiguração urbana da cidade e o incentivo à industrialização. Tudo isso se deu graças aos sempre crescentes lucros proporcionados pela economia cafeeira: durante muitos anos, o principal produto de exportação brasileiro. Nessa conta, evidentemente, não se pode deixar de incluir a presença do imigrante europeu e a abolição da escravidão. Dessa maneira, São Paulo é um dos primeiros núcleos urbanos que se beneficiaram dos rumos tomados pelas atividades econômicas brasileiras na transição do regime imperial para o republicano.

O novo regime consagra um espírito de enriquecimento que já se destacara, ainda no Império, na figura do Barão de Mauá. Após 1889, o homem de negócios, cujos interesses são inegavelmente privados, assume posição central e sua influência estende-se por todos os setores da sociedade, até mesmo na política. É o momento em que toma contornos bastante evidentes um surto econômico oportunizado, sobretudo, pela ação direta dos interesses comerciais estrangeiros. Apesar disso, não se deve menosprezar a conjunção de fatores internos que também contribuíram positivamente. Entre eles, destacam-se, além do término da escravidão – um imenso embaraço ideológico e prático para um país declaradamente adepto às ideias liberais –, o progresso da técnica moderna e o incremento de mão de obra por meio da imigração subvencionada. O primeiro é responsável por toda a maquinaria indispensável à

indústria e pelos sistemas de ferrovia e de eletricidade; enquanto o segundo, motivado pela superpopulação europeia, consegue “canalizar para o Brasil uma forte e regular corrente de trabalhadores.” (PRADO JÚNIOR, 1981, p.227) Dessa maneira, as condições que permitiram o furor econômico dos primeiros decênios da República são debitantes de um movimento dialético cujas forças internas e externas deram ensejo ao processo de modernização das cidades brasileiras.

Conforme já observado, São Paulo se destaca por ser o primeiro núcleo urbano a sentir em seu aspecto físico e demográfico os avanços oriundos do projeto republicano. Tais benefícios delineavam-se desde as últimas décadas do período imperial, em virtude da posição estratégica de São Paulo – o ponto de interlocução entre o interior cafeeiro e o litoral exportador. Além do mais, o estado paulista, justamente pelas lavouras de café, absorveu a maior parcela dos imigrantes europeus. Assim, o período histórico, no qual se assiste ao desfalecer do Império e à alvorada da República, concentra os primeiros impulsos à urbanização e à industrialização da capital paulista.

Apesar desse crescimento de São Paulo, as inovações urbanísticas foram, de fato, abundantes no Rio de Janeiro, a então capital federal. A fim de acompanhar o ritmo de mudanças que agitavam os primeiros anos do século XX, o Rio de Janeiro empenhou-se na tarefa de apagar as feições de sua herança colonial. Além do mais, a maior rival, Buenos Aires, já havia inaugurado – em 1894 – a Avenida de Mayo, o primeiro bulevar da América do Sul. Dessa maneira, sob os auspícios do presidente Rodrigues Alves, o engenheiro e urbanista, Pereira Passos, durante a sua administração como prefeito da capital fluminense, empreendeu uma verdadeira reconfiguração urbana, cujo marco é a inauguração, em 1904, do primeiro bulevar brasileiro: a Avenida Central, construída às pressas para rivalizar com a portenha. O Rio de Janeiro cosmopolizava-se, entrava de vez no século XX, um tempo de inovações, sobre o qual Antonio Risério anota que

[...] foi, em seus inícios, um tempo tenso de inovações, estranhezas e ineditismos. No mundo inteiro – e nas mais variadas dimensões da práxis humana. Modificaram-se radicalmente, naquela época, tanto estruturas maiores da vida social quanto padrões mais íntimos da vida cotidiana. Os países mais ricos e avançados do mundo se sentiam girando no turbilhão de um novo estágio civilizatório. Numa transformação sem precedentes na história da aventura humana sobre a superfície terrestre. Era o tempo do automóvel e do antibiótico, da comida enlatada e do petróleo, da escova de dentes e do rádio, do telefone e da máquina de escrever, da anestesia e da lâmpada elétrica, do leite pasteurizado e do cinema, da geladeira e do avião. Assistia-se ao movimento avassalador da Segunda Revolução Industrial. Ao triunfo espetacular da civilização técnica, que teve, como um de seus

supersignos, a estetização de estruturas metálicas num monumento que recebeu o nome de Torre Eiffel. Em meio a esse admirável mundo novo, a novidade urbana foi encarada como uma exigência. (RISÉRIO, 2012, p.195)

Com o intento de tornar o Rio de Janeiro parte da civilização que se anunciava, Pereira Passos fez da palavra modernização sinônimo de afrancesamento e iniciou transformações radicais no centro carioca. O Rio era a maior cidade brasileira, além disso, possuía o maior porto e recebia, por tudo isso, a importância de uma verdadeira vitrine da Nação. Nada mais natural, portanto, do que a capital federal tomar a forma, os ares e o charme da mais importante e imponente cidade do mundo: Paris. Em sentido estrito, o processo a que o Rio de Janeiro se viu submetido no governo de Pereira Passos não é propriamente um afrancesamento, e sim a absorção irrefletida do clima parisiense. Para tanto, Passos, não contente com as reformas estéticas e sanitárias, chegou ao absurdo de importar pardais, pássaros característicos da capital francesa. Resultado do *torcicolo cultural* (expressão cunhada por Roberto Schwarz (2000): uma praga ornitológica que se alastrou por todo o Brasil.

Mais do que a importação dos pardais, o prefeito carioca também foi responsável pela construção de diversas avenidas, como a primeira e mais importante, Avenida Central, a Beira-Mar, a Mem de Sá, a Salvador de Sá, a Atlântica, entre outras. Tal atitude foi inspirada nos bulevares parisienses, os quais ganharam forma pelas mãos do *artista demolidor* Haussmann. Este, convocado em 1851 por Napoleão III, levou adiante um projeto urbanístico – “sem pena e sem pudor” (RISÉRIO, 2012, p.196) – que visava à consagração da vitória burguesa de 1848. Para evitar a organização de barricadas nas ruas tortuosas de Paris, o modelo medieval foi substituído por largas avenidas e parques públicos. Sendo assim, o antigo estudante de engenharia da *École Nationale des Ponts et Chaussées*, o qual fora contemporâneo das reformas executadas pelo prefeito parisiense, providenciou um arranjo do espaço carioca pautado por uma intervenção pública seletiva e discriminatória.

Enquanto o centro do Rio de Janeiro era embelezado por árvores, grandes avenidas e construções arquitetônicas inovadoras, os antigos moradores dessa zona da cidade eram expulsos para regiões afastadas. As transformações da capital federal, cujos objetivos eram, fundamentalmente, atrair os investimentos estrangeiros, significaram a desapropriação maciça de cortiços e de pequenos comércios. O afrancesamento da *cidade maravilhosa* contribuiu para o povoamento dos subúrbios e, sobretudo, para o incremento das favelas, paupérrimos aglomerados humanos que possuíam a única vantagem de se situarem relativamente próximos ao centro. Com isso, pode-se compreender que a modernização adiantada por Pereira Passos,

embora responsável por melhorias estético-sanitárias admiradas ainda hoje, constituiu – para a imensa maioria da população pobre do Rio de Janeiro – uma verdadeira segregação socioespacial.

1.3 O fausto gomífero e a construção de uma Paris nos trópicos

As transformações das capitais paulista e fluminense representam a consequência mais imediata da nova mentalidade que impelia a elite política brasileira. Esta se mostrava influenciada, sobretudo, pela ideologia positivista que seus membros traziam das escolas francesas, em especial a Escola Politécnica de Engenharia, e esforçava-se para inserir a incipiente República Brasileira no intenso processo de reformas sociais e econômicas que se alastravam desde a Europa. Todavia, esse ritmo de modernização não se restringiu apenas à parte sul do Brasil; também o Norte, durante os anos iniciais do século passado, prosperou de modo sem precedentes em sua história. Enquanto na faixa próxima ao litoral desenvolveram-se o Rio de Janeiro e São Paulo, na região amazônica, tomaram forma duas cidades surpreendentemente modernas e imponentes: Belém e Manaus.

Beneficiadas pelos lucros obtidos com a exportação de borracha para o mercado mundial, as capitais do Pará e do Amazonas, durante pouco mais de trinta anos, experimentaram a “euforia e o triunfo da sociedade burguesa” (DAOU, 2004, p.7) em um período que entrou para a história sob a alcunha de *Belle Époque*. A Segunda Revolução Industrial erigiu a potências mundiais, ao lado da França e da Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha. Nesses países, cujos índices demográficos haviam acompanhado o progresso da indústria e o conseqüente crescimento urbanístico, instaurou-se uma necessidade premente por matéria-prima e por gêneros alimentícios. Nesse contexto, países que outrora pareciam alheados dos avanços técnicos e materiais proporcionados pelo furor da indústria entraram no circuito econômico mundial como fornecedores das exigências de consumo das sociedades americana e europeia; no caso brasileiro, o País se tornou uma área abastecedora de café, borracha, cacau, mate e fumo. Especialmente dos dois primeiros produtos, os quais, na primeira década do século XX, representavam cerca de 75% das exportações brasileiras. Dessa maneira, o entusiasmo propiciado pelo liberalismo econômico aportara nos países tropicais; e as elites paraense e amazonense acreditaram na eternidade da *Belle Époque*.

Esse progresso do Norte brasileiro, entretanto, não se deve apenas a fatores externos. Além da destacada ascensão republicana – responsável, entre outras coisas, por uma nova mentalidade nas decisões políticas e econômicas do país – é preciso ressaltar a importância interna da abertura dos rios da bacia amazônica à navegação universal em 1867. Já desde os meados do século XIX, a Corte brasileira apresentava medidas a fim de diminuir o isolamento nacional e internacional da então província do Grão-Pará. Por conta da formação da província do Amazonas em 1850, houve ações cada vez mais intensas no sentido de confirmar a presença monárquica na região. Uma das mais importantes é o consentimento do monopólio da navegação a vapor ao Barão de Mauá. Dessa maneira, a partir de 1852, por meio da parceria entre uma companhia inglesa, a *Amazon Steam Navigation Company Limited*, e o maior homem de negócios do período imperial, o navio a vapor torna-se o elemento de conexão entre a região amazônica e outras áreas brasileiras. Esse extraordinário avanço tecnológico permite a diminuição das distâncias e, sobretudo, a circulação de pessoas e de mercadorias. Mas é com a abertura universal dos portos que as províncias da Amazônia ingressam, de fato, em uma dinâmica de trocas simbólicas e comerciais com outras partes do mundo. Assim, tais empreendimentos levados a cabo ainda nos anos da Monarquia lançaram as bases para que nos anos vindouros os rios da bacia amazônica se transformassem no maior corredor de exportação de borracha do mundo.

O auge da produção gomífera brasileira se deu na primeira década do século XX, quando o látex da *hevea brasiliensis* chegou a dominar 28% dos índices de exportação brasileira. Tendo como destino preponderante as linhas de produção da indústria automobilística, a borracha de procedência amazônica se tornou um imprescindível componente industrial após um histórico dos mais diversos experimentos. Utilizada pelos indígenas desde tempos imemoriáveis para a confecção de calçados, mantos, seringas e bolas, a borracha foi aproveitada industrialmente pela primeira vez em 1770, ano em que Priestley constatou a capacidade da goma em apagar traços de lápis. Já em 1823, Mackintosh dissolveu-a em essência de hulha, permitindo a composição de vestimentas impermeáveis. Poucos anos depois, em 1842, Goodyear, nos Estados Unidos, e Hancock, na Inglaterra, descobriram, simultaneamente, o processo da vulcanização, por meio do qual a borracha adquiriu flexibilidade e se tornou inalterável a quaisquer níveis de temperatura. Em 1850, a borracha passou a revestir aros de roda; e, finalmente, em 1890, houve a introdução do pneumático nessa última aplicação, o que contribuiu de modo definitivo para que a borracha se transformasse em uma das mais importantes matérias-primas da indústria automobilística.

Na virada de séculos, por exigência do mercado consumidor internacional, o Brasil, ou sendo mais específico, a Amazônia brasileira, cuja reserva de *hevea brasiliensis* era abundante e de excelente qualidade, tornou-se o destino de um imenso contingente humano que ansiava por riquezas anunciadas pelo *ouro branco amazônico*. Em virtude disso, a produção brasileira, que, em 1827, constava de apenas 31 toneladas, ingressou em um acelerado ritmo de crescimento. De 1880 a 1910, a exportação saiu das míseras 7000 para 34 500 toneladas; e em 1912, chegava-se ao ápice da produção: 42 000 toneladas. De região marcada pelo atraso, as duas maiores cidades do Norte brasileiro passaram a ocupar uma posição privilegiada no diálogo com as principais capitais mundiais, especialmente, Londres e Paris. Dessa maneira, são introduzidos de modo avassalador os valores da sociedade europeia em plena selva amazônica.

Nas últimas décadas do século XIX, Belém era a principal cidade da região; com uma elite ligada à terra, de grandes proprietários rurais e pecuaristas, a antiga capital da província do Grão-Pará possuía uma relevante organização urbana. Distante disso, entretanto, estava Manaus. Erguida a capital da província do Amazonas em 1850, Manaus, nesse momento, ainda se chamava Barra do Rio Negro e somente recebeu o atual nome em 1856, em homenagem a uma das principais tribos indígenas da região, os Manaós. Até a década de 1880, a morfologia social manauara fazia dela muito mais uma aldeia do que propriamente uma cidade. As ruas eram estreitas e entrecortadas por igarapés, havia a exclusividade de um pequeno comércio com aspirações bastante tímidas e boa parte da população dedicava-se à vida na mata em atividades de coleta, caça e pesca. Enquanto no Rio de Janeiro proclamava-se a República, em Manaus não se vislumbravam perspectivas positivas para o futuro:

Manaus não era de modo algum objeto de admiração por parte da elite que ali vivia, que falava da cidade como uma “aldeia” e sonhava com um espaço urbano em tudo distante do que ela evocava de mais forte: a presença impertinente da natureza por toda a parte. Às vésperas da proclamação da República, a cidade permanecia acanhada, constrangida espacialmente pelo rio, para onde estava voltada. (DAOU, 2004, p.35)

Essa reduzida e incipiente elite manauara possuía consciência do seu descompasso em relação a Belém e às capitais sulinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Por essa razão, ansiava por reformas liberais que pudessem modificar o quadro de isolamento sobre o qual residia a capital amazonense. Uma das primeiras medidas nesse sentido foi a abertura dos portos à navegação universal, o que não só contribuiu para o aumento na circulação de pessoas e de mercadorias na região, como também possibilitou uma interlocução mais imediata com a

Europa e com o Rio de Janeiro. Graças a isso, diversos viajantes estrangeiros passaram a frequentar os rios amazônicos, entre eles, naturalistas e negociantes interessados, cada um a seu modo, nas riquezas da selva. Além das pessoas que entravam na imensa bacia hidrográfica da Amazônia, também merece destaque a constante saída de crianças de famílias abastadas da região para serem educadas no Velho Continente e nas escolas cariocas. Tal prática resultou em uma verdadeira reforma nos costumes, afinal, quando voltavam dos grandes centros culturais da época, esses jovens traziam consigo um novo sistema de valores – de feições eminentemente afrancesadas – o qual passou a ser cultivado como índice de distinção e de prestígio social.

Assim, desde as últimas décadas sob a vigência do sistema monárquico, compunha-se uma elite amazônica cada vez mais identificada com os símbolos de modernidade emanados pela sociedade europeia. As condições, para que esse grupo se *inserirse* de vez nos ares de civilização apregoados pela ascensão burguesa, tornaram-se de fato ideais a partir de 1890, quando a borracha passou a ser utilizada ostensivamente pela indústria automobilística. Em acréscimo a isso, internamente o Brasil vivia o nascimento da República, por conta da qual houve a consagração de um espírito de negócios voltado ao enriquecimento e à prosperidade material. Também é de fundamental importância destacar que a mudança do regime monárquico para o republicano conferiu mais autonomia às antigas províncias, pois a descentralização do novo sistema deixava nos Estados os lucros obtidos com as exportações. Desse modo, no Pará e no Amazonas, inaugurava-se um período de imensa prosperidade para as suas finanças.

Nesse contexto, aportam em solo amazônico empresas europeias e norte-americanas que visavam à exploração do negócio da borracha. O mito do Eldorado renascia no imaginário internacional com um aspecto de verdade jamais experimentado, e aventureiros e comerciantes das mais variadas nacionalidades agitaram-se em direção às terras da Amazônia com ânsia de fortuna rápida e fácil. Assim, ao sabor da empolgação e de um afobado desejo de enriquecimento a qualquer custo, iniciava o Ciclo da Borracha – um dos períodos de maior complexidade na história brasileira. Em virtude dele, os destinos de Belém e de Manaus foram marcados para sempre: arquitetura, ruas, habitantes e mentalidade, nada voltaria a ser como antes. Os eventos que compõem as três décadas de prosperidade financeira são de tal modo movidos por exageros e sentidos contraditórios que, segundo Caio Prado Júnior (1981), o drama da borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica.

E não faltam obras literárias, filmes, tampouco novelas e minisséries que incorporam os dramas do Ciclo da Borracha como tema central de seus enredos. Um exemplo disso é o romance *A Selva* (1930), do português Ferreira de Castro, adaptado em 2002 para os cinemas. Além disso, também há o clássico teuto-peruano, *Fitzcarraldo* (1982), e boa parte da produção literária do escritor manauense Márcio Souza. Dessa maneira, conforme observa José Alonso Torres Freire (2006), o fastígio da produção gomífera é um dos assuntos mais recorrentes na literatura amazônica. Embora de modo algum restrita ao ambiente da Amazônia ou marcada por um regionalismo limitador e artificial, a obra de Milton Hatoum representa uma Manaus que exhibe, além dos sinais de uma pujança anterior, as ruínas de um mundo estagnado após a decadência econômica. Sendo assim, os romances de Hatoum – desde *Relato de um certo Oriente* – vão pouco a pouco ampliando a lente de análise sobre a Manaus do século XX. Por essa razão, quando Dorner relata à neta de Emilie⁵ os passeios de Emir pelo movimentado Manaus Harbour, desvela-se, sutilmente, o espírito de uma época em que a capital amazonense imaginara ter acertado o passo com as grandes civilizações europeias. Tratar, por conseguinte, da cidade de Manaus, especialmente pela via de um romance hatoumniano, exige, em primeiro lugar, a compreensão desse fenômeno modernizador a que se viu submetida a antiga Barra do Rio Negro.

Tal surto de modernização, permitido pela abundante entrada de capital estrangeiro na região amazônica, não só satisfaz os anseios da pequena elite da época, como se mostrou em sintonia com a nova mentalidade republicana. Esta, além do mesmo desejo por ascensão material que movia os abastados de Manaus, cogitava levar adiante um projeto de interiorização do território brasileiro. O espírito positivista da elite intelectual e política brasileira, cujo processo de gestação remonta a meados do século XIX, havia sido fundamental para que os militares depusessem Dom Pedro II e insturassem a República. No poder, a partir de 1889, os positivistas, ansiosos por se livrarem da herança colonial que se evidenciava em nossa arquitetura e em nosso traçado urbano, deram os primeiros passos no sentido de reconfigurar e modernizar as cidades brasileiras. A Europa se tornou o centro de referência; Paris, o paradigma de civilização, e as nossas cidades, em especial, as litorâneas, conforme a expressão cunhada por Euclides da Cunha, tornaram-se ainda mais *copistas* no esforço de acompanhar as evoluções da sociedade industrial. Com a primeira Constituição republicana, em 1891, ficou evidente o desejo de conquistar e reconfigurar o interior por meio

⁵ Embora a narradora e o seu irmão sejam abertamente enunciados como filhos adotivos de Emilie, deve-se lembrar que, em alguns momentos da narrativa, essas mesmas personagens também são caracterizadas como netas dos libaneses. Esse ponto será abordado com mais vagar no Capítulo 3 deste trabalho.

da reforma urbanística, pois nessa Magna Carta se preceituou a transferência, em momento apropriado, da Capital Federal. A zona reservada possuía 14.400 km² e situava-se no Planalto Central, uma das regiões menos povoadas do território brasileiro. Dessa maneira, quando a borracha amazônica foi alavancada a matéria-prima da indústria automobilística, o Governo Federal vislumbrou a possibilidade de dinamizar a economia de outra imensa e, até certo ponto, abandonada parcela do território brasileiro – que, desde os tempos monárquicos, clamava por inserção nos rumos econômicos do País.

Com efeito, graças à virada ideológica da República e ao desenvolvimento do comércio internacional de gêneros tropicais e de matérias-primas para a indústria, tanto Belém, quanto Manaus ingressaram no cenário econômico-político da Nação. Especialmente Manaus, que, em pouco mais de trinta anos, pulou de inexpressiva aldeia para capital mundial da borracha. Fundada em 1669 como fortaleza Barra de São José do Rio Negro, a capital amazonense guarda suas origens mais remotas em expedições portuguesas que visavam ao apresamento indígena e à defesa da região. Do século XVII até o XVIII, pouco ou quase nada se fez a fim de que esse povoamento revelasse alguma evolução além da simples subsistência; por lá, viviam indígenas, em sua maioria reduzidos de suas tribos, e alguns moradores brancos. E, “ao se iniciar o século 19”, segundo o historiador Otoni Mesquita (2006, p.26), “a região do Amazonas estava mergulhada no marasmo e na decadência”. Em menos de um século, portanto, a principal cidade da região adquire um novo *status*: de lugarejo provinciano passa a uma cidade moderna, com ares europeus.

Ao passo que os experimentos com a borracha aprimoravam os usos da goma, as atenções da indústria, ávida por matéria-prima, voltavam-se para a Amazônia – a maior reserva mundial do produto. Por essa razão, desde as primeiras décadas do século XIX, a exportação amazônica de borracha apresentava um tímido, porém, constante crescimento. Mas, em 1890, quando a borracha, por conta da introdução do pneumático, tornou-se essencial para o desenvolvimento da indústria automobilística, os seringais amazônicos reacenderam a chama do Eldorado no imaginário europeu. Desse modo, com a repentina valorização da borracha no mercado internacional, Manaus ingressou em um período de verdadeira abundância e foi uma das poucas cidades brasileiras a experimentar os mesmos ares da *Belle Époque* que agitavam as grandes capitais europeias.

Esse momento áureo da produção gomífera, conforme Mesquita (2006), pode ser dividido em três fases. A primeira delas estende-se de 1892 a 1900, quando houve a introdução de diversas mudanças na fisionomia de Manaus. A segunda, por sua vez,

corresponde à década inicial do século XX e revela uma cidade já bastante modificada e capaz de usufruir dos benefícios da fase anterior. A terceira, finalmente, inicia-se a partir de 1910 e apresenta a decadência do negócio da borracha. Em pouco mais de trinta anos, os seringais brasileiros perderam o monopólio da produção para os asiáticos, e a elite financeira de Manaus dissolveu-se com a mesma velocidade com que havia ascendido.

A última década do século XIX assistiu a uma completa reconfiguração da capital amazonense. Aliada à mentalidade republicana de transformações urbanísticas e financiada pelo capital estrangeiro, a reforma foi empreendida, inicialmente, pelo jovem governador Eduardo Ribeiro. Homem de seu tempo, nele se resumiam três figuras que haviam sido essenciais para a ascensão republicana – engenheiro, militar e, naturalmente, positivista. Não é surpreendente, portanto, que esse governante, decantação perfeita do espírito do novo sistema, tenha levado adiante uma política de *embelezamento* da capital amazonense nos moldes da que fora assumida por Haussman na Paris pós-Revolução Burguesa. Em quatro anos, de 1892 a 1896, Eduardo Ribeiro inseriu a antiga Barra de São José do Rio Negro em um intenso processo de modernização conservadora que, apesar das inegáveis melhorias na infraestrutura manauara, relegou à segregação socioespacial uma imensa legião de desfavorecidos. De modo semelhante à dinâmica parisiense e a que se daria poucos anos depois no Rio de Janeiro, a reforma manauara beneficiou o grupo dominante a quem se destinara a gerência do vultoso capital conquistado pela exportação do látex amazônico.

Durante o primeiro governo sob o regime republicano, Manaus foi planejada e constituída para atender a demanda do capital internacional. E não é de modo algum exagerado utilizar o termo *constituída*, já que, seguindo o argumento de Mesquita (2006), no Ciclo da Borracha, houve a construção de uma nova Manaus – o período áureo da extração gomífera significa o (re)nascimento de uma cidade. A fim de transformar a capital amazonense atrativa para os investimentos estrangeiros, Eduardo Ribeiro encarnou o espírito demolidor de Haussmann e iniciou a grande transformação manauara, a qual foi ampliada por seus sucessores e fez de Manaus, já na virada do século, a segunda maior cidade da Amazônia:

Sistemas de abastecimento de água e captação de esgoto, telefonia, luz elétrica e linhas de bonde formavam a infraestrutura da nova cidade. Além do aterramento de alguns igarapés (que se tornavam vias públicas), construíram-se praças, pontes, dois grandes hospitais, residências suntuosas (como o palacete da família Scholz, atualmente um grande centro cultural), e edifícios públicos monumentais, como o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, a Alfândega, o Instituto

Benjamin Constant, o Ginásio Amazonense, a Biblioteca Pública e tantos outros. (NUNES e HATOUM, 2006, p.55)

Além da construção do Teatro Amazonas – o símbolo máximo da faustiana elite manauense dos tempos áureos da borracha –, o governo de Eduardo Ribeiro se destaca, sobretudo, pela implementação de uma política urbana excludente. Com o intento de organizar o espaço da cidade moderna a que se aspirava, a urbanização levada a cabo por Ribeiro, na prática, representou uma estratégia política interessada em favorecer a elite extrativista e determinada a retirar do convívio citadino os aliados do processo de modernização manauara: índios, mestiços pobres, idosos, doentes mentais, alcoólatras, desempregados, etc. Por conta dessa política conservadora e justamente para confirmá-la, os administradores locais outorgaram, em 1896, mesmo ano em que se inaugurou o Teatro, o Código de Posturas Municipais. Neste documento, cujo objetivo era disciplinar o uso do espaço urbano, foram restritos hábitos e posturas considerados em desacordo com a modernização empreendida na antiga Barra do Rio Negro. Como destaca Edinea Mascarenhas Dias (2007), em virtude de tais decisões – de caráter absolutamente elitista – ocorre a descaracterização de Manaus, pois seus costumes, memórias e tradições são substituídos por um modo de vida cegamente importado da Europa.

Em acréscimo aos banhos de igarapés, atividade até então moralmente aceita pela esfera pública, o ponto de vista burguês, que norteava esse instrumento de controle, também proibiu jogos ao ar livre, os quais poderiam danificar linhas telefônicas, telegráficas e de iluminação pública. A serviço da administração municipal (esta, por sua vez, dependente do grupo extrativista dominante), houve a militarização do espaço físico de Manaus; e a polícia, por conseguinte, tornou-se a grande auxiliar no combate aos infratores do Código de Posturas. Em detrimento dos hábitos e saberes locais, a Municipalidade ainda transformou em violação:

[...] partir lenha, cozinhar, estender roupa e ferrar animais nas ruas; chegar às janelas, ou andar em público indecentemente vestido, ou em completa nudez; conduzir carroças ou carrocinhas de mão sem o registro do número na Secretaria de Polícia. Também fica proibido vender leite sem a devida matrícula; caçar nas proximidades da cidade e subúrbios; transitar com animais de qualquer tipo nos passeios das ruas; cercar os quintais com cerca de madeira; pescar pirarucus, tucunarés e tartarugas fora da época determinada. (DIAS, 2007, p.43)

Por conta do caráter extrativista da economia amazônica, cujo ponto de escoamento se tornou o moderno porto flutuante Manaus Harbour, a maior parte dos trabalhadores

diretamente ligados à produção da borracha viviam embrenhados nos seringais que se espalhavam em abundância pela selva. Apesar disso, na capital do negócio da borracha, passou a existir a necessidade de um conjunto bastante diversificado de trabalhadores que pudessem dar conta das atividades de circulação e de consumo e ainda dos serviços de infraestrutura da aldeia que se modernizava. Dessa maneira, Manaus se transformou em um grande centro de absorção de mão de obra.

Antonio Risério, ao tratar do crescimento paulistano em virtude da exportação de café, afirma que “uma cidade precisa ter sorte” (2012, p.308). O destino de São Paulo se liga diretamente à crise do café do Vale do Paraíba e às epidemias que, nas últimas décadas do século XIX, devastaram Santos e Campinas. Caso essas regiões (por onde a lavoura cafeeira se espalhou e se desenvolveu de tal modo que se tornaram rivais mais competentes que a capital da província) não houvessem enfrentado tais embaraços, São Paulo não teria encontrado oportunidades de se converter no principal centro urbano do país. De maneira semelhante se deu a disponibilidade de mão de obra para a extração de borracha nos seringais amazônicos. Em virtude da arrasadora seca nordestina na qual se estima a morte de mais de 500 mil pessoas entre os anos de 1877 e 1880, a Amazônia brasileira foi invadida por uma imensa e desesperada corrente migratória. Assim sendo, os miseráveis do Nordeste engrossaram as fileiras de trabalhadores que, em sua maioria, selaram a própria morte ao se entregarem às desumanas rotinas de extração de látex nos seringais aprofundados na floresta amazônica.

O sucesso da Manaus que se erguia sob os ditames da economia gomífera é dependente, em boa medida, da catástrofe nordestina. Sem o braço do migrante cearense, pernambucano ou paraibano, o rudimentar sistema de exploração não teria obtido o mesmo êxito. Todavia, não só de nordestinos se fez a população manauara que de 8.500 habitantes em 1850 saltou para 50.300 habitantes já em 1890; também se deu um incremento considerável de imigrantes portugueses, espanhóis, franceses, libaneses, ingleses, alemães, etc. Ou seja, pessoas de todo o mundo depositaram em Manaus a esperança de enriquecerem graças ao *fausto* da borracha amazônica. Vale ressaltar que o lugar social e os postos de trabalho de cada um desses novos moradores são bastante distintos. Os ingleses ficaram responsáveis pelos serviços de exportação e pelos empreendimentos de engenharia; a presença britânica, na história manauense, foi de tal modo relevante que a Manaus dos primeiros anos do século passado também é referida como a *Manaus dos ingleses*. Aos árabes, portugueses e espanhóis, couberam, no mais das vezes, as atividades ligadas ao comércio. Já aos brasileiros

pobres, oriundos do Pará, do Maranhão e dos Estados atingidos pela seca do Nordeste, restou a escravidão por dívidas adquiridas nos barracões.

Antes do apogeu da borracha, havia em Manaus o senso de coletivo. Apesar de uma pequena elite atrelada ao comércio, os grupos que delineavam a população – ricos e pobres; brancos e índios; mamelucos e mestiços – experimentavam a conciliação entre o homem, a natureza e o trabalho. Entretanto, com a entrada maciça de investimentos estrangeiros e o consequente processo migratório, a sociedade manauara se estratifica, e o antigo espaço de integração cede a vez a uma perversa configuração de classes. Nesse sentido, a tríade seringalista, seringal e seringueiro é o exemplo mais completo da exploração a que estiveram submetidos os trabalhadores pobres – na maior parte nordestinos – durante o ápice da extração gomífera.

No primeiro vértice do triângulo está o seringalista, o dono dos seringais. Estas são imensas áreas de selva por onde se espalham as seringueiras, uma das dez espécies de árvores das quais se retira o látex. Os seringalistas viviam no centro de Manaus, e, em seu favorecimento, eram implantadas as políticas públicas – tanto as municipais, quanto as estaduais. Afundados no interior, sobreviviam os seringueiros, o imenso contingente de homens cuja responsabilidade era extrair a goma das árvores e levá-la para os barracões. Nestes espaços, o látex era coagulado e transformado em bolas que, dessa maneira, seriam posteriormente exportadas para os mercados norte-americano e europeu. Nos barracões também havia as ferramentas necessárias para o trabalho na selva e os itens básicos para a sobrevivência do seringueiro (comida, vestimentas, remédios, etc.), tudo isso, naturalmente, cobrado a um preço exorbitante. Dessa maneira, o miserável trabalhador contraía dívidas insolúveis, já que o seu ganho era sempre inferior aos gastos, e via-se preso aos limites dos seringais por conta de um sistema de domínio da mão de obra conhecido historicamente como *aviamento*.

Essa nefasta relação de trabalho evidencia o descompasso entre a ideologia burguesa, preconizadora do trabalho livre assalariado e justificativa para a modernização manauara, e a prática levada adiante pelas elites política e econômica da Amazônia. De um lado, havia o discurso com ecos de liberalismo europeu; de outro, a herança do nosso recente passado colonial e escravista que facultara à mentalidade da elite o direito sobre a vida e a liberdade dos membros das classes inferiores. Na Manaus transformada em área de circulação do capital estrangeiro, houve a sobreposição dos interesses defendidos pelos grupos dominantes, em

detrimento não só da vontade dos trabalhadores pobres, como, especialmente, daquilo que havia de mais manauense – o indígena e todo o seu saber local:

A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo. (DIAS, 2007, p.29)

A Manaus moderna não poderia apresentar marcas do seu primitivismo. Segundo o ponto de vista dos administradores locais do período, nenhuma empresa internacional investiria em uma cidade por onde circulassem homens e mulheres seminus, tomando banho a céu aberto ou praticando quaisquer outras atividades que remetesse aos costumes autóctones. A Capital da Borracha apenas ganharia relevância no cenário econômico mundial e competiria em pé de igualdade com os grandes centros europeus, caso fosse possível respirar, em suas ruas, ares parisienses.

Por conta disso, em primeiro lugar, foram resolvidos os empecilhos referentes à infraestrutura – abertura de ruas, construção de avenidas, melhorias nas redes de esgoto, enfim, toda a sorte de modificações que contribuíssem para o desenvolvimento citadino. Além disso, naturalmente, sobretudo no governo de Eduardo Ribeiro, houve os investimentos arquitetônicos, dos quais se destacam o desmedido Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça, situado em outro importante marco da urbanização empreendida pelo jovem governador – a Avenida do Palácio (alguns anos depois, Avenida Eduardo Ribeiro). Depois desse ímpeto haussmanniano, nasceu, como uma consequência natural das iniciativas de Ribeiro, uma nova forma de sociabilidade em Manaus. De feições acentuadamente europeias, a maneira como os moradores manauaras passaram a se relacionar nada mais era do que a transposição para o campo das relações humanas do que já vinha se evidenciando no plano arquitetônico-urbanístico da cidade. Assim sendo, a fim de agradar aos imigrantes envolvidos nos altos escalões da borracha e também por influência dos próprios, foram criados diversos clubes nos quais eram oferecidas atividades prazerosas para que os estrangeiros recém-chegados à região pudessem gastar seu tempo livre.

Além dos clubes, em que as famílias dos homens responsáveis pela exportação gomífera divertiam-se e relacionavam-se com outras da mesma procedência, ganharam

destaque os bairros planejados para abrigar esses imigrantes. Situados no centro da cidade, tais empreendimentos representaram não só o esforço governamental em satisfazer a crescente leva de ingleses, franceses e alemães que chegavam à capital, mas – sobretudo – revelam um dos traços mais perversos da modernização manauara. Da vitrine da cidade, foram afastados todos aqueles que não contribuíam para a imagem de limpeza, segurança e modernidade almejada pelos administradores locais. Por essa razão, índios, mendigos, prostitutas, ladrões, bêbados, enfim, todos os indivíduos que a civilização não conseguia ou não queria incorporar no seu projeto estético-sanitário passaram a habitar os subúrbios de Manaus.

No lugar dos igarapés, nos quais se banhavam e dos quais dependiam para o fornecimento de água em suas residências um número expressivo de moradores manauenses, foram construídas avenidas em arremedo aos bulevares parisienses de meados do século XVIII. Nessas alamedas tropicais, outro índice da nossa impudica sociedade copista: à maneira de Paris, os membros da elite extrativista – e todo um aparato de parasitas dependentes da manutenção desse grupo dominante – deliciavam seus charutos nos cafés com mesas e cadeiras espalhadas pelas calçadas. E os mesmos que frequentavam os elegantes estabelecimentos da Avenida Eduardo Ribeiro também eram assíduos nas óperas apresentadas no Teatro Amazonas (ainda que os artistas europeus sempre reclamassem da incompreensão de um público pouco ou quase nada afeito a esse tipo de espetáculo).

Enquanto a vida no centro de Manaus era marcada por formas de sociabilidade tão civilizadas, os arredores da aldeia modernizada recebiam, paulatinamente, os aliados do progresso. Distantes dos ares europeus, a imensa leva de miseráveis dava corpo aos bairros Mocó, Colônia Oliveira Machado, São Raimundo e Constantinópolis. Além do nascimento desses aglomerados famélicos, os gloriosos tempos da economia gomífera também são simultâneos – veja-se a coincidência – à construção, por exemplo, do Instituto Benjamin Constant, onde meninas órfãs e pobres eram doutrinadas para o serviço doméstico, e do Asilo de Mendicidade, quando a mendicância foi proibida pelo governo estadual em 1910. E isso tudo sem falar da massa de seringueiros endividados – ou melhor – escravizados nos seringais dispersos pela selva. Dessa forma, seguindo o ponto de vista de Milton Hatoum, expresso em *Crônica de duas cidades: Belém – Manaus* e no prefácio para *A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*, o crescimento de Manaus, durante o ápice da exportação da borracha, representa, a bem da verdade, os traços mais perversos de uma modernização manca, falha, incompleta e de cunho absolutamente conservador; favoreceram-se apenas os setores mais abastados da sociedade manauara.

1.4 A cegueira do fausto

A elite regional esteve tão absorta nos estilos de vida emanados por Paris e por Liverpool que não percebeu a iminência da derrocada. Desde os primeiros anos do Ciclo da Borracha, havia boatos de que, em 1872, o inglês Henry Wickham transportara clandestinamente sementes da *hevea brasiliensis* para a Inglaterra. Mas os barões da borracha não quiseram refletir de modo apropriado sobre o assunto; apenas se deram conta do descaso, quando as tais sementes, posteriormente levadas para o Ceilão e para Cingapura, desenvolveram-se em plantações racionalmente conduzidas e selecionadas. Mais rápida do que a ascensão foi a queda da elite da borracha: após o término da Primeira Guerra Mundial, a produção amazônica sucumbira definitivamente à asiática, e para as cidades que floresciam com a economia gomífera restaram o abandono e o esvaziamento dos portos:

Em 1915, o espetáculo da partida dos navios era descrito com pesar em artigo publicado pela revista Associação Comercial do Amazonas: um êxodo, ocasião em que o roadway apinhava-se de gente que deixava o Amazonas nos vapores, indo para o exterior e para o sul do país. Os navios que faziam o percurso para o interior seguiam vazios de passageiros e mercadorias. (DAOU, 2004, p.65)

O castelo de cartas da riqueza amazônica enfim ruía. A prosperidade, apreciada por Caio Prado Júnior (1981) como fictícia e superficial, dava sinais de uma curta existência desde os primeiros anos da exportação gomífera. Realizada por meio de processos rudimentares e limitada pelo difícil acesso das reservas, a exploração da borracha só obteve êxito enquanto a produção oriental, patrocinada por recursos da Inglaterra, Holanda e França, não colhia os primeiros resultados de uma plantação dirigida de modo infinitamente mais racional que a brasileira. Além da falta de proteção às plantas e de extrações intensivas e malcuidadas, por aqui também vigorou o sistema de aviamento – a herança escravista, em absoluto descompasso com as exigências liberais do período, atravancava o ritmo da produção; na estagnada mentalidade do seringalista, a mão de obra, em sua maioria flagelos da seca nordestina, deveria ser imobilizada nos seringais. Dessa maneira, os seringueiros que não morriam vítimas da fome ou das mais diferentes doenças típicas de uma floresta tropical, produziam pouco e mal.

Após a crise da borracha, Manaus ingressou em um período de estagnação econômica superado – ainda de que de modo incompleto e pouco satisfatório – somente com a criação da

Zona Franca em 1967. Tal inércia se deu, porque a economia gomífera dominava inteiramente a produção regional; com a queda, não havia alternativas de substituição. Nem mesmo outros produtos pertencentes ao extrativismo natural, como a castanha, seriam capazes de propor algum alento, pois todos eles foram abandonados durante o auge da exportação de látex. Nesse sentido, também não havia indústrias. O espaço construído e urbanizado por Eduardo Ribeiro contava tão somente com a economia extrativista dependente de apenas um produto, e, quando este decaiu, decaiu simultaneamente uma imensa “civilização de fachada” (PRADO JÚNIOR, 1981, p.264).

Facultado pelas exigências do mercado internacional e pelo espírito de modernização republicano, o fausto da borracha é consequência imediata de uma elite política e econômica que, na “tentativa” irrefletida “de implantação da cultura europeia” (HOLANDA, 1995, p.31), não percebeu as limitações do próprio empreendimento. Apesar das esperanças depositadas em vão, das vidas ceifadas e de todos os prejuízos pecuniários, a ascensão e a queda do Ciclo da Borracha, ao menos, contribuíram para o rápido desenvolvimento de uma região brasileira que até os últimos anos da Monarquia reclamava por maiores investimentos.

Desse modo, a Paris dos Trópicos entrou para o imaginário da região amazônica com a mesma força de um mito do Eldorado. Ao passo que a verdadeira Manaus, onde se assistiu à nefasta consecução de um processo modernizador falho e para poucos, tornou-se não só um assunto para políticas públicas, mas especialmente um recorrente tema a ser debatido pela literatura de Milton Hatoum.

2 MUTISMO ANCESTRAL: A SORTE DOS ÍNDIOS⁶

2.1 Da Paris dos Trópicos à Cidade Flutuante

De reduzida aldeia em fins do século XIX, Manaus, já no primeiro decênio do século XX, passou a um importante centro comercial do negócio da borracha. Conforme observado no capítulo anterior, a Paris dos Trópicos, entretanto, teve vida curta; em 1920, o Governo Federal suspendeu os incentivos que, desde o início da Primeira Guerra Mundial, tentavam debalde salvar a produção brasileira de um fracasso perante a concorrência asiática. De qualquer modo, ainda que os portos tenham esvaziado e os investimentos estrangeiros escasseado, a modernização empreendida pelo surto da borracha em toda a região amazônica, especialmente na capital amazonense, deixou marcas profundas não só no traçado urbano e nos hábitos de consumo de Manaus, mas, sobretudo, na mentalidade da pequena burguesia que se favorecera com os anos de Eldorado. A partir da crise do Ciclo da Borracha, perderam espaço (e fortuna, evidentemente) os antigos barões; em seu lugar, restaram suas mansões, seus palacetes e o símbolo máximo do fausto manauara: o Teatro Amazonas. As famílias abastadas que sobreviveram ao declínio econômico partiram, em sua maioria, para a Europa ou para o Rio de Janeiro, a fim de se afastarem do provincianismo a que estava relegada, novamente, a antiga Paris das Selvas. Esta se afundou na estagnação econômica e sua população foi incrementada por uma legião de miseráveis oriundos dos seringais abandonados que se espalhavam pelo interior amazônico.

A entrada do capital estrangeiro, além da modernização arquitetônica e urbanística, também favoreceu o fortalecimento do comércio em Manaus. A fim de suprir as necessidades de uma sociedade cada vez mais dependente do estilo de vida europeu, ou melhor, parisiense, esse setor, ao lado do setor responsável pela exportação gomífera, tornou-se fundamental para a economia manauara. Apesar da queda brusca nas atividades exportadoras, o comércio se manteve; afinal, Manaus já não era mais um acanhado reduto de pequenas casas, e sim uma cidade que fora rapidamente modernizada e invadida por imigrantes das mais diversas origens. Destes, um determinado grupo foi de extrema importância para as atividades comerciais: os árabes. Atraídos pelas riquezas da borracha, sírios e libaneses dedicaram-se às

⁶ Este título dialoga com o capítulo “A sorte dos pobres”, do livro *Um mestre na periferia do capitalismo* (Roberto Schwarz).

mais diversas modalidades do comércio no espaço amazônico: desde a regatagem pela imensidão dos rios até a administração de casas comerciais. Na Manaus pós-Ciclo da Borracha, escassearam os grandes seringalistas e exportadores, mas se mantiveram os integrantes de uma incipiente burguesia dependente de negócios exclusivamente citadinos.

A exemplo do que acontecera em outras regiões brasileiras, como os italianos em São Paulo ou os judeus em Porto Alegre, os imigrantes árabes passaram a constituir um estrato de bastante importância econômica na sociedade manauara. Tal relevo social é abordado nos dois primeiros romances de Milton Hatoum, os quais possuem suas narrativas centradas em núcleos familiares de origem libanesa. Seja a família de Emilie, em *Relato de um certo Oriente*, seja a de Zana, em *Dois Irmãos*, ambas apresentam integrantes de uma elite local atrelada às atividades comerciais. No primeiro caso, o universo romanescos se concentra nos espaços da Parisiense, loja de gêneros que dá esteio à família, e ao casarão onde vivem os imigrantes e seus filhos. Entretanto, ainda que os relatos organizados pela narradora se refiram, majoritariamente, ao espaço privado, é no movimento das personagens as quais circulam pelo sobrado dos libaneses que se pode observar tensões sociais atinentes ao contexto histórico-social de uma Manaus de meados do século XX. Dessa maneira, a maior parte dos eventos narrados pelas diversas vozes que compõem o romance situam-se temporalmente em um período histórico posterior ao fausto gomífero, episódio cujos ganhos e perdas são fundamentais para compreender a constituição dessa Manaus moderna, dentro da qual convivem o tradicional e o moderno, o nativo e o estrangeiro e, sobretudo, as ruínas de um passado grandioso e a ânsia por um futuro que redirecione a capital amazonense para o caminho de continuidade econômica com o restante do Brasil.

A formação da Paris dos Trópicos, assim como as principais cidades ocidentais que se forjaram na virada do século XIX para o XX, é devedora da lógica urbanística de Haussmann. Essa *influência* europeia não é, de modo algum, exclusividade manauara ou tampouco brasileira, mas no caso de Manaus as consequências vão além da segregação espacial daqueles que excediam os já definidos lugares sociais de prestígio da modernização conservadora. O crescimento desse núcleo urbano à beira do rio Negro, mais do que afastar os pobres para as cercanias da cidade, tentou enterrar como uma chaga o que, até hoje, há de mais distintivo da região amazônica: a cultura indígena. Aliados pelos interesses do mercado internacional e, principalmente, pela mentalidade – em um arremedo de europeia – da elite manauense, os índios não compartilharam dos lucros da borracha, não se envolveram em atividades comerciais, não habitaram os casarões do centro da cidade, tampouco frequentaram

as óperas do Teatro Amazonas. Dessa forma, o grupo étnico primevo da região foi de tal modo relegado que sua presença, além de desprezada socialmente, é inexistente em quase absoluto no discurso oficial a respeito dos tempos áureos de Manaus.

Antes de um percurso histórico mais aprofundado a respeito das formas de espoliação a que, desde a chegada dos primeiros portugueses à Amazônia, sempre esteve submetido o indígena, é preciso compreender a maneira por que se representa, no primeiro romance de Milton Hatoum, a estratificação social de Manaus. De acordo com o capítulo anterior, tal fenômeno recebeu contornos bastante acentuados com o modelo de modernização empreendido na capital amazonense durante o ápice da extração gomífera. Conservador, ele privilegiou as classes dirigentes e relegou os desvalidos ao mais severo isolamento socioespacial. Esse fundamento histórico é formalizado no romance a partir da relação estabelecida entre a família-núcleo da narrativa e as diversas personagens pobres que circundam o sobrado dos libaneses. No centro, há a matriarca Emilie, o marido e os filhos; ao redor, agregam-se as empregadas, os indígenas e os moradores de bairros pobres, como a Cidade Flutuante e os Educandos. Dessa maneira, observa-se, ao longo da narrativa, uma massa de miseráveis desassistida por iniciativas do Estado tornar-se dependente da *generosidade* de um grupo familiar abastado.

Durante a construção da Manaus moderna, forjaram-se – à distância do centro, naturalmente – bairros pobres para onde migraram os excedentes da reforma social empreendida na cidade. Mas a partir de 1920, ano que registra a derrocada completa dos tempos dourados do extrativismo gomífero, passa a se constituir uma surpreendente forma de agrupamento humano: a Cidade Flutuante. Formada por casas de madeira que flutuavam sobre troncos de árvores, essa aglomeração se desenvolveu de 1920 até 1967 nas superfícies do Rio Negro e de Igarapés Manauaras. Essa outra cidade chegou a possuir cerca de 12 mil habitantes durante a década de 1960 e contou com uma rede de serviços semelhante à que havia em terra firme: bares, restaurantes, oficinas, feiras, lojas, etc. Além disso, é preciso destacar que tal fenômeno urbano está intimamente ligado aos dois maiores marcos de entrada do capital estrangeiro na região amazônica: a formação da Paris dos Trópicos (1890 a 1915) e a inauguração da Zona Franca de Manaus (1967). Assim, mais uma vez, a fim de que se compreenda qualquer aspecto do processo de modernização da capital amazonense, deve-se apontar a lente de análise para esses dois polos fundamentais da história econômico-social de Manaus.

Paris dos Trópicos ou Paris das Selvas são duas expressões cunhadas durante a *Belle Époque* amazônica para designar a pretensiosa Manaus erigida com os excedentes financeiros da importação gomífera. Ao longo desse período de euforia econômica, houve um intenso processo migratório voltado para as capitais Manaus e Belém e para o interior amazônico, onde se situavam os seringais de extração do látex. As cidades receberam, em sua maioria, imigrantes ligados aos negócios exportadores e às empresas responsáveis pelas reformas urbanísticas. Assim, pela capital amazonense, passaram a circular cidadãos ingleses, espanhóis, portugueses, alemães, sírios, libaneses, etc. Já pelo interior, no alto dos rios, em um contato muito próximo com diversas populações indígenas, passou a viver e a trabalhar (em condições absolutamente escorchantes) uma leva gigantesca de migrantes nordestinos. Incentivados pelo Governo Federal e, sobretudo, por promessas fantasiosas de enriquecimento rápido e fácil, milhares de homens, mulheres e crianças incrementaram os grupos de seringueiros da rústica indústria extrativa. Essa massa iludida de trabalhadores nordestinos foi submetida, entre tantas formas de exploração humana, ao perverso sistema de aviamento, por conta do qual tornavam-se verdadeiros escravos nas mãos dos administradores dos barracões. Dessa maneira, ainda que esses trabalhadores tenham acompanhado o Ciclo da Borracha desde os primeiros anos, a eles não coube parcela significativa dos crescentes lucros da exportação gomífera; restou, isso sim, a experiência da mais absoluta miserabilidade humana no interior dos seringais espalhados pela selva.

Despojos de uma modernização manca e aventureira, os seringueiros foram os últimos a receber as nefastas informações a respeito da bancarrota amazônica. O isolamento imposto pelos seringais e o sistema de escravização por dívidas infligiram a esses homens e mulheres modos extremamente precários de contato com a civilização. Enquanto os ingleses – que haviam construído o Manaus Harbour e se divertido nos elegantes clubes familiares da capital amazonense – retornavam para a Europa, e os grandes seringalistas, aos quais ainda restavam maneiras de escapar ao embaraço econômico, mudavam-se para o Rio de Janeiro, os trabalhadores do interior amazônico se depararam com imensos seringais abandonados, sem qualquer perspectiva de produtividade. Desamparados por essa nova configuração, para os sobreviventes da extração de látex não houve outra alternativa, senão recorrer a Manaus, a fim de encontrarem algum alento para sua peregrinação iniciada no sertão nordestino. Sendo assim, encetaram-se os primeiros movimentos para a construção da Cidade Flutuante.

Diante de uma cidade cujo processo modernizador contribuíra de modo decisivo para uma rígida disposição dos estratos sociais e suas respectivas posições geográficas no limite

citadino, diversos seringueiros e ribeirinhos recém-chegados à principal cidade do Amazonas passaram a construir suas habitações às margens do Rio Negro. Tal escolha não é, de modo algum, aleatória, uma vez que esse grupo de migrantes possuía, no interior amazônico, formas de sobrevivência exclusivamente dependentes das águas dos rios. Deles, eram retirados o alimento; por eles, havia a navegação e a comunicação com territórios vizinhos. Não surpreende, portanto, a manutenção desse estilo de vida em Manaus, cuja formação histórico-social, apesar dos esforços urbanísticos e europeizadores da malograda *Belle Époque*, também debita de uma íntima relação com o rio. Desse modo, a Cidade Flutuante é um fenômeno urbano de tamanha complexidade que sua extensão e seu nível populacional são admiráveis: quase 12 mil pessoas se aglomeraram em uma área que chegou a distar 150 metros da margem.

Embora no auge de sua existência, entre as décadas de 1940 e 1960, a Cidade Flutuante tenha estabelecido um sistema de manutenção quase autossuficiente em relação a Manaus, não se deve perder de vista que esse bairro manauara guarda suas origens e seu desenvolvimento na entrada maciça de seringueiros, pescadores e ribeirinhos sem nenhuma perspectiva de trabalho ou de uma sobrevivência digna no interior amazônico. Afirmar que essa *cidade* possuía ferragens, oficinas mecânicas, drogarias e até mesmo consultórios médicos e dentários não é, de modo algum, realizar a defesa do seu êxito enquanto aglomerado humano. Pelo contrário, apontar para o crescimento e para as *melhorias* da Cidade Flutuante é, na verdade, repisar em um tema caro à literatura hatoumniana: a entrada de capital estrangeiro durante o Ciclo da Borracha serviu para a construção de uma Manaus moderna em pé de igualdade com outras grandes capitais do Brasil e do mundo; entretanto, o modo como foi gerido esse excedente econômico deixou à margem dos lucros e das melhorias técnicas e culturais uma imensa parcela da população manauara. Assim, a Cidade Flutuante, longe de ser enaltecida como um paradigma do *esquizofrênico jeitinho brasileiro*, precisa ser compreendida como uma forma de espoliação de trabalhadores desvalidos, os quais, por conta do perverso descaso das políticas públicas, obrigaram-se à construção de uma comunidade famélica, desprovida de saneamento básico e transformada, ao longo do tempo, em agente poluidor do rio sobre o qual flutuava.

Em *Relato de um certo Oriente*, os moradores desse conglomerado são representados na sua relação de dependência com a matriarca da família-núcleo do romance. Em torno da imigrante, a fim de obterem alguma espécie de privilégio, reúnem-se alguns integrantes da Cidade Flutuante. Hakim, o filho mais velho de Emilie e um dos narradores do romance,

relembra a prática da mãe em homenagem a Emir. A matriarca se deslocava anualmente até o igarapé dos Educandos, onde arremessava um retrato do jovem libanês e um vaso de flores, com o intento de exaltar a memória do irmão que se suicidara no fundo do Rio Negro. Tal atitude, repetida durante vários anos, chama a atenção dos moradores daquele bairro que se formava à beira do Negro e do igarapé; por isso, a própria Emilie torna-se alvo não só de curiosidade, mas também de idolatria pelos habitantes da Cidade Flutuante:

As dezenas de fotos de Emir serviram para Emilie colocar em prática uma promessa cumprida à risca durante boa parte de sua vida; tu debes ter reparado que, infalivelmente, a cada manhã do aniversário da morte de Emir tua avó caminhava até a Matriz e, ajoelhada, com o corpo voltado para o rio, orava os resposos de Santo Antônio; depois seguia até o cais e pedia a um catraieiro para que a conduzisse à boca do igarapé dos Educandos, onde jogava na água um vaso com flores e um retrato do irmão; esse gesto, repetido a cada ano, despertou uma certa curiosidade nos moradores da Cidade Flutuante. Alguns passaram a frequentar o sobrado para pedir conselhos a Emilie e, eventualmente, esmolas e favores. (HATOUM, 2008, p.76)

Neste parágrafo, é interessante observar o movimento realizado pela personagem em destaque. Emilie, para cumprir uma promessa de verdadeiro louvor ao irmão, sai do sobrado da família e dirige-se até a praça da Matriz, em frente da qual se organizaram as primeiras habitações da Cidade Flutuante. Antes de compreender a força simbólica que esse deslocamento impele à narrativa, deve-se destacar a descrição da matriarca realizada pelo filho, narrador do fragmento:

Mas na manhã seguinte Emilie se iluminava; vestia um *tailleur* negro e usava o colar de pérolas contornando o decote, mas em contato com a pele. O rosto liso como o marfim era envolto pelos cabelos ondulados, e por detrás da orelha brotava a flor de jambo, de um vermelho vivo que repetia o vermelho dos lábios. Ao despontar assim, no vão da escada, meu pai estremeceu, mordendo os beiços, talvez ressentido ou enciumado, em todo caso irrequieto e certamente fascinado com aquela visão matinal, que era a versão mais pura da beleza. Ele não estranhava a sua atitude, pois Emilie se embelezava para reverenciar um defunto, mas o fato é que, naquele dia do ano, o negro que lhe cobria o corpo era, mais que luto, luxo. (HATOUM, 2008, p.89)

A última palavra, o termo que encerra esse trecho descritivo, congrega em seu significado bem mais que uma apreciação acerca da vestimenta da matriarca; revela, na verdade, o imenso contraste social existente nessa Manaus do século XX, cuja mímese, além do percurso espacial realizado pela libanesa, é a forma absolutamente desproporcional com

que Emilie se veste ao se dirigir a uma das regiões mais miseráveis da cidade. De frente à Cidade Flutuante, uma mulher de postura esguia, com anel de safira e colar de pérolas, dona de uma casa de comércio e moradora de um sobrado no centro, atira flores e um retrato ao rio. Após esse rito, ela ainda recebe em sua casa mendigos, curumins e doentes (em uma fila, a cada ano maior) para lhes oferecer guloseimas e – mais importante – ajuda e proteção. Esse *luxo*, portanto, a que remete Hakim, é a insígnia desse grupo manauara que não apenas mora distante dos miseráveis, mas, sobretudo, veste-se e age de modo distinto aos habitantes dos Educandos, da Cidade Flutuante e de tantos outros bairros que proliferaram à revelia dos projetos urbanísticos do início do século.

Como o próprio Hakim defende ao longo do romance, os presentes, as esmolas, as eventuais ajudas e favores não significam, em essência, uma generosidade louvável de Emilie. Ao passo que no universo público a imigrante libanesa “se empenhava para que nada faltasse aos moradores da Cidade Flutuante” (HATOUM, 2008, p.88), no privado, no interior do sobrado comandado por ela, pouco havia da “mãe de todos” (HATOUM, 2008, p.89). No preparo do festivo dia em que Emilie celebrava a memória do irmão, ajudando aos miseráveis de Manaus, colaboravam as amigas Hindié, Mentaha e Yasmine, além das empregadas e dos filhos e parentes destas. Aqui, avulta a perversidade que impregna as relações estabelecidas entre o senhor e os seus fâmulos na sociedade manauara em realce. Nenhuma das empregadas que passaram pelo sobrado de Emilie receberam honorários; além do mais, ainda foram vítimas dos abusos dos gêmeos da casa, os quais contavam com a conivência materna, mais interessada em proteger os filhos que dar ouvidos a “sirigaitas” (HATOUM, 2008, p.77).

A forma de interação entre a matriarca libanesa e os desvalidos manauaras que circundam o sobrado revela, apesar de ocultada por uma singela e despreziosa filantropia, a reiteração do poder de um estrato social sobre outro. Ao presentear, Emilie não está propriamente se doando à leva de miseráveis, e sim reafirmando a sua superioridade econômica e social. Todos aqueles homens, mulheres e crianças, constrangidos por um contexto de estagnação dos negócios extrativistas, não possuem alternativa diferente, senão recorrer às esmolas advindas de um membro da elite comercial que se formou graças à transformação da Manaus aldeia em Manaus moderna. Em um sistema truncado, dentro do qual concorrem seringueiros recém-chegados dos seringais abandonados do interior, caboclos, indígenas, mendigos, crianças órfãs, todos, evidentemente, relegados às posições e às moradias mais desfavorecidas na geografia da cidade, passam a depender do assistencialismo

de alguém que ocupa uma posição hierárquica, impudentemente, acima. Em troca, como forma de agradecimento à *bondade* da libanesa, os mais variados presentes:

Eram objetos, animais e plantas originários dos quatro cantos da Amazônia: pássaros e répteis vivos e empalhados, o precioso rouxinol do rio Negro, mudas de trepadeiras, samambaias e palmeiras, peixinhos fosforescentes, piranhas embalsamadas, e até mesmo a réplica fiel de um remo sagrado que conta a história de uma tribo indígena. (HATOUM, 2008, p.89)

Pelo o que se vê, todas as ofertas recebidas por Emilie são marcadas seja pela cultura, seja pela natureza amazônicas. Em primeiro plano, essa retribuição – desnecessária, mas compreensível se levada em consideração a atitude de contornos *paternalistas* da imigrante libanesa – nada mais é do que o pouco que essas pessoas podem oferecer: frutas, plantas, caças, objetos pessoais, tudo carregado de uma ânsia por agradar à *mãe de todos*. Observados, entretanto, com mais vagar, esses presentes podem ser compreendidos como uma forma de entrega simbólica dos elementos constituintes da identidade desses agraciados. É o povo amazônico, o homem de sentimento arraigado aos rios e à selva, um dos últimos resistentes à urbanização, realizando a própria amputação cultural no interior da cidade. Este espaço, que se impôs de tal modo que exigiu a migração para as suas fronteiras, achata indígenas, caboclos, nordestinos em uma mesma massa de miseráveis sujeitos aos desmandos da classe abastada; e se tiverem sorte, ganharão esmolas e até favores.

Os presentes foram tantos e tão variados que Emilie necessitou de um amanuense para organizá-los. Neste ponto do romance, deve-se enfatizar o alcance da influência da matriarca na rotina de Manaus. A fila diante do sobrado é enorme, a cada ano, ela é incrementada por mais homens e mulheres; e estes fazem de Emilie um verdadeiro ídolo, o qual recebe beijos na mão esquerda e oferta, com a direita, “comida à base de farinha de trigo integral” (HATOUM, 2008, p.90). Não seria absurdo supor que fora a própria Emilie quem abriu os caminhos para que Expedito Socorro se tornasse empregado no correio. Afinal, que chances de ascensão social o sobrinho de uma índia teria, senão protegido e favorecido por alguém do calibre da libanesa? Manaus, apesar da recente urbanização a que fora submetida, não havia se livrado dos ranços provinciais, e o modelo da família patriarcal, constrictiva e com um amplo círculo de poder e privilégios, ainda dominava na mentalidade dos grupos mais

distintos da cidade. Dessa maneira, Emilie encarna os sentidos mais perversos das relações de cordialidade⁷ impingidos por essa velha ordem familiar.

2.2 Anastácia Socorro: “triste agora, logo desesperada, amanhã resignada”⁸

Além dos moradores da Cidade Flutuante, dos mendigos e de tantos outros miseráveis que esperam alguma caridade de Emilie, outro importante grupo social também está à mercê dessa mesma proteção: os indígenas. Assim como os outros, os índios citadinos pertencem a uma faixa da esfera social eminentemente ligada aos desígnios dos membros de uma faixa superior. Desse modo, na Manaus pós-Ciclo da Borracha, submetida à mais absoluta imobilidade econômica, a estratificação social que se constituía e se fortalecera com os anos de ouro da extração gomífera solidificou algumas posições as quais são representadas ao longo da narrativa.

Tal representação preserva os aspectos nefastos da interação entre membros pertencentes a esferas opostas. Por exemplo, a família de imigrantes libaneses, cujo posicionamento é o de uma elite local ligada aos negócios do comércio, e índios urbanizados (especialmente mulheres, incorporadas ao trabalho doméstico) que, a fim de não se submeterem à miserabilidade da mendicância, sujeitam-se aos caprichos e aos disparates desse grupo familiar. Assim sendo, embora também se formalize o vínculo dos moradores da Cidade Flutuante com o sobrado dos libaneses, é justamente na relação estabelecida entre Emilie (e seus filhos) e Anastácia Socorro (além dos filhos e afilhados) em que se assiste a um dos capítulos mais cruéis da narrativa, a qual guarda origens, naturalmente, na realidade social de uma Manaus de meados do século XX.

A fim de realizar o diálogo desse relacionamento tão marcado pela perversidade com o conceito desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda (1995), é preciso equacionar as especificidades da índia Anastácia Socorro, enquanto pertencente a um grupo étnico espoliado e perseguido desde o princípio da invasão portuguesa em terras amazônicas. Portanto,

⁷ Neste passo, é preciso esclarecer que a cordialidade a que se refere neste trabalho está de acordo com a chave interpretativa proposta por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. No quinto capítulo dessa obra, cujo título é “O homem cordial”, o autor desenvolve um conceito fundamental para compreender a influência do modelo de família patriarcal na sociedade brasileira.

⁸ Este subtítulo se vale de expressões cunhadas por Roberto Schwarz no já referido texto “A sorte dos pobres”.

compreender a crueldade a que está constrangida a empregada doméstica do sobrado dos libaneses exige um movimento de análise histórica, o qual situará Anastácia em uma linha sucessória de mulheres indígenas que, desde a sociedade colonial, foram inseridas no convívio com a civilização como força de trabalho ou potencial reprodutivo.

Em um breve ensaio, intitulado “Laços de parentesco: ficção e antropologia”, Milton Hatoum comenta a constituição de Domingas, uma das personagens de seu segundo romance, *Dois Irmãos*. Indígena, ela é incorporada à família de Zana ainda jovem, após a esposa de Halim doar algumas mesas e cadeiras para as religiosas que tomavam conta dessa e de outras crianças órfãs e oriundas do interior amazônico. Evidentemente, Domingas ingressa na vida dos imigrantes libaneses para tomar conta do trabalho doméstico; serviçal, destina-se a ela uma extenuante rotina de afazeres no sobrado dos patrões. Segundo o autor, a gênese dessa personagem remonta, (além de duas viagens realizadas em sua juventude ao Alto Rio Negro, das quais retornou deprimido por conta da condição de exploração a que os índios da região, abandonados pelo poder público, estavam submetidos nas mãos de comerciantes, militares e religiosos), às experiências vividas na própria capital amazonense, onde testemunhou cenas de humilhação e resignação em várias casas; vidas de sofrimento de mulheres dedicadas à patroa e à família. Desse modo, Hatoum justifica a construção de Domingas por meio de uma “adesão afetiva a pessoas desgarradas de seus povoados, que moravam e trabalhavam em Manaus.” (HATOUM, 2004, p.84)

Em acréscimo a isso, o autor amazonense realiza o ponto de contato de Domingas com Félicité, personagem de Flaubert, também uma empregada doméstica marcada pelo abuso e pela espoliação. Sob o ponto de vista da literatura brasileira, a mãe de Nael é inserida em uma linha de personagens femininas pobres e humilhadas, na qual antecedem a costureira de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Dona Plácida, e a migrante nordestina de *A hora da estrela*, Macabéa. Para Hatoum, essas mulheres comovem o leitor e espelham mazelas ainda existentes na sociedade brasileira. Assim sendo, lançando sua lente de análise para região amazônica, a abordagem de Milton Hatoum é “uma tentativa de reparação a tantas Domingas exaustas e mal pagas da minha infância e juventude amazonense, fonte primária da minha experiência, de que depende a imaginação romanesca.” (HATOUM, 2004, p.87)

Embora Milton Hatoum, no ensaio em destaque, enfatize apenas Domingas, é preciso inserir outra personagem nesse grupo de mulheres pobres – a empregada de *Relato de um certo Oriente*, Anastácia Socorro. De modo semelhante à serviçal do segundo romance, Anastácia também é de origem indígena e sofre os mesmos abusos físicos e sexuais no

interior de um sobrado de imigrantes libaneses. Nessa série, ainda se podem juntar as empregadas Naiá, de *Cinzas do Norte*, e Florita, de *Órfãos do Eldorado*. Dessa maneira, na obra romanesca de Hatoum, evidencia-se a representação – ao lado de outros naturalmente – de um grupo social determinado: índias desgarradas de suas localidades de origem e aculturadas na capital a fim de que se tornem empregadas domésticas em casas de pessoas socialmente privilegiadas. A respeito dessa sucessão de personagens, cuja constituição guarda procedência em um mesmo fundamento histórico-social, deve-se notar que, entre as quatro, Anastácia Socorro é a que menos circula entre os patrões; sua influência na vida da família a que serve, se comparada, por exemplo, à de Naiá, a qual aconselha e repreende a patroa Alícia, é absolutamente nula. Portanto, sobre a primeira serviçal representada incide uma perversidade nas relações com os empregadores muito mais aguda do que a observada nos romances subsequentes.

A respeito de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Roberto Schwarz (2012, p.111) afirma que os episódios envolvendo Eugênia e Dona Plácida ganham realce em virtude da “profundidade com que inventam [...] as consequências que a estrutura social brasileira trazia aos desfavorecidos”. Em sentido análogo, as empregadas domésticas construídas pela escrita de Milton Hatoum possuem correspondência com a sociedade manauara do século XX. Desamparada por iniciativas do Estado, as quais, entretanto, subvencionam o patronato extrativista (especialmente o ligado às atividades de extração gomífera), a população da Amazônia é submetida a condições de intensa miséria, sem alternativas de inserção em formas satisfatórias de produção econômica. De acordo com Darcy Ribeiro (2006), essa situação se agrava em períodos letárgicos da economia amazonense, como o que se sucedeu ao fracassado empreendimento do Ciclo da Borracha. Constituem o grosso dessa população miserável índios, seringueiros, caboclos e ribeirinhos que, desprovidos de perspectivas positivas no interior amazônico, adensam os subúrbios das principais capitais do Norte, Belém e Manaus. Nesta, formaram-se diversas aglomerações humanas marcadas pelas mais torpes condições de vida, como a já citada Cidade Flutuante. Além desses bairros, outra consequência do embaraço econômico é a urbanização de contingentes indígenas, aos quais não restam opções de trabalho muito diversificadas: artesanato ou trabalho doméstico. Correspondem, portanto, a este grupo as personagens domésticas dos romances de Milton Hatoum, as quais possuem trajetórias de vida ao longo das narrativas bastante semelhantes.

A inserção compulsória do indígena amazonense à civilização remonta à chegada dos portugueses na região por volta do século XVII. No delta do Amazonas, a fim de expulsar

franceses, ingleses e holandeses que ameaçavam sua soberania, a antiga Coroa construiu fortes de proteção. Estes se tornaram núcleos de ocupação que rapidamente perceberam as lucrativas possibilidades exportadoras das drogas da mata. Em um ambiente absolutamente inóspito ao conhecimento e ao modo de vida português, a opção mais óbvia foi recorrer à mão de obra indígena. A população autóctone foi incorporada de duas maneiras ao empreendimento de busca por especiarias no interior amazônico: a primeira delas – a mais recorrente – foi a escravização de tribos inteiras; a segunda, por sua vez, representa a inclusão do indígena na lógica mercantilista – em troca de produtos trazidos da Europa pelos portugueses, os índios, transformados em consumidores, trabalhavam na floresta. Inicia, dessa maneira, o extermínio de estilos primitivos de vida em tribos que floresciam de forma grandiosa:

Toda a área era ocupada, originalmente, por tribos indígenas de adaptação especializada à floresta tropical. A maioria delas dominava as técnicas de lavoura praticadas pelos grupos Tupi do litoral atlântico, com que se depararam os descobridores. Em algumas várzeas e manchas de terra de excepcional fertilidade e de fácil provimento alimentar, através da caça e da pesca, floresceram culturas indígenas de mais alto nível tecnológico, como as de Marajó e de Tapajós, que podiam manter aldeamentos com alguns milhares de habitantes. (RIBEIRO, 2006, p.279)

Apesar do poderio português, os indígenas reagiram às tentativas de escravização, fugindo para o interior da mata. Por essa razão, surgem as tropas de resgate; solução cara e precária, logo foi substituída pela formação de núcleos missionários, em que os índios apresados dedicavam-se ao serviço com os padres, à edificação de obras públicas e à coleta de drogas da mata. Nesses aldeamentos, liderados por jesuítas, carmelitas ou franciscanos, índios das mais diversas matrizes eram reunidos em único espaço de convivência. Do ponto de vista cultural, essa homogeneização foi devastadora, já que línguas, crenças e modos de vida distintos cederam ao enquadramento do cativador. Dessa maneira, pode-se afirmar que houve a tupinização dos indígenas amazônicos – a língua e o estilo de vida dos Tupis, com quem os portugueses interagiram de tal forma que sincretizaram mestiços chamados de mamelucos ou neobrasileiros, foram impostos pelo colonizador cujo ponto de vista, quando chegou à Amazônia, era duas vezes influenciado: pela formação europeia e pelo intenso contato com o indígena litorâneo.

O vulto das populações, a fartura alimentar e a alegria de viver a que remetem os primeiros cronistas da ocupação portuguesa logo foram substituídos pelo trabalho forçado, em

que o indígena, segundo as expressões cunhadas por Ribeiro (1986), tornou-se: índio-remo, índio-piloto, índio-bússola. Transmissor dos modos tradicionais de sobrevivência, o autóctone transformou-se no saber, no nervo e no músculo do colonizador; espantado, padre Antônio Vieira, no século XVII, contabiliza 2 milhões de índios dizimados em apenas uma década:

Essas condições de exploração provocaram o extermínio das populações aborígenes e criaram um ambiente de extrema tensão interétnica. Mas a ordem social pôde ser mantida graças à implantação e atuação, ao longo de séculos, do mais vasto aparelho de destribalização e de conscrição violenta de índios ao trabalho. (RIBEIRO, 2006, p.287-288)

O vasto aparelho de destribalização a que remete Darcy Ribeiro tem a ver, sobretudo, com a homogeneização ocorrida no interior dos aldeamentos-reduções. O tupi, língua dos índios litorâneos, contribuiu para a formação de uma língua geral, denominada, na região amazônica, nhengatu – falada por índios genéricos, sem cultura e identidade específicas. Com a formação e o desenvolvimento das cidades na região, os indígenas também foram fazendo parte do contexto urbano, mas sempre relegados a posições desfavorecidas socialmente; de tal modo que no universo colonial, conforme recorda Wagner dos Reis Araújo (2012), os índios eram considerados *súditos inferiores da Coroa*. Além do mais, nesse contexto,

uma inversão quanto aos papéis tradicionalmente executados [nas comunidades indígenas] se opera, quando os homens são lançados no trabalho agrícola, tarefa social das mulheres, e estas são desviadas para o serviço doméstico nas casas dos colonizadores, tornando-se suas escravas e sendo submetidas aos seus caprichos sexuais. (MIRANDA, 2003, p.7)

Compulsoriamente utilizados como mão de obra na conquista da Amazônia, homens, mulheres e crianças indígenas representam o alicerce para a vida social desse período. Às índias, entretanto, não couberam apenas os papéis de amas de leite e farinheiras da Coroa (conforme promulgado pelo Regimento das Missões de 1686), mas também foram impelidos a elas casamentos forçados com colonos. Estes, desde os primeiros anos da ocupação portuguesa, exploraram indiscriminadamente as mulheres indígenas, dando início a uma prática que criou profundas raízes na mentalidade e, sobretudo, nos hábitos masculinos. Durante o auge do Ciclo da Borracha, por exemplo, intensificou-se o comércio de mulheres indígenas para os seringais; uma vez que estes eram muitos e bastante povoados, a índia se tornou *objeto* escasso. Reificada, a mulher era mercadoria valiosa na perversa economia do aviamento. Por conta disso, as indígenas passaram a ser capturadas a fim de servir regiões

como a do Alto Juruá, no Amazonas; caso resistissem, eram amarradas e amordaçadas – em uma forma de tortura conhecida por *amansamento*.

Além de utilizadas como potencial reprodutivo, já que a Coroa, pelo bem do povoamento, permitiu a reprodução dos colonos com mulheres indígenas, estas também foram incorporadas à sociedade colonial como força de trabalho doméstico. Assim, desde os mais remotos tempos da ocupação portuguesa em terras amazônicas, a índia sempre esteve muito próxima da rotina e da casa dos colonizadores, prestando-lhes inumeráveis favores (sexuais, mormente). Solidificados os costumes, a instituição do *compadrio* passou a dar suporte às relações sociais da Amazônia. Essa forma específica de interação entre as classes, comum ao interior e às capitais, possuía como esteio o modelo de família patriarcal, cujos privilégios se estendiam de forma ampla e abundante. Líderes políticos e membros do patronato extrativista e comercial apadrinhavam meninos e meninas pobres do interior (indígenas, em sua maioria) para fazê-los empregados de seus palacetes e sobrados nas capitais Belém e Manaus. Crias da família, essas crianças assumiam uma posição ambígua: tanto poderiam ser vistas como filhos de criação, quanto como serviçais da casa. Evidentemente, o segundo ponto de vista se sobrepunha, e, para os filhos dessas famílias abastadas, as empregadas não passavam de mulheres-escarradeiras: prestavam-se à iniciação sexual e a abusos das mais diversas naturezas. Subjugadas ao capricho dos patrões, a culpa da gravidez geralmente lhes era atribuída; caso tivessem sorte, poderiam criar os seus – exclusivamente seus – filhos malditos. Constitui-se, desse modo, uma verdadeira ancestralidade de filhos enjeitados, cuja marca é o silêncio da origem e da submissão.

Justamente desse fundamento histórico se vale a construção das empregadas domésticas de Hatoum. Anastácia Socorro, Domingas, Naiá, Florita, todas carregam em sua gênese as marcas de desmando e espoliação a que as mulheres indígenas, desde os tempos coloniais, foram submetidas no interior de casas abastadas de Manaus. No contexto da produção romanesca de Milton Hatoum, *Relato de um certo Oriente*, além de inaugurar essa linha sucessória de personagens femininas pobres e humilhadas, também apresenta uma “periferia de agregados” (CERQUEIRA; REZENDE, 2013, p.5) que buscam alguma forma de privilégio em torno da matriarca libanesa (como representantes desse grupo, destacam-se, sobremaneira, os moradores da Cidade Flutuante e de outros bairros miseráveis da capital amazonense). Dessa maneira, a relação de Emilie com os desvalidos que a circundam assume um sentido autolegitimatório: estes a veneram, porque necessitam de sua proteção; aquela os acolhe, porque isso renova e expande seu poder.

No alcance da influência da matriarca libanesa, confundem-se os limites do ambiente público e do privado. Em torno da *mãe de todos*, agregam-se os desvalidos de uma cidade paralisada economicamente; apesar desse epíteto, sob o manto da atitude afetuosa conquistada pelo convívio quase familiar entre Emilie e os *agregados*, movimenta-se uma espécie de civilidade a qual, na esteira do argumento de Holanda (1995, p.147), “pode exprimir-se em mandamentos e sentenças”. Sendo assim, a matriarca leva à esfera da intimidade relações que, à primeira vista, não deveriam se pautar dessa maneira e, com isso, alarga o alcance da sua importância na sociedade manauara (lembrando que, mesmo na velhice, a libanesa continua influente, afinal, por meio de bilhetes entregues à polícia, solta pequenos infratores da cadeia); todavia, o reverso dessa prática tão *acolhedora* (da qual se favoreceu, em certa medida, a narradora do romance e seu irmão) é o tratamento dispensado, especialmente, a Anastácia Socorro: submetida a uma cordialidade que a sufoca no interior do sobrado sem o direito de experimentar uma comida digna ou de receber um mísero salário.

2.3 Emilie: cordialmente perversa

Nessa dialética da cordialidade, a imigrante libanesa possui um comportamento marcadamente ambíguo. Na frente do sobrado, auxiliada pelo amanuense Expedito Socorro, a matriarca realiza ofertas aos pobres; por tal razão, é chamada *mãe de todos*. No interior, entretanto, esforça-se a fim de manter uma relação, no mínimo, afetuosa com a empregada Anastácia Socorro, tia de Expedito. A dona de casa respeitada por diversos moradores manauaras e reconhecidamente generosa é a mesma que “resmungava porque Anastácia comia ‘como uma anta’” (HATOUM, 2008, p.76). Assim sendo, das práticas sociais empreendidas por Emilie pode-se compreender as duas faces da convivência com os agregados: de um lado, a oferenda, como forma de garantir a dependência; de outro, o escárnio e a humilhação, modos de açoitar e de reiterar o privilégio.

O sentido dessa convivência cruel e absolutamente corriqueira no contexto manauara aprofunda-se no relacionamento estabelecido entre os membros da família libanesa (especialmente Emilie e seus filhos *inomináveis*) e as empregadas da casa (com maior ênfase para Anastácia Socorro). Dando continuidade a um costume já bastante difundido entre os homens pertencentes a estratos privilegiados da sociedade de Manaus, os gêmeos, cujos

nomes não são revelados ao longo da narrativa, se prevalecem das domésticas do sobrado e, ao mesmo tempo, beneficiam-se da proteção materna. Sobre esse ponto, é importante destacar a perspectiva de Hakim – irmão mais velho, de modo algum afeito a essas práticas:

[...] meus irmãos abusavam como podiam das empregadas, que às vezes entravam num dia e saíam no outro, marcadas pela violência física e moral. A única que durou foi Anastácia Socorro, porque suportava tudo e fisicamente era pouco atraente. Quantas vezes ela ouvia, resignada, as agressões de uns e de outros, só pelo fato de reclamar, entre murmúrios, que não tinha paciência para preparar o café-da-manhã cada vez que alguém acordava, já no meio do dia. Vozes ríspidas, injúrias e bofetadas também participavam desse teatro cruel no interior do sobrado. (HATOUM, 2008, p.76)

Voz crítica à conduta dos gêmeos, o primeiro filho de Emilie, além de trazer à tona de modo genérico a forma com que os irmãos tratavam as mulheres de estrato inferior, ainda relata um evento pontual e extremamente profícuo para compreender o alcance desses desmandos. Embora sempre descrito como um homem silencioso, ponderado e de ação restrita aos limites da Parisiense, certa feita, o marido de Emilie ingressa furiosamente no interior do sobrado, de cinturão em punho, cobrando a responsabilidade dos gêmeos pelo filho de uma mulher desconhecida. Encolerizado, “gritou, entre pontapés e murros na porta, que um filho seu não pode escarrar como um animal dentro do corpo de uma mulher.” (HATOUM, 2008, p.77) Neste ponto, mostra-se importante destacar o uso do verbo *escarrar*, já que este termo resume em seu significado o valor atribuído às mulheres que apareciam na Parisiense exigindo a paternidade de seus rebentos. Elas são de tal modo depreciadas que, ao invocar o desrespeito dos gêmeos a Deus, o marido de Emilie recebe uma resposta definidora do caráter das relações sociais constituídas entre homens abastados e mulheres pobres no contexto manauara: “– Deus? – contra-atacou Emilie. – Tu achas que as caboclas olham para o céu e pensam em Deus? São umas sirigaitas, umas espevitadas que se esfregam no mato com qualquer um e correm aqui para mendigar leite e uns trocados.” (HATOUM, 2008, p.77-78)

Este pequeno excerto revela de maneira incisiva o nefasto tratamento a que estão subordinados os desvalidos de Manaus: índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, enfim, toda uma sorte de homens e mulheres que a modernização da *Belle Époque* intentou dissimular. Entretanto, os mal fadados rumos econômicos da capital amazonense obrigaram-na a acolher esse enorme excedente humano. Desse grupo de miseráveis, recebem destaque, por sua condição ainda mais despojada de qualquer dignidade humana, as mulheres; exploradas pela posição social rebaixada e, sobretudo, pelo gênero, a elas restou o papel de

escravas: seja domésticas, seja sexuais. A indignação de Emilie possui um fundamento de classe manifesto: na lógica da matriarca, representante do grupo dirigente, o sexo – índice mais cortante da dominação masculina – é um pretexto utilizado por mulheres interessadas em se valer das posses da família. A responsabilidade dos filhos não se exime somente porque o amor dessa mãe é incondicional e cegamente devotado aos seus, mas, sobretudo, porque as tais caboclas são sujeitos pertencentes a setores desprestigiados socialmente. Dessa maneira, em uma sociedade ainda bastante enraizada em costumes herdados pelos ditames coloniais, que desde os primeiros anos submeteram a mulher indígena (e também a mestiça) ao sentimento de pertença colonizador, não espanta que a matriarca (ainda que mulher, mas mulher proprietária, estrangeira e católica fervorosa) julgue os filhos segundo os critérios do espaço privado – a cordialidade das relações enseja esse procedimento em tudo injusto e perverso.

A crueldade se aprofunda ainda mais no relacionamento da índia Anastácia Socorro com Emilie e os filhos *inomináveis*. A razão por que a permanência da empregada foi tão longa no seio da família libanesa indigna na mesma medida em que comove. Ela não foi abusada pelos gêmeos, porque era feia; não havia respeito ou consideração, e sim um desprezo de tal modo demasiado que nem mesmo para o escarro sexual Anastácia servia. A doméstica não abandonou o convívio com os imigrantes, porque era forte; provavelmente, após uma vida pregressa de embarços, já chegara ao sobrado resistente a agressões físicas. A feiura e o *lombo curtido* não são atributos aos quais se deva dedicar louvores; ironicamente, para a serviçal de Emilie, são eles que lhe deram amparo – parece que a humilhação consagrada a essa mulher nasce de todos os lados.

2.4 A ancestralidade da submissão

Na fatura do romance, Anastácia Socorro é uma personagem cuja concepção corresponde à estrutura social manauara. Em uma Manaus de meados de século XX, submetida a uma severa estagnação econômica após a crise da borracha, os estratos da sociedade já não contam com os poderosos barões da extração gomífera; todavia, uma imensa leva de miseráveis, para os quais as alternativas de sobrevivência no interior eram as mais custosas, buscou a cidade mais importante da região a fim de melhores condições de vida.

Desse movimento de urbanização caótica, nasceu, conforme já observado, a Cidade Flutuante, a qual é representada no romance na forma de dependência estabelecida por alguns moradores com a matriarca libanesa. Percurso semelhante, mas de origens bastante recuadas no tempo, é o ingresso de indígenas no convívio urbano. Incorporada à civilização compulsoriamente, quer como presas das tropas de resgate, quer como catecúmenos dos núcleos missionários, a população de índios amazônicos, desde os primeiros tempos da ocupação portuguesa, sempre esteve – embora alguns membros mais arredios fugissem para a mata e para o alto dos rios – muito próxima dos colonizadores. Assim sendo, quando se trata desse grupo de indígenas urbanizados, cujo aumento também está ligado ao auge do Ciclo da Borracha, período em que se impôs sobremaneira a lógica de modernização calcada na tecnologia e na urbanização, pode-se afirmar uma verdadeira ancestralidade na sujeição às famílias pertencentes a esferas privilegiadas da sociedade manauara.

Tal linha de submissão é formalizada na narrativa a partir dos indígenas que circundam o sobrado dos libaneses. A matriarca não era servida apenas por Anastácia, mas também pelos filhos, sobrinhos e afilhados da índia. Nessa conta, ainda podem ser considerados o tio de Anastácia, Lobato Naturidade, responsável pelo resgate de Emir; Expedito Socorro, o jovem amanuense; e uma das filhas de Anastácia, empregada com quem a narradora se depara ao acordar em frente à casa da mãe na volta a Manaus. Dessa maneira, a árvore genealógica indígena, a qual se mostra dependente dos desígnios da libanesa e seus familiares, constitui-se da seguinte forma: Lobato Naturidade é o mais velho; este é tio de Anastácia Socorro, a qual é mãe dos fâmulos que, nos fins de semana, ajudam nas tarefas domésticas do sobrado; além disso, há Expedito e a empregada que desperta a narradora – essa última serviçal é um dos citados fâmulos, já adulto, evidentemente.

O vínculo de Lobato Naturidade com a matriarca não é, à primeira vista, pautado pela sujeição; afinal, Hakim é categórico ao afirmar que “Emilie tratava-o com um respeito que aspirava à veneração” (HATOUM, 2008, p.83). Essa deferência foi moldada logo após o suicídio de Emir; na confusão para resgatar e identificar o cadáver do jovem libanês, o misterioso indígena, de modo bastante rápido e eficaz, encontrou o corpo do suicida e trouxe alívio à irmã. Daí em diante, Emilie dedicou a ele uma “amizade [...] louvada por uns e tripudiada por outros.” (HATOUM, 2008, p.84) E é justamente nesse ponto em que residem os traços definidores da superioridade hierárquica da libanesa. Sob o manto cordial da “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade” (HOLANDA, 1995, p.146), a *civilidade* da matriarca venera o velho Lobato; entretanto, também carrega consigo o inocultável germe da

dominação. Entre Hector Dorado, Esmeralda, Américo, dr. Royal, Shalom Benemou e a esposa (vizinhos e amigos da família de Emilie), a circulação de Naturidade como um curandeiro eficiente não depende da própria competência ou da fama que o precede, e sim do prestígio que lhe é conferido pela matriarca – a indicação e o endosso da libanesa são capazes de quebrar as barreiras impostas a um sujeito marcado por injúrias e “notícias difamatórias” (HATOUM, 2008, p.85). Tal resistência se origina do lugar social e, sobretudo, do ambiente cultural a que pertence essa personagem indígena:

[...] o que mais irritava as pessoas era a vida errante de Lobato, a inexistência de uma moradia fixa. Cercado de urubus, viam-no ingressar na carcaça de um barco meio soterrado no mar de dejetos à beira de um igarapé; outros juravam que ele frequentava sórdidas palafitas, cujas paredes estavam cobertas de imagens de santos estranhos, com olhares não se sabe de embriaguez ou loucura; num recanto próximo ao casebre, um círculo de pontos luminosos brotava do breu da noite e aclarava garrafas de cachaça e galinhas mortas entre montículos de medalhas profanas. (HATOUM, 2008, p.85-86)

Neste passo, o que o narrador Hakim evidencia é bem mais do que temor à medicina de Lobato ou às lendas originadas pelo mistério em torno do qual vive esse homem, e sim o preconceito de uma população que execra o conhecimento, a cultura e os modos de vida do grupo étnico autóctone. As personagens citadas, para quem Lobato prestou algum serviço medicinal ou de resgate a mortos e desaparecidos, são todas elas estrangeiras por nascença ou ascendência. Isto é, embora Manaus seja uma cidade cuja formação depende essencialmente da tradição nativa (dentro da qual se insere a importância dos rios, da floresta e das formas de adaptação indígenas), há uma evidente sobreposição simbólica do contingente urbano – constituído de modo majoritário por valores alóctones, especialmente os europeus. E o próprio Hakim, com seu olhar de um apurado senso crítico, é quem avizinha a condição indígena à segregação socioespacial:

Esses atributos infames, vitupérios dirigidos a um homem pacato e quase invisível, eram lancetadas dirigidas também contra uma tradição ainda viva, que pulsava no coração dos bairros da periferia, no interior de habitações suspensas, açoitadas pelas chuvas. (HATOUM, 2008, p.86)

Este é um momento capital da narrativa a fim de que se compreenda a porção ocupada pelo índio na geografia da cidade. Além de um espaço simbólico denegrado, somente digno de consideração, caso se manifeste a influência de alguém como Emilie, por exemplo, também

foi destinado às populações indígenas um lugar de absoluto desprestígio na organização cidadina. Dessa maneira, geograficamente, as personagens do romance podem ser discriminadas de modo simples, porém expressivo: na parte central da cidade, os Benemou, o genro do Comendador, um médico formado pela *London School of Tropical Medicine*, a família da matriarca libanesa, etc; à margem, distantes, enfiados em palafitas, contribuindo para a formação da Cidade Flutuante e de outros bairros paupérrimos, os miseráveis de Manaus – os excedentes da modernização de caráter conservador dos anos dourados da borracha.

Lobato Naturidade circula entre as personagens do centro e até angaria certo prestígio, por conta da amizade com Emilie. Em acréscimo a isso, há outro ponto a ser discutido capaz de evidenciar o reverso desse vínculo entre o indígena e a libanesa. Por meio de um *compadrio* às avessas, Lobato recomenda que a sobrinha busque emprego no sobrado da matriarca. Esta, além de agir como o esteio simbólico do curandeiro, dando-lhe a proteção necessária para percorrer ambientes refratários à sua presença, ainda é responsável por acolher Anastácia Socorro como empregada doméstica. No interior dessa intimidade tão extrema, reside uma evidente distinção do lugar social de cada um: sem Emilie, Naturidade não passaria de um charlatão ainda mais execrado pela comunidade manauara; sem Emilie, Naturidade não obteria uma colocação para a sobrinha. É, portanto, a imigrante libanesa quem dá as cartas; partem da sua vontade e do seu empenho os desígnios para índios e pobres.

Seguindo a linha sucessória de dependência à família-núcleo do romance, Anastácia Socorro ingressa como a empregada doméstica do sobrado. Vítima dos abusos e dos caprichos dos gêmeos, Anastácia apenas não tomou o mesmo caminho de outras empregadas, porque, conforme já visto, era pouco atraente e bastante resistente. No entanto, nem por isso a índia deixou de experimentar um martírio sob as ordens de Emilie. Entre essas duas personagens não havia uma relação marcada pela impessoalidade ou pela racionalidade, pressupostos elementares para um vínculo moderno entre empregador e empregado. Pelo contrário, correspondendo a costumes típicos da Manaus do século XX, em vez de um contato menos íntimo e, por conta disso, mais adequado a sistemas de trabalho atuais, sobrepunha-se à convivência de ambas um modelo de prática social gerido e justificado pelo próprio núcleo familiar. Ou seja, Socorro foi incorporada à dinâmica como se fosse um membro da família; entretanto, reside nessa mistura de afeto e trabalho a face mais violenta da cordialidade:

No meu íntimo [Hakim é o narrador], creio que deixei a família e a cidade também por não suportar a convivência estúpida com os serviçais. Lembro

Dorner dizer que o privilégio aqui no norte não decorre apenas da posse de riquezas.

– Aqui reina uma forma estranha de escravidão – opinava Dorner. – A humilhação e a ameaça são o açoite; a comida e a integração ilusória à família do senhor são as correntes e golilhas. (HATOUM, 2008, p.78)

O fotógrafo alemão, nesse breve comentário compartilhado com Hakim, evidencia a crueldade sobre a qual se estruturam as relações de trabalho no Norte, mais especificamente em Manaus. A prática a que ele se refere é bastante recorrente, e suas raízes, entranhadas na mentalidade dos grupos dirigentes, remontam aos tempos coloniais. Mulheres indígenas de aldeias do interior ou pertencentes a contingentes urbanizados possuem no trabalho doméstico uma das escassas alternativas de trabalho. Desgarradas de suas famílias, essas empregadas ingressam no seio de grupos abastados ainda adolescentes ou, até mesmo, crianças. A essas meninas, portanto, correspondem as tantas caboclas que tentaram servir a família de Emilie e também Anastácia Socorro, cujo amparo da matriarca se deu graças à indicação de Lobato Naturidade. Sob os desmandos e os caprichos dos patrões e seus filhos, Anastácia torna-se parte integrante do sobrado; como uma verdadeira coisa, a qual não cansasse, não possuísse desejos e desgostos, a indígena é submetida a uma rotina extenuante: trabalhos excessivos, agressões, castigos e humilhações das mais diversas naturezas. Contudo, nesse vínculo assumido entre a empregada e a patroa, existe um elemento de barganha: o privilégio. Por meio de um esforço (notado por Hakim), a matriarca age de modo afetuoso com a doméstica; além disso, os filhos da índia são considerados *afilhados* da libanesa. Neste ponto, observa-se o nervo de sustentação de uma relação empregatícia que é, em praticamente tudo, prejudicial à parte subalterna. Assim, embora perseguida pelos gêmeos e humilhada por Emilie, Socorro, para quem as chances de trabalho fora do sobrado não são variadas, tampouco em condições muito diversas que as experimentadas entre os libaneses, sente-se acolhida pela *mãe de todos* ao vê-la oferecendo a ocupação de amanuense para Expedito Socorro e o título de *afilhado* aos rebentos.

Em contrapartida, do outro lado dessa balança bastante desfavorável, situam-se as ações de Emilie. Para ela, o trabalho e o alimento oferecidos à empregada pertencem à dimensão da caridade; Anastácia Socorro, afilhados e sobrinhos, quando trabalham no interior do sobrado, são verdadeiros privilegiados. O peso da família nessa balança se intensifica e aprofunda a sua perversidade justamente na comida ofertada à empregada e a seus parentes: não lhes é permitida uma refeição semelhante à do resto da casa; doces e guloseimas são negados às domésticas. Concessões são feitas a Socorro, somente sob a proteção de Hakim:

Eu presenciava tudo calado, moído de dor na consciência, ao perceber que os fâmulos não comiam a mesma comida da família, e escondiam-se nas edículas ao lado do galinheiro, nas horas da refeição. A humilhação os transtornava até quando levavam a colher de latão à boca. (HATOUM, 2008, p.76)

As frutas e as guloseimas eram proibidas às empregadas, e, cada vez que na minha presença Emilie flagrava Anastácia engolindo às pressas uma tâmara com caroço, ou mastigando um bombom de goma, eu me interpunha entre ambas e mentia à minha mãe, dizendo-lhe: fui eu que lhe ofereci o que sobrou da caixa de tâmaras que comi; assim, evitava um escândalo, uma punição ou uma advertência [...] (HATOUM, 2008, p.76)

Na esfera pública, Emilie é conhecida e louvada como a *mãe de todos*: comida e favores são ofertados aos moradores da Cidade Flutuante. Já na esfera privada, ela age de modo absolutamente diverso: as empregadas e seus parentes são de tal forma abjetos que a eles não cabe alimento semelhante ao dos patrões. Nessa atitude, observa-se a incoerência em que recai a tão pronunciada generosidade de Emilie; porém, tal incongruência se fundamenta justamente no embate entre público e privado. Ora, da porta do sobrado para fora, a matriarca é uma respeitosa senhora pertencente à elite local; por conta disso, a bondade é de seu interesse – a esmola não só lhe dignifica a imagem perante a cidade, como reitera a força e o alcance da sua influência; aos pobres, por sua vez, importa essa assistência da libanesa, pois ela é um dos poucos sujeitos em Manaus que lhes pode proporcionar algum rumo positivo na vida. Ao lado disso, no interior do sobrado, impera o costume da região – sob a condição de serviçais, indígenas e caboclos dedicam-se e submetem-se às extravagâncias e aos caprichos da família; em troca, apenas comida, e ruim.

O cimo da perfídia e da perversidade no relacionamento com a empregada doméstica se manifesta em um evento bastante peculiar dessa história. Quando a matriarca descobriu o parentesco entre Lobato Naturidade e Anastácia Socorro, esta “ficou mais íntima dos frequentadores da casa, e logrou a proteção de Emilie” (HATOUM, 2008, p.86), para ela “as tardes de ócio multiplicaram-se e as tarefas domésticas passaram a ser mais amenas” (HATOUM, 2008, p.86). Gerando revolta nos gêmeos, Anastácia, além de receber certo alívio em suas obrigações, passa a realizar as refeições na mesa da sala; um grande avanço nos hábitos da família – a índia dividia o mesmo espaço dos patrões e ainda experimentava da mesma comida. Entretanto, os irmãos *inomináveis* “nunca suportaram de bom grado” (HATOUM, 2008, p.86) essa inovação, e a “regalia súbita foi efêmera” (HATOUM, 2008, p.86):

Aquela mulher, sentada e muda, com o rosto rastreado de rugas, era capaz de tirar o sabor e o odor dos alimentos e de suprimir a voz e o gesto como se o seu silêncio ou a sua presença que era só silêncio impedisse o outro de viver. Sem que alguém lhe dissesse algo, Anastácia se esquivou dessa intimidade que causava repugnância nos meus irmãos, aflição em Emilie e uma discórdia generalizada na hora das refeições, um dos raros momentos em que a família hasteava a bandeira da paz. (HATOUM, 2008, p.86-87)

Neste passo, é importante mostrar a maneira por que se formaliza o constrangimento ao qual a empregada é submetida ao redor da mesa dos libaneses. De modo bastante expressivo, o silêncio se interpõe na narrativa a fim de revelar o desprezo a que estão relegados os índigenas na sociedade manauara. Aos índios cabe tão somente o silêncio; diante de membros concernentes a estratos privilegiados, os integrantes da etnia autóctone reprimem a própria voz. A atitude tomada por essa personagem é mímese da condição dos índios amazônicos – desde os mais tenros dias da ocupação portuguesa, os indivíduos desse contingente étnico foram perseguidos e reprimidos em suas especificidades culturais sob o domínio do colonizador e dos religiosos. Ainda mais escorchante é a situação dos índios urbanizados, os quais, além de viverem a terrível mutilação identitária de não serem silvícolas, tampouco sujeitos reconhecidamente civilizados, são incorporados à sociedade manauara como empregados com quem se pode tudo: desde não remunerar pelo trabalho, controlar a comida, até agressões e estupros; tudo isso justificado pelas inconstâncias e pelos deslizes daqueles que ocupam posições distintas nessa relação vertical. Não é de modo algum desmotivado, portanto, que não somente Anastácia Socorro seja descrita por signos que remetem ao silêncio, mas também o tio, Lobato Naturidade, seja reconhecidamente um sujeito silencioso e fechado para si mesmo; assim como eles, Expedito Socorro, o terceiro membro dessa linha sucessória de submissão, é apenas referido na narrativa, sem que ao menos se saiba da própria voz nada além do trabalho prestado à matriarca; e o quarto e último integrante dessa genealogia, é a empregada que acolhe a narradora quando esta chega a Manaus – a índia se diz filha de Anastácia e afilhada de Emilie, após isso, conforme relata a irmã adotiva de Hakim, confina-se no seu “mutismo ancestral” (HATOUM, 2008, p.9).

Além dos traços sanguíneos, essas quatro personagens se ligam por formas semelhantes de dependência com a matriarca Emilie. Lobato Naturidade resgata o jovem libanês suicida; a partir daí, angaria proteção e prestígio da matriarca. Esse vínculo permite o ingresso de Anastácia Socorro como empregada do sobrado; apesar de submetida a uma condição cujas marcas são o desrespeito e a miserabilidade, a doméstica observa o sobrinho, Expedito Socorro, tornar-se o amanuense da *mãe de todos*, experiência que o credencia aos

trabalhos no correio. Finalmente, a filha de Socorro também possui sua trajetória associada ao prestígio de Emilie: quando criança ajuda nos afazeres domésticos do sobrado; depois de adulta, permanece empregada doméstica e atrelada ao dia a dia da matriarca. Desse modo, imprime-se, nas existências desses quatro indígenas, o selo da circularidade: do primeiro ao último membro da genealogia, cada um deles é debitante do amparo da imigrante libanesa.

3 NARRAÇÃO ENJEITADA: O RELATO DE UMA BUSCA IMPOSSÍVEL

3.1 Um autor que escrevia “à margem da história”

Após vinte e cinco anos do lançamento de seu primeiro romance, *Relato de um certo Oriente* (1989), Milton Hatoum é um autor de inquestionável renome no cenário literário brasileiro. Todavia, em novembro de 1993, Hatoum ainda era um escritor iniciante. Apesar do prêmio Jabuti em 1990 e da consequente repercussão positiva nos leitores e na crítica, gerando traduções em inglês, francês, alemão, o texto de estreia ainda não o consagrava entre os maiores autores da literatura brasileira contemporânea. Uma confirmação se fazia necessária, uma maneira de assegurar que a surpreendente qualidade narrativa do primeiro romance não se perderia em fórmulas regionalistas ou em meros exotismos imanentes ao espaço privilegiado pelo escritor. Com *Dois Irmãos* (2000), escrito e reescrito diversas vezes pela veia flaubertiana do amazonense, Hatoum se consagrou com um gesto literário que, descrito por Alfredo Bosi (2006, p.437), “não renuncia à mediação da sintaxe bem composta e do léxico preciso.” Na esteira “do nosso melhor romance introspectivo” (BOSI, 2006, p.437), a diminuta produção do autor facultou uma posição central nas letras brasileiras a um escritor que somente se lançou ao mercado com quase quarenta anos de idade.

Por conta disso, no seminário de escritores brasileiros e alemães, promovido pelo Instituto Goethe, de São Paulo, em 1993, Milton Hatoum se viu na contingência de chamar a atenção para um tema bastante caro à cultura nacional: o choque entre centro e periferia, fundamento da visão de mundo brasileira desde os tempos coloniais. Enquanto escritor, ele destaca a dicotomia que o compunha naquele momento – o antigo professor de literatura francesa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) estava, ao mesmo tempo, “longe dos centros irradiadores de cultura [...] e perto de uma das regiões mais exóticas do mundo” (HATOUM, 1993, p.1). Ou seja, nessa comunicação, cujo título não poderia ser mais expressivo, “Escrever à margem da história”, o incipiente escritor manauara ressalta sua condição periférica. Para tanto, Hatoum se refere a dois polos muito poderosos de atração e repulsa. De um lado, a distância de um autor manauara ainda pouco conhecido em relação ao eixo editorial Rio-São Paulo e, (talvez possa entrar nessa conta), às grandes metrópoles do hemisfério Norte. De outro, o escritor, cuja matéria romanesca privilegia o espaço amazônico,

próximo de uma região que, no imaginário mundial e, até mesmo, no brasileiro, não se dissocia de signos marcados pelos mistérios de uma natureza exuberante.

Desde o período colonial, quando os portugueses se infiltravam pela Amazônia, apresando indígenas e colhendo as drogas da mata, naturalistas, aventureiros e religiosos já se dedicavam à constituição de uma maneira específica de olhar para esse espaço e para os seres que o habitavam. Segundo Freire (2006), esses desbravadores realizaram a apropriação discursiva da Amazônia, cuja orientação sempre oscilou entre os fantasiosos *paraíso na terra e inferno verde*. Admirados com a grandiosidade e com o desconhecido assustador, esses viajantes buscaram em matrizes culturais próprias uma maneira de compreender o ambiente amazônico. Nesse sentido, o relato de Frei Gaspar de Corvajal, que Freire (2006) destaca como o atestado de nascimento da região para a história escrita, vale-se da mitologia grega para caracterizar o estranhamento do que é visto. Por conta dessa atitude tomada pelos desbravadores discursivos, a Amazônia ingressa no imaginário mundial como um espaço no qual as metáforas do paraíso (éden bíblico, último refúgio da humanidade, etc.) são simultâneas a relatos a respeito da existência de perigosos seres de três metros. Não é sem razão, portanto, que tenha emergido, a partir desses primeiros textos, um discurso em que o ambiente amazônico, por conta de sua força telúrica, condiciona e aprisiona os seres em sua grandiosidade. Ora, essa visão naturalista fez da Amazônia e do seu homem, nos primeiros textos que expuseram a região ao público europeu, um só elemento de exagerada estranheza e inferioridade.

Embora pertencente a um contexto diverso daquele em que escreveram os primeiros viajantes, Milton Hatoum, estreando no final da década de 1980, é consciente de que alguns estigmas ainda não haviam se desfeito de todo; sobretudo os que se referem aos gigantescos atributos da natureza amazônica. Tais marcas, construídas inicialmente pelos desbravadores do período colonial, foram reiteradas, conforme Freire (2006), por romances como *A Jangada* (1881), de Júlio Verne, e *O mundo perdido* (1912), de Conan Doyle, em cujos enredos se destacam dinossauros, homens-macaco e europeus convencidos de sua superioridade em relação ao homem amazônico. Nomeando todo o extraordinário que encontra, o colonizador europeu é encarregado de levar a modernidade e o progresso a uma região relegada ao descompasso com a civilização. Em entrevista de 2001 à revista *Colatio*, respondendo a perguntas a propósito de seu primeiro romance e da imigração libanesa no Norte do Brasil, Hatoum faz menção ao isolamento da região amazônica. Segundo o romancista, a selva é a grande barreira que imprime no homem dessa região um profundo sentimento de

descontinuidade. Desse modo, o ponto de vista criado pelos primeiros relatos acerca da região, aliado às próprias contingências de um espaço marcado pela abundância dos rios e da floresta, assentou um imaginário a respeito da Amazônia por conta do qual até mesmo os nativos se compreendem como pertencentes a um universo atrasado e em tudo distinto do europeu.

Nesse sentido, pode-se lembrar que até 1823 a Amazônia era uma colônia à parte do Brasil. A antiga província Grão Pará e Rio Negro distava três meses do Rio de Janeiro; enquanto para Lisboa, eram necessários apenas vinte dias de viagem. Quando a Coroa portuguesa permitiu a livre navegação pelos rios amazônicos e, logo após essa medida, forjaram-se os primeiros passos para o surto econômico da borracha, não surpreende a euforia de uma região que se deparava pela primeira vez em sua história com um contato tão rápido e intenso com as cidades do sul do Brasil e, sobretudo, com as grandes capitais europeias do século XIX. Também não estranha que a decadência da indústria gomífera tenha sido tão devastadora na consciência de cidades como Belém e Manaus, as quais experimentaram um robusto e meteórico sistema de trocas monetárias e simbólicas com a Europa e com os Estados Unidos. A *Belle Époque* amazônica não somente representou a vinda da riqueza, da modernidade e do espírito de um período em que os excedentes do capitalismo se alastravam pelo mundo, como, sobretudo, facultou às elites um falso sentimento de resolução do descompasso da Amazônia. Assim sendo, no mais íntimo do homem amazônico, configurou-se a compreensão de um sujeito que se vê à margem do mundo.

Em 1993, no seminário de escritores brasileiros e alemães, e em 2001, respondendo à *Collatio*, Milton Hatoum faz coro a esse senso de isolamento da região amazônica. Embora em nenhum dos casos o autor objetivasse o desenvolvimento do tema, não se pode negar que, de algum modo, ele compartilha desse ponto de vista. Especialmente na comunicação realizada no Instituto Goethe, quando Hatoum ainda era um escritor em ascensão e a força simbólica da Amazônia imprimia um peso bastante grande em sua figura de romancista estreante. Ao focar o espaço amazônico, como não descambar para uma estética reducionista, dominada por índices associados ao filão regionalista? Tal pergunta recai sobre um autor escrevendo de uma região tão distante dos grandes centros, todos eles, evidentemente, de intensa urbanização e nada marcados pela selva e pelo rio, duas forças telúricas muito presentes no cotidiano de um manauara. Consciente dessa contingência relegada aos membros de uma periferia, seja econômica, seja cultural, Milton Hatoum soube, apesar disso tudo, trazer à baila um romance em que não somente os elementos amazônicos

são privilegiados, mas também os de origem libanesa. Tudo isso sem cair no pitoresco ou na impressão exótica; pelo contrário, muito além de índices meramente regionalistas, *Relato de um certo Oriente* se constitui de personagens densas, cujos conflitos não se restringem ao local e ganham tamanha universalidade que não surpreendem as diversas traduções realizadas logo após o lançamento.

3.2 Arejando alguns cômodos empoeirados

Ao tratar dos dois primeiros romances de Milton Hatoum, Tânia Pellegrini, no ensaio *Milton Hatoum e o regionalismo revisitado* (2004), insere esses textos em uma estética regionalista; porém, conforme expressão cunhada pela autora, um *regionalismo revisitado*, no qual temas de fundamento telúrico, caros a essa forma de expressão, são revitalizados pela obra romanesca do autor. Segundo Pellegrini, o mérito de Hatoum é a relativização dos valores exóticos sempre associados ao espaço da Amazônia. Para a pesquisadora, esse êxito está atrelado a duas escolhas fundamentais do autor. A primeira delas tem a ver com o próprio emolduramento dos romances, especialmente o primeiro, em que a matéria regional é apresentada sob uma forma narrativa que se articula com outras de origem consagrada. O aspecto particularizante, isto é, a referência a frutas, plantas e animais típicos do espaço amazônico, dialoga com elementos culturais e religiosos trazidos pelos imigrantes libaneses que protagonizam o romance. Além disso, vozes diversas enunciam esse elemento particular em um encaixe de histórias que remete à estrutura de *As Mil e Uma Noites*. Sendo assim, conforme Tânia Pellegrini (2004), no romance de estreia de Hatoum se faz sentir não somente a influência desse texto da cultura árabe, mas também um apurado trabalho com a matéria memorialística. Tal atitude do romancista é fundamental para o sucesso da narrativa, porquanto se observa a renovação de temas incorporados por textos pertencentes ao que se convencionou chamar de estética regionalista. Hatoum congrega o vigor telúrico da região, que não abandona o discurso dos narradores (seus comentários e descrições do ambiente), a história do clã familiar e o sincretismo religioso; isso tudo, entretanto, distante de saídas formais comuns a alguns momentos do romance brasileiro até a década de 1960, em que se privilegiavam histórias em cujos enredos pouco ou nada havia do espaço urbano.⁹

⁹ Este argumento é desenvolvido por Tânia Pellegrini no texto *A ficção brasileira hoje: os caminhos da cidade*.

A segunda escolha, e a mais importante, associa-se à organização narrativa do romance de estreia. A forma de narração e, sobretudo, o *locus* social donde enunciam esses narradores são fundamentais para retirar qualquer sabor de exotismo desse texto. Aliás, talvez resida algum traço exótico para quem não conheça o espaço da Amazônia; todavia, das vozes desses narradores não se compreende um discurso idealizante ou surpreso com a matéria narrada. Desse modo, o regionalismo revisitado de Milton Hatoum também se garante pela existência de narradores que pertencem ao universo em destaque. Eles não se colocam diante da Amazônia como se este fosse um mundo outro, marcado tão só por índices diversos de uma cultural central. Não há a comparação, nem o juízo de valor, cujo paradigma é o eixo cultural a que pertence o estrangeiro; essa atitude comum aos primeiros textos que compuseram a imagem do espaço amazônico no Ocidente perpetuou em algumas obras literárias dos séculos XIX e XX, mas se desfaz no primeiro texto de Hatoum, enunciado por sujeitos que narram a derrocada do seu próprio mundo – a Manaus atingida por um novo ciclo de modernização.

Além do pertencimento ao universo em destaque, é importante assinalar que os narradores de *Relato de um certo Oriente* realizam suas enunciações orais sob a recolha de uma narradora-organizadora. Isso implica a sobreposição de uma linguagem específica. Embora a voz principal também seja parte integrante do espaço privilegiado – o que possui ressonâncias no ponto de vista da obra – a narradora não incorpora em sua sintaxe, tampouco em seu vocabulário uma organização discursiva facilmente associada à região Norte. As especificidades linguísticas do espaço amazônico dão lugar a uma escrita rebuscada, fruto de um trabalho bastante delicado com a linguagem.

Dessa maneira, ao revitalizar o gênero regionalista, conforme argumenta Pellegrini (2004), Milton Hatoum não se restringe às peculiaridades de um território em que se misturam a cultura amazônica e a árabe. Hatoum dá um passo além e constrói um romance cuja forma se distingue de soluções tradicionais e faz da memória (tanto a individual, quanto a coletiva) um meio de adentrar na história de uma região em cujo momento privilegiado pelo romance estava na iminência de uma entrada do capital estrangeiro tão avassaladora quanto a observada durante o Ciclo da Borracha. O mundo narrado por Hakim, Dorner e Hindié Conceição, todos submetidos à organização de uma narradora claramente aculturada em um ambiente mais refinado que o de sua origem, revela, embora de modo mais tímido que os romances posteriores, a derrocada de famílias que obtiveram algum êxito durante a ascensão gomífera, mas não sobreviveram à nova lógica capitalista da Zona Franca.

3.3 O autor que deu voz aos fundos da casa

Escrevendo à margem da história e a respeito de temas à margem da história oficial, Milton Hatoum superou a barreira simbólica que a selva amazônica lhe impunha. Sua posição periférica deu lugar, sobretudo com a publicação do segundo romance, a um espaço de destaque no cenário literário nacional. Esse movimento ascendente de importância editorial é correlato ao do próprio autor que, pouco antes da estreia de *Dois Irmãos*, mudara-se para a capital paulista. Dessa maneira, o escritor, outrora preocupado com sua condição de habitante de uma região em descompasso com os grandes centros culturais, a partir dos anos 2000, torna-se ele próprio parte do núcleo editorial, literário e cultural. Também os enredos dos romances de Hatoum ampliam-se e tornam-se menos restritos à capital amazônica. Em *Relato de um certo Oriente*, avulta o tempo da história manauara; já nos próximos dois, recebem destaque não apenas o tempo dessa história em específico, mas ainda o referente à história brasileira, especialmente a menção a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Assim, a obra romanesca de Hatoum amplia o horizonte de modo semelhante ao procedimento do autor: o universo restrito da casa de Emilie no primeiro livro se alarga de tal forma que, em *Cinzas do Norte*, assistam-se personagens que transitam por Manaus, pelo Rio de Janeiro e, até mesmo, pela Europa.

Embora o romance de estreia focalize os acontecimentos atinentes à história de um grupo familiar, pode-se observar, sobretudo por conta do movimento das personagens que interagem no interior do sobrado de Emilie, uma Manaus submetida a diversas tensões sociais em cuja gênese se situam os tempos áureos da borracha e sua posterior decadência. Milton Hatoum realiza essa escolha diegética bastante restrita e causa com isso uma falsa aparência de que, em *Relato de um certo Oriente*, narram-se tão somente as memórias de uma família. O foco reduzido e extremamente pontual dos narradores valoriza os dramas humanos de uma região que pouco ou nada falava por si. Para a Amazônia, sempre houve muitos planos e ambições, com especial realce aos desejos da economia gomífera e aos projetos do governo militar, entretanto são escassos os discursos cujos enunciadores são nativos dessa região e incorporam as especificidades de uma área marcada pela imensidão dos seus rios e da sua floresta. Assim sendo, o Hatoum de 1989 e o de 1993 é um escritor, mais do que nunca, consciente de que assume o papel de uma nova espécie de desbravador discursivo, por conta

do qual os leitores têm acesso ao que há de mais humano em uma região que, por vezes, somente parece associada ao poderio hidrográfico e ao extrativismo natural.

Milton Hatoum torna-se parte integrante do centro pela via contrária. Depois de anos vivendo em Brasília, São Paulo e também na Europa, o autor retorna a Manaus, onde escreve e donde publica o seu livro de estreia. Da periferia e a propósito da periferia, Hatoum chama a atenção do grande público com uma escrita e um senso estético do mais alto refinamento. Apesar dessa ascensão simbólica, Hatoum ingressa no núcleo cultural da vida brasileira sem perder de vista suas preocupações temáticas, as quais não se dissociam de Manaus, tampouco do sentimento de descontinuidade que envolve o homem amazônico, principalmente o intelectual. Interessante notar que essa posição do autor é semelhante à de suas próprias instâncias narrativas. Nos três primeiros romances, as três figuras principais da narração situam-se à margem do universo narrado. Nesses textos, a voz, ou seja, a oportunidade de expressar uma opinião embasada em um sistema de valores particular, foi entregue a agregados, enjeitados e filhos de criação. Sobre esses narradores, impera o signo da bastardia e, conforme Gabriel Albuquerque (2006, p.128),

[...] ao dar voz aos enjeitados, Milton Hatoum faz surgir um Brasil silenciado no fundo de uma casa senhorial, em um hospício, em um hospital e, ao mesmo tempo, faz falar um lugar e um tempo para os quais a história oficial brasileira parece dar de ombros.

Sendo assim, a narradora do primeiro romance inaugura essa linhagem de narradores bastardos, os quais apresentam um ponto de vista diante da matéria representada que possibilita a leitura de eventos associados a setores sociais minoritários ou excluídos. Ou seja, o modo de narrar de *Relato de um certo Oriente* é particular não somente porque apresenta uma profusão de vozes inclinadas para um mesmo tema primário, a morte de Emilie e o desfalecer de sua família, mas – sobretudo – porque sobre eles paira a voz de uma mulher há vinte anos afastada da cidade natal, recém-egressa de uma clínica psiquiátrica e filha adotiva da matriarca dos libaneses. A fatura final dos relatos, a organização dessas vozes, cada uma delas correspondente a um tempo e a um lugar diversos, sujeita-se a uma narradora que, segundo a expressão de Germana H.P. de Sousa (2001), está *confinada à periferia*.

Tanto a narradora quanto o irmão – interlocutor do relato e residente em Barcelona (Espanha) – foram adotados por Emilie. Neste ponto, existe um dos tantos mistérios do romance: por que a escolha por essas adoções? Esses irmãos seriam filhos dos gêmeos *inomináveis*, os quais nunca se furtaram de violentar e engravidar caboclas da cidade? Quem

será a misteriosa mãe que surge sempre de modo tão difuso ao longo do romance? Tais perguntas permanecerão sem respostas, afinal, a narrativa se obnubila ao tratar desse tema. Todavia, a perspectiva descentrada que se adota no romance associa-se de modo bastante particular à posição de um autor escrevendo, como ele próprio afirma, *à margem da história*, ou seja, distante de elaborações hegemônicas do discurso oficial a respeito do Brasil e, especialmente, da Amazônia.

Por conta da voz dessa filha adotiva, é possível entrever os cantos mais recônditos de uma casa senhorial, em cujos cômodos impera o desmando de Emilie e seus filhos. No espaço restrito do sobrado, a decadência do Norte brasileiro, intrinsecamente apoiado em valores patriarcais e habituado, por essa razão, a formas de sociabilidade dentro das quais pulsam os traços da cordialidade descrita por Holanda (1995), revela-se em episódios nos quais avultam preconceitos, culpas e obsessões peculiares de regiões dominadas por esse sistema de valores bastante nocivo a qualquer iniciativa individual. Nesse sentido, ganha realce a gravidez de Samara Délia; envolta de mistérios, a concepção de Soraya Ângela é a grande chaga da família e, em acepção de assaz pertinência, a menina surda-muda é compreendida por Denis Francisco (2009, p.3) como um verdadeiro “monstro mudo”. Em uma família arraigada em costumes provincianos e, sobretudo, organizada conforme preceitos árabes, em virtude dos quais a mulher – especialmente no que se refere à vida sexual – possui os limites da sua liberdade bastante restritos, a criança representa o símbolo da transgressão no seio desse grupo que rechaça, desde o princípio, a filha que engravidou de modo precoce e misterioso. Sob a imposição da religiosidade temente de Emilie e do ódio sexista dos irmãos, Samara Délia é excluída do convívio familiar e enxotada com sua filha para um quarto esquecido da casa. Com este evento, ganha realce um incisivo conteúdo crítico aos hábitos de uma região em que a estagnação econômica e o atraso cultural são fomentadores dessa visão apequenada do mundo.

A voz que conduz a narrativa do romance pertence a um *locus* social que, apesar da proximidade com Emilie e sua família, não possui uma posição legitimada. Os irmãos que compõem os extremos narrativos do relato – narradora em Manaus e interlocutor em Barcelona – “orbitam em torno da família sem poder fazer parte dela” (SOUSA, 2001, p.26). Não é desmotivado, por conseguinte, o tema da busca da identidade que se depreende do texto. No interior dessa iniciativa pessoal, representada pela volta à casa materna após longos anos de ausência, é possível observar um senso perscrutador de raízes bastante semelhantes às que fundam a disposição artística de um autor que lança foco a uma região brasileira cujas

construções discursivas anteriores isolaram-na tão somente em uma profusão de índices referentes ao exotismo cultural e à imensidade da natureza. Recém-egressa de uma clínica psiquiátrica situada ao sul do Brasil (este sul que, do ponto de vista amazonense, significa cidades como Rio de Janeiro e São Paulo), a narradora do romance desvela os meandros de uma história familiar em que se reúnem dois polos culturais diversos: o amazônico e o libanês. Tal atitude, de caráter, à primeira vista, restrito ao espaço privado da família, possui significados que extrapolam os limites do sobrado de Emilie e permitem a leitura da busca de uma identidade “manauara, brasileira, mestiça, libanesa ou tudo isso ao mesmo tempo [...]” (PELLEGRINI, 2004, p.129). Da perspectiva adotada no romance, emana não somente a compreensão acerca das peculiaridades culturais forjadas nesse ambiente em realce, mas, sobretudo, a percepção de uma cidade que carrega em sua história, arquitetura e, de maneira especial, em suas formas de sociabilidade e de urbanização marcas indeléveis do Ciclo da Borracha e da Zona Franca, os dois processos de mordenização que, em momentos distintos do século XX, ansiaram pela solução da descontinuidade econômica, cultural e tecnológica de Manaus em relação a outras regiões brasileiras.

3.4 O desrealce de uma narradora descentrada

No texto “Posição do narrador no romance contemporâneo”, Theodor Adorno (2003) assume um ponto de vista negativo por conta do qual avulta o paradoxo em que se encontra o romance nos anos subsequentes à Segunda Guerra. Segundo o autor, embora a forma romanesca preconize a narração, esta se revela uma atitude impossível em um contexto histórico cujo signo é a catástrofe. De que maneira narrar, ou seja, realizar uma elaboração da memória do passado por meio da linguagem, em um tempo marcado pelas ruínas? O silêncio se impõe como espólio a uma geração traumatizada pelos horrores da guerra.

Por conta dessa necessidade de repensar a história e, ajustando a proposição adorniana ao romance brasileiro produzido a partir da década de 1960, momento em que, de acordo com Pellegrini (2002), escasseiam os temas de fundamento telúrico, e ganha realce uma ficção centrada nas metrópoles brasileiras, Jaime Ginzburg (2012, p.203) afirma que, em tempos sombrios, as ruínas da violência histórica devem ser confrontadas por pontos de vista tradicionalmente considerados “menores, inferiores e residuais”. Dessa maneira, como

resposta à pergunta suscitada por Adorno, Ginzburg mostra que a interpretação do caso brasileiro precisa ocorrer a partir de horizontes historicamente condenados à mudez.

Jaime Ginzburg também argumenta que a produção romanesca brasileira, da década de 1960 até o presente, exige novas perspectivas de análise e de interpretação, já que se destacam temas socialmente complexos e controversos. Justamente em razão da necessidade de propor pontos de vista diversos para a realidade brasileira, uma das características do romance brasileiro contemporâneo é a presença de narradores que se distanciam de valores patriarcais. A figura do homem branco, heterossexual, pertencente à classe média ou alta, típica dos textos de José de Alencar, de romances históricos, sagas familiares e de textos regionalistas, tem dado lugar à perspectiva de mulheres, prisioneiros, homossexuais, etc. Dessa maneira, nas últimas décadas, condições habituais de narração têm sido substituídas por pontos de vista improváveis, em virtude dos quais se observam configurações de linguagem atinentes a sujeitos que a tradição não privilegiava.

Na esteira dessa nova modulação narrativa proposta por Ginzburg, recebem destaque os romances produzidos por Milton Hatoum; todos eles, conforme já observado anteriormente, lançados a partir de 1989. Esta data é interpretada por Cimara Valim de Melo (2010) como um marco temporal para o estudo do romance contemporâneo, porquanto nesse momento chega ao fim o período de transição política, e o país, não só pelo contexto interno, mas também pela queda do muro de Berlim e o conseqüente término da Guerra Fria, ingressa em uma nova fase em que serão inaugurados modelos diferentes de pensar a Nação. Assim sendo, moldam-se os espaços necessários para as vozes que se configuram e se lançam de regiões ou de setores sociais historicamente periféricos.

A partir desse marco defendido por Melo (2010), cuja escolha se deu justamente pelo lançamento do romance de estreia de Milton Hatoum, “grupos sociais historicamente oprimidos elaboram, em novos autores, em narradores ficcionais, as condições para a presença dos excluídos.” (GINZBURG, 2013, p. 203) Como parte integrante desses grupos, Hatoum revela ao grande público um viés diferenciado para uma imensa área do território brasileiro, desconhecida pelo próprio Brasil, sobretudo, no que se refere às especificidades humanas que a compõem. Erige-se dos romances do amazonense uma Manaus em que convivem os signos de riqueza e de decadência constituídos em quase perfeita simultaneidade durante o auge do Ciclo da Borracha. Além do mais, ainda ganham realce os processos de exclusão social e de urbanização caótica que se originaram não apenas da falência da economia gomífera, mas também por conta da construção do polo industrial da Zona Franca –

outro esforço de modernização de um espaço relegado às margens dos avanços econômicos, tecnológicos e culturais do restante do Brasil (ou melhor, do sul do Brasil; este sul que, para o horizonte de possibilidades das personagens hatoumianas, significa cidades como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro).

Dessa maneira, ao realizar a comunicação “Escrever à margem da história” em 1993, Milton Hatoum marca sua posição em um cenário literário que, assim como a própria conjuntura política do país, abria-se para perspectivas inovadoras de interpretação e de representação da realidade brasileira. Atribuindo a si mesmo a condição de autor periférico, a qual é defendida por Ginzburg (2012) como uma das principais características do romance brasileiro contemporâneo, o amazonense povoa de signos literários o branco do discurso histórico oficial a respeito de uma região em que indígenas, caboclos, imigrantes, nordestinos, desde os tempos coloniais, debateram-se nas mais escorchantes condições de vida a fim de obter algum êxito em meio às possibilidades do extrativismo natural. Para essa tarefa de desvelar os dramas humanos marchetados no interior de casas senhoriais manauaras, não seria coerente se dos romances de Milton Hatoum emanassem vozes que “[...] reproduzissem valores, condutas, linguagens e pontos de vista consagrados em tradições autoritárias” (GINZBURG, 2012, p.203). Por essa razão, justificam-se as opções temáticas e, mormente, narrativas de Hatoum, o qual escolhe seus “narradores entre aqueles que não poderiam falar em primeiro plano” (ALBUQUERQUE, 2006, p.128). Sendo assim, o império e a ruína de Manaus são vistos sob os olhos da exclusão:

É, portanto, a partir da exclusão, do ponto de vista do narrador como testemunha, como omissor e como não conhecedor - porque não é o protagonista, porque não pode ser o herói, pois o herói tem no início a sua trajetória definida - que a cidade de Manaus é percebida, encravada no fim de um mundo, entre as ruínas do passado e a construção de um novo império, no qual mudaram apenas os donos: os excluídos são os mesmos, porém em maior número. São os esmoleres, os estivadores, os ribeirinhos, os leprosos, as prostitutas, os pescadores, os caboclos conhecedores dos segredos da cura nativa, enfim [...] (SOUSA, 2001, p.34)

Na ponta de lança dessa linha narrativa cunhada por Milton Hatoum, situa-se a narradora-organizadora de *Relato de um certo Oriente*. Seja por conta da própria voz, seja por conta da organização de outras vozes, essa mulher sem nome dá forma a um relato em que, conforme Sousa (2001), as ruínas da família e de Manaus se confundem e se entrelaçam de tal modo que a derrocada do microcosmo arranjado em torno de Emilie é um espelhamento do que sucede na capital amazonense, onde o projeto modernizador da Zona Franca, de acordo

com Albuquerque (2006), impõe aos habitantes da província formas de poder contra as quais esses homens e mulheres não conseguem lutar. Por isso, a ruína da casa da família como metáfora do fim de um tempo não se restringe somente ao romance de estreia, mas também se alastra por *Dois Irmãos* e *Cinzas do Norte*, os quais ainda possuem perspectivas narrativas em regularidade com a escolhida no primeiro texto.

Segundo Regina Dalcastagnè (2001), os narradores do romance contemporâneo são caracterizados por diversos adjetivos em cujos significados a negatividade se destaca; eles são confusos, indecisos, obstinados e, por vezes, abertamente mentirosos. A autora ainda argumenta que no lugar do indivíduo poderoso – a figura assentada em valores patriarcais, referida por Ginzburg (2012) – o leitor é conduzido por alguém que tem dúvidas, que mente e se deixa enganar. Envolvidos até a alma com a matéria narrada, são narradores de consciência embaçada, a respeito dos quais o leitor, muitas vezes, não tem acesso nem mesmo à aparência física, a apetrechos domésticos, tampouco ao nome, mas compreende a maneira como esses sujeitos sentem o mundo. Dentro dessa configuração observada por Dalcastagnè (2001), a narradora inominada de *Relato de um certo Oriente* dá a ver o desmoronamento de um universo sob uma lente nem tão ajustada...

Como se não bastasse ser um intelectual produzindo direto do mormaço amazônico, sem a pretensão de enfatizar os já grandiosos atributos naturais da região, Milton Hatoum ainda estreia no romance brasileiro, dando voz à filha adotiva de uma família pertencente a um estrato elevado de Manaus. E a figura fica ainda mais torta, quando se observa que a tal narradora é recém-egressa de uma clínica psiquiátrica paulista. Onde está a visão desavergonhadamente superior dos primeiros desbravadores discursivos da região amazônica? E o homem branco e rico da nossa tradição narrativa? Consoante Ginzburg (2012), na contemporaneidade, boa parte da produção literária decidiu confrontar as tradições conservadoras do país; e a saída foi a renovação das perspectivas narrativas. Não estranha, portanto, que um autor periférico (ao menos no momento de publicação do romance de estreia), interessado em levar ao debate uma região, por excelência, relegada à margem do pensamento nacional, recorra a uma voz feminina, suspeita de instabilidade psíquica, que “planaria como um pássaro gigantesco e frágil sobre as outras vozes” (HATOUM, 2008, p. 148).

A opção por essa narradora descentrada (adjetivo empregado pela hipótese de Ginzburg (2012), da qual emerge a proposição de que esse descentramento, equacionado pela produção romanesca brasileira contemporânea, revela forças voltadas contra discursos

dominantes na história social) é uma forma de internalização de dados externos no romance. Antes de dar continuidade a esse ponto, deve-se mostrar por que essa narradora está sujeita à marca do descentramento. Em primeira instância, no interior da tradição narrativa brasileira, a narração a cargo de uma mulher com problemas psiquiátricos assume um valor destoante. Em acréscimo a isso, é preciso compreender que, dentro do espaço ficcional criado pelo autor, a narradora-organizadora é uma personagem a qual habita as margens da família-núcleo do romance. Em torno de Emilie, os irmãos adotivos são incorporados como membros da família; entretanto, falta-lhes o reconhecimento como indivíduos verdadeiramente integrantes desse núcleo parental; prova disso é a própria atitude que funda a narrativa do romance: a volta aos espaços da infância de uma mulher que se debate entre a imagem sempre difusa e distante da mãe verdadeira e a presença opressora da adotiva. Apesar dos quase vinte anos de afastamento, Manaus ainda suscita no ânimo dessa mulher a busca pelo seu lugar na família. Lugar que se revela definitivamente à margem do centro das decisões familiares: o reencontro com Emilie é impedido pela morte da matriarca, e a narradora assiste ao cortejo em direção ao cemitério a uma distância mimética da própria condição no interior daquele grupo que a acolhera, mas não a legitimara:

[...] eu devia comparecer à despedida de Emilie, às três da tarde serviriam um café depois da missa com corpo presente, oficiada pelo arcebispo de Manaus. Preferi chegar no fim de tudo, após o enfado do adeus, mas ainda pude observar, na porta da casa, o séquito. Os filhos iam à frente do cortejo, e as três amigas de Emilie alugaram carros para levar alguns frequentadores da casa, pessoas humildes que ela ajudava como podia, dando-lhes a sobra das refeições, roupas velhas, e prometendo um trabalhinho na casa de fulano. (HATOUM, 2008, p.139)

Retornando ao ponto em suspenso, a perspectiva responsável pela organização dos relatos de Hakim, Dorner e Hindié Conceição representa a internalização na forma do romance de um “desrecale histórico” (GINZBURG, 2012, p.200). Em uma atitude contrária à tradição patriarcal brasileira, a atribuição de voz a uma mulher psicologicamente debilitada, em busca de um redimensionamento da própria constituição identitária, significa a interpretação da região amazônica (no contexto dos processos modernizadores a que Manaus esteve submetida ao longo do século XX) sob um ponto de vista não hegemônico, em razão do qual recebem um verdadeiro foco de luz setores minoritários ou excluídos da sociedade manauara. Por esse motivo, ao longo da narrativa fragmentada de *Relato de um certo Oriente*, além dessas quatro vozes principais já discriminadas, emanam outras nas quais se observa o pulsar de existências subjogadas às mais diversas formas de miserabilidade humana.

A fundação narrativa de *Relato de um certo Oriente* se dá pela perscrutação de uma mulher há muitos anos afastada da cidade natal e da família que acolhera a si e ao irmão como filhos adotivos. Ao recolher os fragmentos de um passado do qual faz parte "sem nunca ter sido um agente dele" (SOUSA, 2001, p.27), a narradora desse romance – justamente por conta da sua posição coadjuvante – precisa ouvir os atores principais da saga familiar: Hakim, Dorner e Hindié Conceição. Uma vez que o despertar da mulher em Manaus é simultâneo à morte de Emilie, a quem se dirigiam as dúvidas e perguntas da narradora inominada, a esta não havia outra alternativa, senão recorrer às únicas vozes abalizadas a responder por um tempo em vias de extinção. Dessa maneira, o filho mais velho, herdeiro privilegiado da língua árabe, e os amigos mais próximos de Emilie são recrutados para preencher as lacunas existenciais dessa mulher.

Entretanto, no interior das vozes que compõem a moldura narrativa, dá-se a ver bem mais do que uma experiência pessoal restrita ao espaço privado da casa em que Emilie sobrepunha sua presença. Em sentido mais profundo, na experiência pessoal – que, à primeira vista, funda e sustenta os relatos – reverbera a experiência coletiva dos miseráveis dessa Manaus erigida pelos narradores do romance. Sendo assim, pode-se ouvir o falatório interminável de uma empregada doméstica que fala para dar trégua ao trabalho incessante; ou a reclamação de um coveiro cansado de tantos enterros em uma cidade em que o crescimento desmensurado tornou a morte um evento comum. Há ainda a passagem da narradora por um bairro absolutamente miserável de Manaus e pelo centro da cidade, onde ela se depara com indígenas urbanizados, vendendo máscaras feitas de casca de árvore, e com o arbusto humano – uma figura grotesca que irrompe em meio aos *flashes* dos turistas. Além disso, a lembrança também revela as formas de dependência de alguns moradores da Cidade Flutuante com a matriarca Emilie, a quem muitos despossuídos de Manaus devem favores e pequenas colocações no mercado de trabalho; o drama de caboclas que, no interior do sobrado, são vítimas da gana sexual dos gêmeos *inomináveis*; e a rejeição a um índio sábio da própria cultura, mas relegado à convivência com um “mar de dejetos à beira de um igarapé” (HATOUM, 2008, p.85).

O modo de narrar adotado insere, na fatura do romance, uma reflexão profunda a propósito das consequências dos processos de modernização por que Manaus se viu invadida durante o século XX. A recordação do passado da família libanesa está impregnada por esse tema secundário (mas de modo algum sem importância); ao lembrar, essas vozes elevam Emilie a um plano primeiro, entretanto os eventos narrados – seja em suas motivações, seja

em seus desdobramentos – carregam consigo aspectos pontuais da dinâmica social da cidade. A existência da Cidade Flutuante, a urbanização massiva de populações indígenas, a incorporação de índias ao trabalho doméstico em casas abastadas ou o surgimento de grandes bolsões de pobreza nas cercanias da cidade, qualquer um desses episódios está atrelado ao fausto gomífero. Como extensão e aprofundamento desses mesmos problemas sociais, o parque industrial da Zona Franca contribuiu para um novo impulso urbanizador, a respeito do qual se queixa Adamor Piedade, exausto pelo “todo-o-dia árduo, enfadonho, sem cores, monótono” (HATOUM, 2008, p.140) que uma cidade grande impõe a um coveiro ressentido pela época na qual “um enterro era um acontecimento distinto” (HATOUM, 2008, p.140). O fracasso do Ciclo da Borracha e a movimentação desordenada da Zona Franca se inserem de tal modo na consciência manauara que sua influência não se observa somente nos sujeitos que compõem o mosaico de vozes de *Relato de um certo Oriente*, mas também se alastra pelas escolhas narrativas e temáticas dos outros romances, *Dois Irmãos* e *Cinzas do Norte*, pela novela *Órfãos do Eldorado* e pelos contos de *A Cidade Ilhada*. Desse modo, as formas narrativas de Milton Hatoum, do primeiro romance até o livro de contos, incorporam em suas configurações de linguagem pontos de vista adequados à matéria narrada: a exclusão social e os indivíduos submetidos a ela são vistos e focalizados através da lente de análise (e por que não de aumento?) de narradores descentrados (não se esquecendo, evidentemente, de que o descentramento atribuído a Arminto Cordovil, o narrador de *Órfãos do Eldorado*, justifica-se em razão daquilo que os franceses chamam *déclassement*¹⁰).

O descentramento que caracteriza a narradora-organizadora de *Relato de um certo Oriente* está associado, sobremaneira, à condição de filha adotiva no sobrado de Emilie. Tanto ela, quanto o irmão foram incorporados à família ainda pequenos e tratados de modo semelhante aos filhos verdadeiros; contudo, paira sobre a verdade de suas origens uma névoa de mistério em virtude da qual se pode observar que "os irmãos adotivos vivenciaram a região limítrofe entre pertencer ‘ao grupo’ e, paradoxalmente, ser ‘de fora’ (CERQUEIRA; REZENDE, 2013, p.248). Justamente desse paradoxo, cujo significado se aprofunda com o aparecimento da mãe verdadeira ao longo da narrativa sempre como um “contorno indefinido, uma forma envolta de sombras” (HATOUM, 2008, p.142), nasce a perspectiva do romance

¹⁰ Na falta de um termo apropriado em língua portuguesa, recorreu-se a essa expressão francesa, cuja acepção corresponderia – valendo-se de toda a boa vontade semântica de ambas as línguas – a uma queda de classe social; o que de fato sucede com Arminto, o qual despenca de herdeiro de um grande empresário envolvido nos negócios da borracha para um velho miserável, narrando sua decadência a um viajante que se dispõe a ouvi-lo.

que privilegia a referência a personagens, de algum modo, em tensão com o horizonte social evocado.

Abaixo, um breve fragmento da obra no qual a narradora esclarece que o pai adotivo não lhes negou a verdade sobre a adoção (o que é diferente das origens dessa adoção):

Foi ele que me ajudou a sair da cidade para ir estudar fora, e além disso nunca se contrariou com a nossa presença na casa, desde o dia em que Emilie nos aconchegou ao colo, até o momento da separação. Desfrutamos os mesmos prazeres e as mesmas regalias dos filhos, e com eles padecemos as tempestades de cólera e mau humor de um pai desesperado e de uma mãe aflita. Nada e ninguém nos excluía da família, mas no momento conveniente ele fez questão de esclarecer quem éramos e de onde vínhamos, contando tudo com poucas palavras que nada tinham de comiseração e de drama. (HATOUM, 2008, p.17)

Mais uma vez, Emilie no centro das ações; é a matriarca quem decide acolher os irmãos no seio familiar. A cordialidade associada à mãe de Hakim no segundo capítulo, seja no trato com as empregadas da casa, seja com os necessitados da Cidade Flutuante, também se revela na escolha por essa adoção. Todavia, neste ponto, pode-se observar a desigualdade nesse trato dispensado por Emilie. Ao passo que a narradora e seu irmão experimentam a face acolhedora da cordialidade, Anastácia Socorro e as outras empregadas que tentaram trabalhar no sobrado dos libaneses conhecem, bem ao contrário, uma relação marcada pela violência física e psicológica. Por que essa desproporcionalidade? Uma das hipóteses seria a origem desses irmãos adotados. Quem é a mãe desses meninos? A que estrato social pertence essa mulher? Por que ela se vale da proteção de Emilie? Embora essas perguntas estejam todas elas fincadas no campo da suposição, não seria de todo absurdo afirmar que o prestígio da matriarca libanesa se estende também por pessoas pertencentes a setores abastados da sociedade manauara, já que a mãe verdadeira não apenas possui um sobrado imponente próximo ao de Emilie (onde a narradora acorda ao chegar a Manaus e se depara com a filha de Anastácia Socorro), mas ainda é ela quem realiza a internação da filha em uma clínica psiquiátrica de São Paulo. Evidentemente, não se pode ir muito longe na interpretação dessas pistas deixadas ao longo da narrativa, porque elas se associam a mistérios e segredos que se alastram pelos textos de Milton Hatoum (por exemplo, quem é o verdadeiro pai de Nael em *Dois Irmãos?*), e não seria, de modo algum, prudente exigir-lhes respostas definitivas para determinados aspectos formais e temáticos do romance. Entretanto, mostra-se como fato incontestável que a cordialidade de Emilie se desdobra em duas faces diversas – a primeira cruel e violenta com as domésticas; a segunda maternal e acolhedora com os irmãos adotivos.

Se essa discrepância é garantida somente por um fundamento de classe, é difícil afirmar; porém, ela é incorporada pelo processo narrativo do romance.

3.5 A mão que acolhe é a mesma que açoita

Das quatro vozes que compõem a moldura narrativa do romance, três delas são fundamentais para compreender a maneira por que os traços de cordialidade se manifestam no traquejo social e familiar de Emilie. Ora, de um lado, há a voz da mulher inominada, a qual incorpora a dimensão acolhedora dessa cordialidade. De outro, há o fotógrafo alemão Dorner e o filho mais velho de Emilie, Hakim, os quais assumem uma voz em que se destaca a dimensão crítica. Dessa maneira, a influência e o prestígio da matriarca libanesa são vistos conforme perspectivas diversas, mas complementares para a construção dessa figura central da narrativa.

Ainda que do discurso a cargo da narradora-organizadora do romance também emanem conteúdos críticos ao desenvolvimento de Manaus e às suas consequências negativas, ao tratar do espaço privado da casa dos libaneses, essa voz assume um tom mais conciliatório. Depois dos longos anos de ausência, essa mulher busca, além do reencontro com Emilie, o retorno aos espaços da infância: “cidade imaginária, fundada numa manhã de 1954...” (HATOUM, 2008, p.10). As reminiscências que daí se originam não revelam aversão à conduta da mãe adotiva; destacam-se, isso sim, em sua maioria, eventos associados à morte de Soraya Ângela e ao cotidiano do sobrado e da Parisiense, o que mostra o desejo da narradora de compreender, na interlocução com seu irmão, pequenos detalhes os quais compuseram o início da vida desses dois filhos adotivos do casal libanês. Nesse sentido, ao trazer à tona esse passado incrustado “naquele natal de 54” (HATOUM, 2008, p.11), o discurso da narradora se apresenta disposto a valorizar a dimensão acolhedora da relação com os libaneses; exemplo disso é a maneira como, em alguns momentos da narrativa, a mulher se refere ao marido de Emilie: “Nessa época nosso avô não tinha ímpeto para contestar esse ou aquele [...]” (HATOUM, 2008, p.16), “Para meu avô, para todos nós, a aquisição exigente do relógio foi um mistério durante muito tempo.” (HATOUM, 2008, p.24) Ora, o pai adotivo passa a avô; disso, surge um desdobramento que deve ser observado com mais vagar, a fim de

compreender o modo como se dá a acolhida por que passam os irmãos adotivos e, conseqüentemente, a ação da matriarca libanesa.

A mudança no tratamento aprofunda ainda mais o segredo da adoção. Se Emilie e o marido são os avós, então um dos gêmeos *inomináveis* é o pai dessas crianças. Embora esse seja um mistério de proporção semelhante ao que envolve Soraya Ângela, não se podem deixar de lado essas pequenas marcas as quais se alastram timidamente ao longo da narrativa; se a matriarca libanesa escorraça as caboclas que invadem o sobrado, reivindicando a paternidade dos filhos, por que o tratamento é diverso com a mãe da narradora e do interlocutor do romance? Parece residir nesse caso um procedimento que vai muito além da causalidade... De qualquer modo, a insistência nesse ponto é uma discussão infrutífera; o que vale disso tudo é que a maneira como a narradora constrói o seu discurso está associada a sua posição no interior da família que a recebe. Ao contrário do que sucede, em alguns momentos dos discursos de Hakim e de Dorner, a voz da mulher inominada constrói a figura de Emilie de modo positivo, enaltecendo, sobretudo, as qualidades maternas dessa mulher que fez do filho adotivo um “pequeno ídolo” (HATOUM, 2008, p.20). Abaixo, um trecho no qual se observa o orgulho da matriarca ao mostrar o pequeno às amigas:

Emilie se regozijava durante essa sessão de idolatria, fazia gosto observar sua postura de mãe-do-mundo, estendida sobre ti tal uma redoma radiante a inflar perpetuamente, e confesso que era quase uma humilhação para as outras crianças presenciar essas cenas de devoção, de êxtase; afinal, quem não gostaria de estar ali em cima, santo recém-nascido, suspenso por lufadas e bafos oriundos de bocas e leques de cores exuberantes. (HATOUM, 2008, p.20)

Na rememoração, a narradora lança um olhar à mãe adotiva (ou à avó) marcado por traços de afeto e carinho semelhantes aos que Emilie dedicou a ela e ao irmão. A face acolhedora da cordialidade de Emilie, a qual se manifesta, principalmente, nessa misteriosa adoção, torna-se parte integrante do discurso realizado pela narradora-organizadora do romance. Dessa maneira, não se dá a ver, pela voz da mulher há quase vinte anos distante de Manaus, o tratamento dispensado pela libanesa aos pobres e aos serviçais que circundam o sobrado; na verdade, erige-se uma matriarca com traços distintos aos que os outros dois narradores em destaque apresentam.

A face violenta da relação de Emilie com as caboclas e serviçais da casa somente ganha realce em virtude do ponto de vista assumido por Hakim e Dorner. Estas duas vozes, conquanto não deixem de mostrar aspectos positivos da mãe de Samara Délia, ajustam sua

lente de análise de tal forma que conseguem mostrar um comportamento da libanesa típico de membros pertencentes a estratos superiores da sociedade manauara. Como aludido neste e no capítulo anterior, ao lado da mãe zelosa, extremamente dedicada aos filhos (verdadeiros ou não), também há a mulher a qual não titubeia ao afugentar ferozmente as caboclas que se diziam vítimas dos abusos sexuais dos gêmeos. Além disso, ainda se observa a patroa cujo procedimento com as empregadas é o de humilhá-las, não lhes permitindo a mesma comida do restante da família, não lhes defendendo das agressões dos filhos, tampouco lhes pagando um salário referente à função desempenhada. Sendo assim, a cordialidade de Emilie não se constitui somente de um lado acolhedor e afetuoso; uma outra dimensão do afeto, a qual encarcera todas as relações nos limites da intimidade, assume um sentido cruel e autolegitimatório no trato com sujeitos que, de algum modo, dependem dos ditames da matriarca.

A seguir, um excerto da obra no qual a voz de Hakim apresenta essa outra dimensão constitutiva de Emilie:

Tornava-me um filho arredo, por não ser um estraga-albarda, por não ser vítima ou agressor, por rechaçar a estupidez, a brutalidade no trato com os outros. No meu íntimo, creio que deixei a família e a cidade também por não suportar a convivência estúpida com os serviçais. Lembro Dorner dizer que o privilégio aqui no norte não decorre apenas da posse de riquezas.
– Aqui reina uma forma estranha de escravidão. – opinava Dorner. – A humilhação e a ameaça são o açoite; a comida e a integração ilusória à família do senhor são as correntes e golilhas. (HATOUM, 2008, p.78)

Retomando a discussão empreendida por Ginzburg (2012) a respeito dos narradores do romance brasileiro contemporâneo e suas elaborações que remetem a setores sociais minoritários ou excluídos, pode-se afirmar que tanto Dorner, quanto Hakim representam pontos de vista em razão dos quais é possível entrever, nos detalhes mais recônditos da dinâmica familiar dos libaneses, um embate absolutamente desigual entre dois segmentos distintos da sociedade manauara. A violência de Emilie dispensada às “espevitadas que se esfregam no mato com qualquer um” (HATOUM, 2008, p.78) e às empregadas domésticas possui legitimidade nesse Norte ao qual se refere Dorner e que, em sentido mais amplo, significa uma região economicamente decadente, cujos valores de fundo patrimonialista contribuem para justificar os caprichos e os disparates da matriarca e de seus filhos gêmeos. Assim sendo, dessas vozes emana um discurso que não apenas expõe um evidente conteúdo crítico à prática de Emilie, a qual, conforme destacado pela opinião do fotógrafo, possui um

fundamento de classe, como também revela a aderência dos narradores à *causa* das serviçais do sobrado de Emilie.

Dessa maneira, o processo narrativo do romance incorpora, por meio das vozes da narradora-organizadora, do filho mais velho do casal libanês e do amigo de Emilie, as duas faces distintas dessa matriarca, as quais se observam em suas formas de sociabilidade estabelecidas com aqueles que chegam ao sobrado, rogando por alguma forma de proteção. De um lado, a mulher sem nome que, embora vivendo na zona limítrofe de filha adotiva e neta legítima, internaliza em seu discurso um viés positivo em relação a Emilie; um verdadeiro procedimento mimético em virtude do que se transfigura para o conteúdo da narração a maneira acolhedora e afetuosa com que a narradora e seu irmão foram recebidos no seio familiar. Do outro lado, Dorner e Hakim, cuja perspectiva crítica à conduta de Emilie em relação às empregadas domésticas insere, na fatura do romance, a dimensão histórico-social dessa prática comum em casas abastadas de Manaus.

3.6 Uma narração bem equacionada

De autor pertencente a um espaço periférico do cenário literário brasileiro, Milton Hatoum, em razão da sua reconhecida qualidade enquanto escritor engajado na produção de uma literatura fundada no rigoroso trabalho com a palavra estética, passou a ocupar uma posição privilegiada no centro editorial das produções romanescas contemporâneas. Apesar dessa ascensão, que se manifesta na mudança de Hatoum para a capital paulista (um dos centros irradiadores de cultura ao qual ele mesmo se refere na comunicação “Escrever à margem da história”), as obras do autor, desde a sua estreia, não deixaram de priorizar o debate a propósito de temas atinentes ao contexto manauara, sobretudo no que se refere à descontinuidade econômica e cultural da região amazônica em relação à parte sul do Brasil. Em virtude dessa visada, pode-se compreender a escolha das formas narrativas que conduzem os relatos de uma escrita gestada no mormaço amazônico. Sendo assim, ao lançar um olhar pessimista para o Norte brasileiro, invadido, ao longo do século XX, por projetos modernizadores de vocação conservadora, preocupados tão somente em satisfazer as exigências do capital estrangeiro, o escritor amazonense recorre, na estrutura de seus romances, a perspectivas em razão das quais o leitor tem acesso a vozes que pareciam

silenciadas por seu pertencimento a segmentos não hegemônicos da sociedade manauara (ou ainda, brasileira).

De acordo com Melo (2010), o ano de lançamento de *Relato de um certo Oriente* (1989) é um marco para a literatura brasileira contemporânea, porquanto nesse momento o País se debatia em um contexto político bastante delicado. Recém-egresso de um período ditatorial, o Brasil experimentava, após duas décadas de silenciamento, a liberdade de imprensa e de cultura. Não surpreende, portanto, que um intelectual como Milton Hatoum, no fim da década de 1980, tenha realizado sua estreia no romance brasileiro com um texto em que se erige uma Manaus onde o tempo da história dessa região reverbere na estrutura da obra. Ora, ainda que a figura de Emilie se sobreponha aos relatos organizados pela narradora-organizadora, a experiência coletiva de uma leva de miseráveis, pertencentes à Manaus relatada indiretamente por quatro vozes diversas, pulsa de tal modo que se dá a ver a essência humana de uma região incrustada no interior brasileiro. Desse modo, Hatoum, que sofrera, enquanto aluno, a invasão da Universidade de Brasília (UNB) em 1968, iniciou, com seu primeiro livro, uma trajetória romanesca bastante cara ao espírito de abertura reinante em 1989, ano em que o Brasil conheceu seu primeiro presidente eleito pelo voto direto desde Jango; ouvia-se, por conseguinte, a voz de um Brasil envolto de mistérios – após o silenciamento, era a oportunidade do País olhar para si e falar sobre si.

Para dar conta dessa atitude de desvelamento, a forma narrativa do texto estreante não poderia estar atrelada a escolhas hegemônicas da tradição brasileira. Em razão disso, a narração é compartilhada por mais de um ponto de vista, que se submetem, na organização final dos relatos, a uma narradora-organizadora marcada pelo descentramento no interior da família-núcleo do romance. A perspectiva que paira sobre a fatura dos relatos é a de um sujeito enjeitado, cuja história de vida, desde o princípio, esteve associada a essa condição periférica; e justamente nesse ponto se encontra o fundamento narrativo do romance, o qual, em primeira instância, representa a busca identitária dessa mulher sem nome, recém-egressa de uma clínica psiquiátrica – entretanto, busca impossível, uma vez que o retorno da narradora coincide com a morte de Emilie, única voz abalizada a responder acerca da verdade da adoção. Sendo assim, Manaus, onde se encarna a região amazônica, bastardia de um “país que prima pela negação de si mesmo” (ALBUQUERQUE, 2006, p.128), ganha realce pela voz de uma mulher, ela própria uma filha e uma narradora enjeitada: não somente à margem da tradição narrativa brasileira, para a qual uma voz feminina, transitando pelos espaços de um hospital psiquiátrico, revela-se um traço descontínuo, mas – principalmente – à margem

do universo erigido e organizado por ela mesma: o sobrado dos libaneses que a acolheram como filha, como neta...

4 UM PASSEIO PELO OUTRO MUNDO: O TRISTE HOSPÍCIO QUE ABRIGA MONSTROS

4.1 O futuro visto da selva

Em matéria publicada pela revista *Piauí*, de março de 2014, o jornalista Felipe Marra – residente em Londres – apresenta ao leitor brasileiro um assunto que tem causado bastante preocupação nos torcedores da Seleção Inglesa de futebol: o jogo de estreia da Inglaterra na Copa do Mundo. A dor de cabeça inglesa não se origina do adversário, a Seleção Italiana, uma das forças do Mundial, e sim da sede onde ocorrerá a partida: a temida capital amazonense, Manaus. O texto “Duelo na Selva” – cujo lide, “Os ingleses se preparam para ir a Manaus”, vem acompanhado da sugestiva imagem de um simpático torcedor que, segurando a bandeira da Inglaterra, está no interior de uma imensa armadura de cavaleiro medieval, devidamente protegida por um cachecol e de posse de duas malas de viagem – mostra o sensacionalismo de alguns tabloides ingleses, os quais não se furtam de veicular que “Manaus [...] seria uma localidade assolada por um exército de bichos peçonhentos” (MARRA, 2014, p.7). Além disso, a reportagem comenta o nervosismo do técnico inglês durante o sorteio dos jogos em dezembro de 2013, o qual declarara, poucos dias antes do evento em Salvador, “que Manaus era a sede a ser evitada” (MARRA, 2014, p.7); e também destaca o esforço das agências de viagem inglesas em convencer seus clientes de que, apesar da necessidade de vacina contra a febre amarela entre seis e oito semanas antes de aportar em terras amazônicas, é seguro desembolsar o equivalente a doze mil reais para assistir aos jogos no Brasil. Em contrapartida, Chris Westwood, um inglês há dois anos radicado em Manaus, sai em defesa da capital do Amazonas, afirmando que “essa é uma cidade grande, nem dá para ver a selva daqui. Dizer que os torcedores poderiam acordar ao lado de uma cobra é risível.” (MARRA, 2014, p.7) De qualquer modo, os ingleses (jogadores, equipe técnica, torcedores e tantos outros) aguardarão apreensivos até o dia da estreia na Arena da Amazônia.

Ainda que, à primeira vista, jocosa, essa matéria aponta para um debate no qual não há nenhum contorno de gracejo. Além de tratar da falta de conhecimento dos estrangeiros a propósito da mais elementar geografia brasileira (segundo a reportagem, muitos turistas se decepcionam, quando descobrem que não há praias em Manaus), ela também aborda o

delicado tema do modo como a Amazônia é vista por pessoas de outros países, em especial dos desenvolvidos. Em pleno século XXI, a região amazônica continua associada a índices de exotismo semelhantes aos que os desbravadores discursivos dos séculos XVIII e XIX construíram nos textos fundadores desse imaginário selvático. E não seria absurdo afirmar que essa perspectiva reducionista e, até certo ponto, romantizada do espaço em que se situam as metrópoles Belém e Manaus também é compartilhada por brasileiros de outras regiões do País. A antiga Paris dos Trópicos, apesar de todo o esforço europeizador dos dirigentes do Ciclo da Borracha no início do século passado, é de tal forma motivo de preocupações internacionais que o Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra criou um *site* em que os súditos da rainha são aconselhados, além da vacina, a ter cuidado com a floresta e seus perigos (principalmente de animais selvagens) e a evitar a praia de Ponta Negra, onde a areia movediça, segundo a página do Ministério, já provocou a morte de algumas pessoas. Dessa maneira, visões apequenadas para a região brasileira que mais se urbanizou nos últimos trinta anos parecem muito distantes de encontrar um ajuste na comunidade mundial.

No sentido de realizar esse acerto, ao menos em contexto doméstico, Antonio Risério (2012) mostra que o ambiente científico e as esferas governamentais têm apresentado, desde a entrada do século XXI, uma mudança radical no olhar sobre a Amazônia. De tal sorte que, em 2008, o então Ministro de Assuntos Estratégicos do governo Lula, Roberto Mangabeira, afirmou em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo* que, a partir dessa região, deve-se pensar o futuro do País. Segundo o filósofo, nessa época à frente do projeto governamental, Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Brasil fervilha dentro de uma camisa de força, ainda muito limitado por narrativas preservacionistas em virtude das quais a Amazônia está sujeita ao isolamento produtivo. Não só do ponto de vista de Mangabeira, mas também de intelectuais e cientistas como Bertha Becker, Carlos Nobre, Jacob Palis, entre outros que compõem a Academia Brasileira de Ciências, a Amazônia é o terreno propício para que a Nação se reimagine e se organize. Dessa maneira, em uma defesa da floresta que se pautar pela utilização inovadora e sustentável, há a necessidade de intensificar a presença estatal na região, a partir de iniciativas que fomentem a indústria, o transporte e a capacitação humana.

De acordo com o geógrafo e sociólogo Demétrio Magnoli, em artigo publicado no mesmo jornal no qual se veiculou a entrevista de Roberto Mangabeira, o posicionamento do ex-Ministro aponta para a resolução de um impasse político que aprisiona a Amazônia na visão romântica de um “santuário sitiado” (MAGNOLI, 2008). Conforme Magnoli, até o momento em que Mangabeira deu início ao PAS, a região se debatia entre o ponto de vista

militar e o construído pela redemocratização; em favor deste último, por ação, sobretudo, das ONGs (Organizações Não Governamentais) que assumiram o planejamento amazônico. De um lado, a Ditadura e seu projeto desenvolvimentista, em razão do qual a “Amazônia [...] era uma fronteira estratégica a ser conquistada e uma fronteira de recursos a ser dilapidada” (MAGNOLI, 2008). Do lado oposto, as narrativas preservacionistas de ONGs para as quais o Estado terceirizou o desenvolvimento da região, após a saída dos militares. Sendo assim, a especulação incentivada da década de 1970 foi substituída por uma *fábrica de lendas* (expressão cunhada por Demétrio Magnoli no artigo citado), geradora dos mitos que defendem a Amazônia como uma coleção de árvores e povos originais ainda organizados de modo tradicional.

O texto de Magnoli segue a esteira do argumento de Roberto Mangabeira, o qual afirma que a região amazônica não se restringe tão somente ao maior conjunto de árvores do mundo, mas também se destaca por abrigar 20 milhões de brasileiros. E, conforme a visão de Mangabeira, caso essa população não seja incentivada economicamente, ela, de maneira inevitável, será impelida a desenvolver atividades que devastam a floresta. Ou seja, o mito de uma Amazônia original, distante da ação do homem tem sido a ponta de lança da visão romântico-preservacionista que, além de não promover (não permitir) o desenvolvimento da região, ainda é falha na assistência aos pobres da Amazônia, que, por conta da necessidade de sobrevivência, entregam-se à grilagem de terras, ao garimpo e à extração ilegal de madeira. E justamente em razão dessa demanda populacional – 14 milhões de amazônicos vivem em regiões urbanizadas –, Magnoli, Mangabeira e outros intelectuais formam uma só voz na defesa do desenvolvimento sustentável desse espaço.

O artigo “Chega de Lendas!”, de Demétrio Magnoli, realiza a interlocução com um anúncio publicitário do Governo Federal publicado em 1970 e assinado pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Nesta peça, o *slogan* “Chega de lendas. Vamos faturar!” incentivava a população brasileira a investir na região amazônica, pois esta, segundo o anúncio, estava contribuindo para a riqueza de muitas pessoas que acreditavam no Banco da Amazônia e na construção da Transamazônica, *a pista da mina de ouro*. Não estranham, por conseguinte, os argumentos de Magnoli ao longo do artigo, o qual não se furta da crítica à “crítica da geopolítica amazônica conduzida pela ditadura militar” (MAGNOLI, 2008). Segundo o autor, a Amazônia verdadeira é muito diversa do que preconiza a chamada mitologia preservacionista das ONGs multiculturalistas:

Chega de lendas. A Amazônia é moderna: nela estão Belém e Manaus, duas das três únicas metrópoles dinâmicas situadas na faixa equatorial do planeta. A Amazônia não é um paraíso isolado: o mercado mundial a incorporou ao sistema de intercâmbios globais desde o início de seu povoamento efetivo, com o ciclo da borracha, no anoitecer do século 19.

A Amazônia não é tradicional: ela foi ocupada pelo deslocamento de povoadores do Nordeste e do Centro-Sul em duas ondas recentes, entre 1880 e 1920 e de 1950 em diante. A Amazônia não é, a não ser marginalmente, a morada dos 'povos da floresta': suas populações refletem o desenraizamento cultural dos pioneiros e as extensas mestiçagens entre esses pioneiros e deles com os povos autóctones.

A Amazônia não é rural, mas urbana: nos seus cenários de igarapés engolfados pelas cidades, onde águas de esgoto correm por dentro das casas, entrelaçam-se os temas do meio ambiente e da saúde pública. (MAGNOLI, 2008)

No mesmo sentido da argumentação realizada por Demétrio Magnoli, ganham realce os dados oferecidos pela geógrafa Bertha Becker no capítulo “Uma Visão de Futuro para o Coração Florestal da Amazônia”, a primeira parte da publicação *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições* (2009). Segundo a autora, a população urbana da Amazônia “representava 37,3% em 1970, 45,9% em 1980, 56,0% em 1991, 69,0% em 2000 e 71,72% em 2007” (BECKER, 2009, p.40). Isso significa, nas últimas décadas, o maior crescimento urbano do Brasil. Apesar disso, a geógrafa também mostra que esse aumento tem sofrido negligência da pesquisa e da política regional, sobretudo, por conta da chamada *onda verde*: as preocupações de caráter preservacionista que, segundo a autora, recobriram qualquer discussão a respeito da Amazônia. Dessa maneira, tanto o artigo de Magnoli, quanto os números de Becker aliam-se ao ponto de vista de Mangabeira, defensor de uma Amazônia como espaço de vanguarda para o qual “a tecnologia e a produção a partir dos recursos naturais da região precisam ser colocadas sob o signo do novo e da invenção” (RISÉRIO, 2012, p.343).

Ainda hoje, por conseguinte, a Amazônia, em especial a brasileira, é compreendida sob uma profusão de pontos de vista, muitas vezes, bastante divergentes entre si. Internacionalmente, há o olhar reducionista dos ingleses que desconsideram a metrópole na qual se transformou Manaus e a compreendem tão somente como um mero reduto selvático onde animais perigosos poderão invadir o campo de futebol ou os quartos de hotel. Pautados por valores atinentes a um exotismo típico dos relatos construídos pelos primeiros viajantes europeus que aportaram em terras amazônicas há dois, três séculos, esses turistas oriundos da Inglaterra, bem mais do que revelarem a própria ignorância acerca de um dos maiores e mais importantes países do mundo (ao menos segundo a autoestima brasileira), mostram, isso sim,

que o Brasil, apesar da Copa do Mundo e das Olimpíadas, ainda não ascendeu a um patamar de valorização internacional que permita *ser grande* além das próprias fronteiras – o Carnaval, o futebol, as praias e os mistérios da imensa floresta amazônica se sobrepõem de tal modo que as mudanças e os avanços brasileiros são relativizados pelo prisma dos estereótipos arraigados no imaginário internacional. Já no contexto doméstico, a região amazônica se desenvolve de forma precária e descontínua, em razão do embaraço histórico em cujo cerne se destaca o conflito entre propostas de preservação e de produtividade. Dessa maneira, o descompasso amazônico é ainda mais profundo se for compreendido que esse espaço pertence às margens de um País – ele próprio – habitante da periferia mundial.

Entretanto, não se refutam com isso as proposições de Demétrio Magnoli, que preconiza que a Amazônia há muito tempo já se afastou das fórmulas romântico-preservacionistas vicejantes em algumas visões a respeito desse espaço. Manaus, Belém e dezenas de outras cidades que circundam as duas primeiras e com elas interagem são incontestáveis exemplos da urbanização e da modernidade às quais esteve submetida a região amazônica ao longo do século passado. Todavia, há nessa grandiosa área condições de infraestrutura de tal maneira precárias que o crescimento populacional dessas cidades e metrópoles não vem acompanhado de melhorias de vida para os seus cidadãos. A história da Amazônia, se colocada em perspectiva, é marcada por sucessivas tentativas de romper não apenas com essa realidade em descompasso com o sul brasileiro, mas sobretudo com o sentimento advindo desse entrave secular. São exemplos dessas manifestações que objetivam regular o passo amazônico: o fausto gomífero do início do século passado, o obscuro capítulo da Batalha da Borracha durante a Segunda Guerra Mundial, a construção da Zona Franca e, mais recentemente, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), a cargo de Roberto Mangabeira, um brasileiro com formação acadêmica, prática profissional e sotaque oriundos dos Estados Unidos; ou seja, nem hoje, quando o Brasil se vangloria do crescimento econômico, ele se livra da influência estrangeira em seus assuntos mais privados. Sendo assim, apesar de todos esses esforços, o Brasil e, no caso específico, uma de suas grandes cidades, Manaus, continua sujeito a visões desconfiadas pela comunidade internacional; episódio mais recente, a atitude do próprio governo inglês que financiou a criação de um *site* para que seus súditos não tivessem surpresas desagradáveis em território verde-amarelo. Ora, a Amazônia é urbana e moderna o suficiente para justificar a ampla defesa do incremento da presença estatal em iniciativas que visem à produtividade econômica e tecnológica da região; no entanto, para os

ingleses, homens do primeiro mundo, nas terras amazônicas, seres humanos e animais selvagens disputam, diariamente, o direito à sobrevivência.

4.2 Um relato pessimista

No contexto dessas discussões a respeito do espaço amazônico, é preciso inserir a produção romanesca de Milton Hatoum, estruturada sobre a referida descontinuidade econômica e cultural da região em destaque. Os romances de Hatoum, seja por suas escolhas temáticas, seja, principalmente, por suas escolhas narrativas, lançam uma visão pessimista para a Manaus erigida ao longo do século XX. Sendo mais específico, *Relato de um certo Oriente*, ainda que, à primeira vista, enfatize, sobremaneira, o espaço privado do sobrado de Emilie, revela um apurado viés narrativo, em virtude do que é possível compreender a internalização de uma crítica consciente aos desdobramentos negativos dos dois processos de modernização que aspiraram à inserção da capital amazonense no contexto de desenvolvimento brasileiro: o Ciclo da Borracha e a construção da Zona Franca. A visão pessimista a que se faz referência ganha realce não somente na representação dos desvalidos dessa cidade, encarnados, por exemplo, nas figuras das empregadas e caboclas que estão sujeitas às mais variadas humilhações sob a vontade dos filhos gêmeos da matriarca libanesa, mas também no olhar que a narradora-organizadora joga sobre algumas áreas específicas de Manaus. Dessa maneira, na recolha dos relatos de Hakim, Hindié Conceição e Dornier, o desfalecer da família de Emilie possui como pano de fundo uma cidade em que a galopante entrada do capital estrangeiro carrega consigo um dos traços mais cruéis da modernização: o velho e o tradicional são substituídos pelas subversivas promessas do novo; com isso, o espaço se urbaniza e se modifica desordenadamente, relegando à periferia (social, econômica, geográfica e cultural) todos aqueles de que o mercado de trabalho não se utiliza.

Sendo assim, bem antes das propostas de Roberto Mangabeira, Demétrio Magnoli, Berta Becker e Antonio Risério, os quais defendem maneiras inovadoras e sustentáveis de modernização e de urbanização da região amazônica, essa imensa área do território brasileiro já havia ingressado no pensamento nacional (ao menos em contexto acadêmico e literário) a partir dos romances escritos por Milton Hatoum. Distante de soluções regionalistas, baseadas tão somente em aspectos eminentemente pitorescos da vida amazônica, Hatoum apresenta – o

que os ingleses peremptoriamente desconhecem – uma Manaus, assim como descreve Magnoli no citado artigo do *Estado de São Paulo*, moderna, dinâmica, urbanizada e constituída por sujeitos das mais diversas origens étnicas. Ou seja, a força desse autor está, sobretudo, na capacidade de dar voz e universalidade aos dramas humanos de uma região cujos estereótipos ainda hoje a limitam como se fosse apenas um conjunto de rios, árvores e animais selvagens. Todavia, essa valorização da Amazônia (um verdadeiro gigante desengonçado no contexto das regiões brasileiras, notadamente se comparado à que compreende o Centro-Sul) não se manifesta sem um contundente conteúdo crítico. Ao lançar luz para Manaus, e tudo o que ela representa enquanto uma das principais cidades do Norte, a obra romanesca de Milton Hatoum eleva esse espaço e todas as suas peculiaridades a um relevante tema de discussão no âmbito da literatura brasileira contemporânea; mas, ao lado dessa representação da capital amazonense, deve-se compreender a atitude de narradores que, esticando o arco da história manauara (em torno da qual reverbera a brasileira), apresentam o conflito de dois tempos distintos – a Manaus que antecede e a que sucede a criação da Zona Franca; seja o primeiro romance, seja os outros dois, cada um deles revela o lento desmoronar de famílias calcadas em valores patrimonialistas (lógica cujos fundamentos se apoiam em uma sociedade de feições rurais; ou pelo menos de urbanização incipiente) como metáfora do que se observa com a própria dinâmica da cidade, a qual, segundo José Vicente de Souza Aguiar (2002), nas décadas de 1950 e 1960, ainda não havia atravessado o caminho do crescimento industrial; porém, a partir dos anos 1970, conheceu uma administração voltada para a produtividade. E é justamente nesse ponto que ganha realce a perspectiva pouco alentada dos textos de Hatoum: o progresso é visto em sua face devoradora e discriminatória.

Em *Relato de um certo Oriente*, o conteúdo crítico à maneira como se deu o crescimento e a modernização da capital amazonense no decorrer do século XX alastra-se por diversas partes da narrativa. Todavia, um dos momentos mais incisivos se revela no passeio que a narradora empreende pela cidade; na manhã do seu retorno, ela decide perambular por Manaus e realiza um movimento que, em termos geográficos, sociais e econômicos, organiza-se do modo a seguir: centro – periferia – centro. Ora, a mulher inominada parte do sobrado de Emilie, atravessa a ponte sobre um igarapé, palmilha por uma região absolutamente miserável da cidade, toma uma embarcação e chega ao porto, onde se depara com a indescritível e surpreendente figura do arbusto humano. É preciso compreender que esse passeio é realizado por um sujeito há vinte anos distante de Manaus; há, por conseguinte, no olhar com o qual se desvelam esses espaços outrora vedados por Emilie, o assombro de quem não somente se

depara com a estranheza do novo (o bairro desconhecido; “a cidade proibida na nossa infância” (HATOUM, 2008, p.110), mas, sobretudo, assume a consciência do próprio deslocamento em uma cidade cujo rebuliço do porto e do centro é significativo do processo pós-Zona Franca: positivo no sentido de resolver a imobilidade econômica sob a qual agonizava a antiga Paris dos Trópicos, mas avassalador em seu incentivo à urbanização e à especulação do capital estrangeiro.

A construção do parque industrial da Zona Franca, por sua vez, é um marco da história manauara que dialoga não apenas com a necessidade de levar fôlego novo a uma região estagnada em sua dependência dos recursos naturais, mas também com o desejo de redimensionar o incrustado sentimento de descontinuidade do povo amazônico em relação a um Brasil que se modernizava desde as primeiras décadas do século passado; especialmente, na movimentada virada dos anos 1950 para os 1960. Sendo assim, para que se compreenda a forma por que se internalizam os desdobramentos desse processo no interior da narrativa empreendida pela filha adotiva de Emilie, deve-se situar historicamente o advento da Zona Franca, que vem na esteira de tentativas anteriores de mobilizar a economia amazônica, como o Ciclo da Borracha e a Batalha da Borracha, e alia-se ao espírito desenvolvimentista levado adiante pelos militares.

4.3 Os soldados da borracha

Ainda mais breve que o Ciclo da Borracha, em que apenas o café superou a *hevea brasiliensis* em números de exportação, o período conhecido por Batalha da Borracha representou um segundo momento de atenção aos seringais amazônicos. Inserido no contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas, esse é, sem dúvida, um dos capítulos mais obscuros da história brasileira, em que dos quase sessenta mil envolvidos na extração, cerca de trinta mil pereceram às más condições de trabalho e de moradia a que estiveram sujeitos.

Com o controle japonês sobre as regiões produtoras de borracha na Ásia, durante a Segunda Guerra Mundial, os países aliados, em especial os Estados Unidos, viram seus estoques de matéria-prima para a indústria bélica diminuir drasticamente. Para solucionar esse problema, que lhes poderia custar a continuidade na guerra, os americanos voltaram toda a sua atenção às reservas de borracha na Amazônia. Por essa razão, em 1942, foram assinados

os Acordos de Washington. Como consequência, o governo estadunidense se comprometia a investir na produção de borracha amazônica, enquanto o brasileiro, a encaminhar trabalhadores para os seringais.

Propagandeada como um esforço de guerra pela então ditadura varguista, essa nova corrida para a Amazônia, já em 1942, conseguiu reunir quinze mil homens, em sua maioria flagelados da seca nordestina de 1941 e 1942, aptos para o trabalho de extração nas seringueiras. Iludidos por histórias de enriquecimento rápido, em cujo fundo mítico estava o Eldorado Amazônico e todas as suas promessas de paraíso perdido, terra de fartura e, mais importante ainda, ausência da seca, e enganados por cartazes e ilustrações em que a realidade dos seringais era distorcida, muitos jovens nordestinos embarcaram em uma viagem sem volta aos confins amazônicos a fim de se tornarem *heróis* na defesa da soberania brasileira frente ao fantasma nazista (neste ponto, evidentemente, é possível reconhecer um eficaz recurso ideológico para o recrutamento).

Uma vez que tal investida às regiões de extração gomífera ganhou contornos semelhantes aos esforços da FEB na Itália, esses trabalhadores receberam a alcunha de soldados da borracha. Pouco nobre, no entanto, era a situação desses soldados, afinal, já na viagem para a Amazônia, em navios abarrotados de homens, mulheres e crianças, a realidade se impunha de modo muito mais cruel do que lhes fora pintada pela propaganda do Governo. Ao chegarem aos alojamentos nos seringais (quando chegavam, naturalmente), os trabalhadores se deparavam com verdadeiros campos de concentração em que as péssimas condições de alimentação e higiene deterioravam sua saúde. Aqueles que sobreviviam à viagem e aos acampamentos estavam presos ao sistema de aviamento. Nos seringais, os migrantes recebiam mantimentos, ferramentas, roupas, remédios, entre outros itens necessários à sobrevivência e ao trabalho de extração, tudo isso cobrado ao término da safra. O sistema de aviamento e a consequente escravidão aos seringalistas se dava justamente nesse ponto. Uma vez que todos os produtos eram taxados com preços exorbitantes, e o ganho dos trabalhadores era mínimo, os iludidos soldados da borracha assumiam uma dívida impossível de ser saldada.

Por conta da desorganizada tentativa de revitalizar a extração de borracha amazônica, pouco tempo depois, em 1944, os Estados Unidos passaram a demonstrar sinais de desinteresse no empreendimento; com o fim da guerra, houve o afastamento completo dos ianques. As regiões asiáticas já estavam abertas para o comércio e, por conseguinte, a Amazônia foi posta novamente à margem nos interesses econômicos brasileiro e mundial. Nas

palavras do historiador Marcus Vinicius Neces (2004), encerrava-se mais um capítulo de frustração na história de Belém, Manaus e seus arredores:

Terminava a Batalha da Borracha, mas não a guerra travada pelos seus soldados. Imersos na solidão de suas colocações no interior da floresta, muitos deles nem sequer foram avisados de que a guerra tinha terminado, e só viriam a descobrir isso anos depois. Alguns voltaram para suas regiões de origem exatamente como haviam partido, sem um tostão no bolso, ou pior, alquebrados e sem saúde. Outros aproveitaram a oportunidade de criar raízes na floresta e ali construir suas vidas. Poucos, muito poucos, conseguiram tirar algum proveito econômico daquela batalha incompreensível, aparentemente sem armas, sem tiros e que produziu tantas vítimas.

O ano de 1945, dessa maneira, não só encerrou o conflito entre os países do Eixo e os Aliados na Europa, mas também representou o término dos quinze anos do governo Vargas no Brasil. A partir de então, na política internacional, ganhou forma a polarização em cujas bordas estavam, de um lado, o capitalismo americano e, de outro, o socialismo soviético. Na política brasileira, por sua vez, iniciou-se a efervescente experiência democrática que se estendeu até o Golpe Militar de 1964.

4.4 O nacional-desenvolvimentismo, a construção de Brasília e o golpe militar de 1964

Após as frustrações do governo Dutra (Eurico Gaspar Dutra, 1946-1951), em que as retribuições ao alinhamento com os Estados Unidos foram minúsculas, Getúlio Vargas volta ao poder com a necessidade de redimensionar a política externa brasileira. A década de 1950, sob os influxos da urbanização e da industrialização, segundo Paulo G. Fagundes Vizentini (2008), anunciava-se com a crescente participação popular à vida política, além da ascensão e afirmação de uma burguesia industrial, de segmentos médios urbanos, de uma jovem classe operária e de outros trabalhadores urbanos e rurais. Para tanto, a fim de atender às exigências dessa nova configuração da sociedade brasileira, o presidente gaúcho retomou o seu projeto de desenvolvimento econômico por meio do incremento à indústria de base e da substituição das importações. O grande símbolo dessa administração polêmica, que culminou com o suicídio de Vargas em 1954, é a criação da estatal Petrobrás, cuja campanha em sua defesa, *O*

Petróleo é Nosso, foi um importante elemento intensificador da participação popular dos meios urbanos.

Na esteira da política nacional-desenvolvimentista do último governo Vargas, Juscelino Kubitschek assume, em 1956, a presidência do País. Como um dos mais importantes homens públicos de ação na experiência democrática, Juscelino resumia seu governo em três ideias fundamentais: movimento, ação e desenvolvimento. Com um programa de governo conhecido como Plano de Metas, cujo êxito é inegável, o ex-governador mineiro tomou para si os desafios de

governar estritamente dentro dos limites constitucionais e democráticos; acelerar o desenvolvimento econômico, implantando novas indústrias e prometendo fazer em cinco anos o que levaria cinquenta; e integrar a nacionalidade, antiga aspiração herdada dos portugueses, construindo a nova capital e estradas que da floresta amazônica, das chapadas do Oeste e das grandes cidades litorâneas convergiriam até Brasília, no Planalto Central do país (MOREIRA, 2008, p.157).

O famoso slogan de campanha, “cinquenta anos em cinco”, fazia parte da retórica desenvolvimentista que o então político José Joffily batizou de “linguagem do desenvolvimento”. Ancorada por números, metas e estatísticas, essa linguagem destoava dos outros discursos da época e levou a todo o País a preocupação de Kubitschek em ampliar os setores de produção de energia elétrica e transporte. Embora incorporada somente ao longo da campanha de Juscelino, a proposta de construção de Brasília passou a integrar sua retórica e assumiu, de tal modo, um lugar de destaque que se tornou a “meta-síntese” de sua administração. Desse modo, o Plano de Metas aspirava, por meio de investimentos privados de capital nacional e estrangeiro, ao aprofundamento do processo de industrialização iniciado por Getúlio Vargas e à intervenção estatal em problemas estruturais que poderiam impedir o desenvolvimento da indústria.

Com o parque industrial ampliado, multiplicaram-se os empregos para os trabalhadores urbanos, e a classe média tornou-se consumidora de produtos antes muito caros, em virtude da importação. Não só as metas referentes ao transporte, mas também as direcionadas à energia elétrica foram, mais do que alcançadas, ultrapassadas, e, em 1961, a popularidade de Juscelino Kubitschek chegou a 80% da população pesquisada. Concomitante a esse caráter desenvolvimentista, a administração de Kubitschek também se destacava por um nacionalismo divulgado por expressões como “desenvolvimento nacional, dos interesses nacionais, das forças nacionais, da integração nacional” (MOREIRA, 2008, p.161). Assim, a

política juscéline recebeu o apoio de importantes setores do movimento nacionalista, cujo principal difusor do ideário era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em torno do qual se reuniam prestigiosos intelectuais engajados na mesma plataforma nacional-desenvolvimentista de Juscelino.

Embora no cerne do processo inflacionário que abriria a crise de 1961, não se podem negar os sucessos do governo de Juscelino Kubitschek, cujo coroamento foi a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960. Planejada e construída pelo urbanista Lúcio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, a capital modernista é o símbolo de uma década em que o Brasil se dedicou à industrialização e ao desenvolvimento. Os anos sessenta iniciavam em meio à euforia causada pela “estranha cidade espacial plantada nas solidões do Planalto” (MARANHÃO, 1996), donde se propagava a sensação de que a Nação brasileira havia encontrado sua autonomia e atingido instituições estáveis e democráticas.

Apesar disso, não demorou muito para que tais ilusões democráticas fossem por terra. Já em 1964, após os conturbados governos de Jânio Quadros e de João Goulart, os militares assumiram o poder. Aos planos político e cultural, os generais dedicaram uma postura cada vez mais repressiva e intolerante. A propósito da expansão da sociedade nacional e do seu desenvolvimento, apoiado pelo capital estrangeiro, os boinas-verdes de Brasília incentivaram os setores de energia e transporte e deram início à colonização da Amazônia, cuja inspiração era evidente nas políticas expansionistas dos presidentes anteriores: Marcha para Oeste, de Getúlio Vargas, e Operação Brasília, de Juscelino Kubitschek. Desse modo, como resultado de um novo momento de atenção à região amazônica, em 1967, criou-se a Zona Franca de Manaus, um sonho já antigo de políticos locais que ansiavam pela revitalização econômica da Amazônia.

4.5 A Zona Franca de Manaus e a volta da Amazônia à consciência nacional

Após os breves surtos de interesse à borracha amazônica, Ciclo da Borracha (1880-1915) e Batalha da Borracha (1942-1945), Manaus agonizava um profundo momento de estagnação econômica que destoava do processo de industrialização do Centro-Sul na década de 1950 e dos ares de modernidade emanados pela nova capital federal. Por conta desse sentimento de descompasso, havia, entre os manauaras, muita expectativa de integração ao

ritmo de crescimento do País. Assim, a fim de atender a tais exigências e motivados por ameaças de internacionalização da Floresta Amazônica, os militares, logo após o Golpe, deram início à Operação Amazônica, cuja criação da Zona Franca pode ser compreendida como um dos principais resultados dessa política de expansão nacional.

Desde 1951, ano em que o deputado Francisco Pereira da Silva apresentou o projeto de criação de um porto franco em Manaus, já existiam discussões a respeito da preocupação em integrar a região amazônica à dinâmica desenvolvimentista da parte sul do Brasil. Apesar disso, durante toda a década de 1950, enquanto Vargas e Kubitschek se dedicavam à expansão do parque industrial brasileiro e aos investimentos em transporte e energia, a antiga Paris das Selvas continuou estagnada nos longínquos tempos da borracha. Somente em meados da década de 1960, quando os generais de Brasília, com sua política de capital associado ao americano, propuseram o ajuste da necessidade de dinamizar as forças produtivas de Manaus com o processo de descentralização industrial que norteava os planos de investimento dos países já industrializados, pode-se afirmar que a região amazônica voltou a receber algum tipo de prestígio governamental. Dessa maneira, a Zona Franca não só representa a entrada de capital nacional e estrangeiro e sua consequente injeção econômica na capital amazonense, mas sobretudo revela um fôlego novo à autoestima de uma população ainda muito arraigada às opulências e às misérias encarnadas no imaginário manauara durante o Ciclo da Borracha.

Depois de tantos anos assistindo, angustiadamente, aos incentivos à aceleração industrial do Centro-Sul brasileiro, Manaus creditou à Zona Franca a possibilidade de resolver o impasse apontado por José Seráfico e Marcelo Seráfico (2005, p.102) como “posição secundária no processo de dinamização econômica” iniciado durante a experiência democrática pós-ditadura Vargas:

De fato, o modelo de desenvolvimento orientado pela industrialização via estratégia de substituição de importações e fundado na política de massas, no dirigismo estatal e na política externa independente reservou à Amazônia uma posição secundária no processo de dinamização econômica que instaurou e no projeto de formação social que engendrou. (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005, p.102)

A Amazônia, enfim, voltava à consciência nacional. No caminho do reajuste econômico, de lá já não vinham apenas os produtos oriundos do extrativismo natural, mas principalmente os modernos eletrônicos que as multinacionais instaladas ao longo dos 10km de parque industrial em Manaus e seus arredores produziam para consumidores dos mercados

externo e interno. À beira do Negro, portanto, passaram a conviver a extração manual de látex e a produção mecânica dos mais variados eletroeletrônicos.

4.6 Um passeio pela cidade proibida

Em razão dos fracassos do negócio gomífero na virada do século XX e dos interesses norte-americanos durante a Segunda Guerra, Manaus, ao longo da década de 1950 e início dos anos 60, de acordo com Aguiar (2002), era uma cidade provinciana, esquecida no coração da floresta e de pouca movimentação urbana. Nesse momento, o Brasil, ou melhor, a parte Centro-Sul do Brasil, vivia tempos de otimismo econômico, industrial e cultural, cujos marcos são a construção de Brasília e o advento da Bossa Nova. O acerto se fazia necessário; dele se encarregaram os militares, e a implantação da Zona Franca causou, evidentemente, um impacto muito grande na vida manauara – cindida temporalmente, Manaus pode ser vista antes e depois desse evento:

A cidade de Manaus, dos anos 30 aos 60, pode ser captada como sendo menos agitada. Mas, após a segunda metade da década de sessenta, a cidade foi agitada por grandes mudanças, deixando de ser morna e lenta, transformando-se ou sendo transformada. Os bondes já não funcionavam e em seu lugar novas máquinas mais velozes foram postas. O tempo começava a tornar-se escasso, ou o homem foi subordinado a ele, deixando de dominá-lo para ser dominado. (AGUIAR, 2002, p.33)

A entrada de Manaus em uma nova ordem do capital e do trabalho contribuiu de tal modo para a expansão de sua zona urbana que a população, conforme dados apresentados por Aguiar (2002), passou de 170 mil habitantes em 1960 para 700 mil em apenas vinte anos. No entanto, esse crescimento, semelhante ao ocorrido durante o auge da extração gomífera, aconteceu em uma cidade sem infraestrutura adequada para receber o novo contingente de moradores que, atraídos pelo *slogan* governamental, “Chega de lendas! Vamos faturar!”, havia se interessado em ingressar como mão de obra do distrito industrial. A capital amazonense, em meados da década de 1960, ainda se organizava conforme o traçado urbano que se pensara no governo de Eduardo Ribeiro. Dessa maneira, a modernidade de Manaus possuía um atraso de meio século, e o resultado desse desajuste foi um caótico processo de

urbanização que aprofundou ainda mais as péssimas condições de moradia de quem habitava as regiões periféricas da cidade.

Por conta disso, além das já movimentadas cercanias de Manaus, também o porto e o centro passaram a abrigar os excluídos da imperante lógica capitalista industrial. Distantes dos empregos formais que o distrito industrial oferecia, esses sujeitos dedicaram-se ao comércio de bugigangas, pequenos artesanatos e quinquilharias. Em *Relato de um certo Oriente*, quando a narradora inominada desembarca de seu passeio pela cidade, ela se depara com indivíduos submetidos a essa condição social: “A praia terminava numa aglomeração de barracas entulhadas de quinquilharias: um labirinto de madeira que se alastrava nas calçadas, nas ruas, na praça.” (HATOUM, 2008, p.111) Entre esses ambulantes, destacam-se os de origem indígena, os quais, em virtude da necessidade de sobrevivência no hostil ambiente de uma grande cidade, utilizam seus artefatos culturais para atrair os turistas ávidos pelo exótico que representam os objetos dos *seres da floresta*:

[...] o que mais me atraiu foram as máscaras feitas com casca de árvore, enrugadas e ressequidas pelo sol, e finas como a pele humana. Acuadas no interior das barracas, as pessoas talvez não imaginassem que seus ancestrais, em épocas não muito remotas, tinham coberto seus rostos com máscaras semelhantes. Dilapidados pelo tempo e pela violência, os rostos e as máscaras pareciam pertencer aos mesmos corpos. Corpos indiferentes a tudo, até mesmo à curiosidade que podiam despertar os grupos de turistas circulando à procura de uma sombra ou empunhando objetivas com lentes possantes, para captar uma intimidade ilusória com a realidade. (HATOUM, 2008, p.112)

Os indígenas urbanizados de Manaus, seja como mão de obra quase escrava no interior de casas abastadas, seja como miseráveis vendedores ambulantes no centro da cidade, são representados na narrativa como sujeitos verdadeiramente à margem dos processos de modernização que visavam ao dinamismo econômico da região. A cultura autóctone é vista em sua forma mais degradante – a cidade pacata pré-Zona Franca, cuja opulência arquitetônica das primeiras décadas do século significa não mais que ecos distantes, é substituída por uma *Manaus para turista ver*, dentro da qual o saber, o artesanato e o modo de vida dos habitantes primevos do espaço amazônico são relegados à condição de meros souvenirs. Reificados, aos indígenas e seus descendentes restam duas alternativas bastante restritas: o trabalho doméstico ou a venda de quinquilharias sobre caixas de papelão.

Antes de se deparar com o grupo de vendedores ambulantes no centro da capital manauara, a narradora do romance inicia seu passeio, ingressando em um bairro cujas

condições de existência são bastante precárias; através do olhar da mulher inominada, dá-se a ver um espaço em que a face devastadora do progresso calcado em um modelo de modernização conservadora impingiu a seus moradores formas de sobrevivência marcadas pela mais vil miserabilidade humana. Ademais, a própria narradora enuncia a distância (social e cultural) que a separa dessa região da cidade onde, durante os vinte anos de ausência, aprofundou-se ainda mais em sua pobreza: “[...] sentia um pouco de temor e de estranheza, e embora um abismo me separasse daquele mundo, a estranheza era mútua, assim como a ameaça e o medo.” (HATOUM, 2008, p.110) Apesar de habitar, do ponto de vista da sua legitimidade identitária, as margens da família que acolhera a si e a seu irmão, a narradora-organizadora do romance foi inserida, já desde a infância, em um ambiente absolutamente distinto daquele em que “havia duelo entre homens embriagados, [...] mulheres eram ladras ou prostitutas [...]” (HATOUM, 2008, p.110). Por esse motivo, dentro do qual se estabelece uma evidente descontinuidade social entre os habitantes do sobrado e os habitantes desse bairro organizado após o igarapé, ela e seu irmão cresceram “ouvindo histórias macabras e sórdidas daquele bairro infanticida, povoado de seres do outro mundo, o triste hospício que abriga monstros” (HATOUM, 2008, p.110); a proibição de Emilie e seu marido não se fez somente na esfera geográfica, mas, especialmente, na imaginária: os desvalidos de Manaus, os restos de uma lógica de produtividade avassaladora são afastados de sua dimensão humana e temidos como monstros:

Foi preciso distanciar-me de tudo e de todos para exorcizar essas quimeras, atravessar a ponte e alcançar o espaço que nos era vedado: lodo e água, paredes de madeira, tingidas com as cores do arco-íris e recortadas por rasgos verticais e horizontais, que nos permitem observar os recintos: enxames de crianças nuas e sujas, agachadas sob um céu sinuoso de redes coloridas, onde entre nuvens de moscas as mulheres amamentavam os filhos ou abanavam a brasa do carvão, e sempre o odor das frituras, do peixe, do alimento fígado à beira da casa. (HATOUM, 2008, p.110)

Com esse excerto, pode-se compreender que o retorno dessa mulher traz à baila bem mais do que a história privada de um grupo familiar abastado; há dentro dele toda a acuidade de um olhar em virtude do qual se desvela uma outra Manaus. Aquela Manaus que, desde as modernizações urbanísticas de Eduardo Ribeiro, foi se organizando para além dos igarapés, nas cercanias da cidade com pretensos ares de Paris. Além da dependência de alguns moradores da Cidade Flutuante com a matriarca Emilie e da degenerada condição a que o índio foi relegado nessa Manaus moderna, o discurso da mulher inominada carrega um

incisivo conteúdo crítico à maneira como se forjaram as tentativas de inserir a capital amazonense (e a região amazônica como um todo) no contexto de desenvolvimento industrial e econômico do restante do Brasil (ou apenas parte do Brasil, evidentemente). Nesse sentido, outro trecho da obra ganha realce, a fim de mostrar o espanto dessa manauara há duas décadas distante da terra natal ao desembarcar em um porto que, outrora se destacara como um dos mais modernos e dinâmicos da economia mundial, mas passados os muitos anos de absoluta paralisia econômica da região e, posteriormente, o afobado desenvolvimento da década de 1970, tornou-se uma mixórdia de turistas, cicerones, trabalhadores do porto, vendedores ambulantes e todos os dejetos de uma cidade cujo crescimento caótico afastou-a inconciliavelmente da que se planejava durante a *Belle Époque*:

Demorou, na verdade, para atracarmos à beira do cais. O sol, quase a pino, golpeava sem clemência. Foi difícil abrir os olhos, mas não era a luminosidade que incomodava, e sim tudo que era visível. De olhos abertos, só então me dei conta dos quase vinte anos passados fora daqui. A vazante havia afastado o porto do atracadouro, e a distância vencida pelo mero caminhar revelava a imagem do horror de uma cidade que hoje desconheço: uma praia de imundícies, de restos de miséria humana, além do odor fétido de purulência viva exalando da terra, do lodo, das entranhas das pedras vermelhas e do interior das embarcações. Caminhava sobre um mar de dejetos, onde havia tudo: casca de frutas, latas, garrafas, carcaças apodrecidas de canoas, e esqueletos de animais. Os urubus, aos montes, buscavam com avidez as ossadas que apareceram durante a vazante, entre objetos carcomidos que foram enterrados há meses, há séculos. Além do calor, me irritavam as levas de homens brigando entre si, grunhindo sons absurdos querendo imitar alguma frase talvez em inglês; eram cicerones andrajosos, cujos corpos mutilados e rostos deformados os uniam ao pântano de entulhos, ao pedaço da cidade que se contorcia como uma pessoa em carne viva, devorada pelo fogo. (HATOUM, 2008, p.111)

Depois de cruzar pelo bairro miserável, espantar-se com as péssimas condições do porto e observar os índigenas em suas barraquinhas, vendendo máscaras feitas de casca de árvore, a narradora inominada encerra o seu passeio diante da Praça da Matriz, donde surge o inexplicável arbusto humano:

Na parte mais elevada da praça em declive, e bem em frente da porta da igreja, uma cena rompeu o torpor do meio-dia. O homem surgiu não sei de onde. Ao observá-lo de longe, tinha a aparência de um fauno. Era algo tão estranho naquele mar de mormaço que decidi dar alguns passos em sua direção. Nos braços esticados horizontalmente, no pescoço e no tórax enroscava-se uma jiboia; em cada ombro uma arara, e no resto do corpo, atazanados com a presença da cobra, pululavam cachos de saguis atados por cordas enlaçadas nos punhos, nos tornozelos e no pescoço do homem. Quando ele deu o primeiro passo, pareceu que o arbusto ia desfolhar-se: os

símios multiplicaram os saltos, a jiboia passou a ondular os braços, e as araras abriam e fechavam as asas. Naquele instante os sinos repicaram anunciando o meio-dia, e os sons graves reverberaram entre alaridos, originando uma harmonia esquisita, um turbilhão de dissonâncias, uma festa de sons. (HATOUM, 2008, p.112)

Logo após essa descrição do homem com aparência de fauno, a própria narradora questiona o seu procedimento: “[...] queria descrevê-lo minuciosamente, mas descrever falseia [...] o invisível não pode ser transcrito e sim inventado” (HATOUM, 2008, p.113). Tal atitude se justifica pelo improvável da cena; a aparição de um sujeito envolto por animais selvagens, em pleno centro manauara, suspende o ritmo do passeio empreendido pela mulher sem nome e alça a narrativa a um espaço simbólico, por conta do qual se dá a ver uma contundente crítica às transformações da capital amazonense. Enunciando de um tempo posterior à implantação do parque industrial da Zona Franca, e de todas as consequências sociais e urbanísticas oriundas desse processo de modernização estimulado pela iniciativa estatal em parceria com o capital estrangeiro, a narradora de *Relato de um certo Oriente* não encontra um termo de comparação para o evento, “em vão procurei em algum recanto do corpo uma cuia, uma lata, ou qualquer recipiente para receber esmolas; mas não se tratava de um mendigo, ou ao menos, de um mendigo como os outros da cidade” (HATOUM, 2008, p.113); todavia, ela está atenta para a curiosidade dos turistas e suas máquinas fotográficas e, sobretudo, para a agressão física e verbal de “soldados, carregadores, vendedores ambulantes, pescadores” (HATOUM, 2008, p.113), enfim, toda a multidão ensandecida com insultos, paus e pedras direcionados a um homem em absoluta discordância com os outros habitantes de Manaus. Compreendida como o elemento que encerra o passeio da mulher sem nome, a figura desse homem, na esteira das outras mazelas iluminadas pelo ponto de vista narrativo, é internalizada no romance como um símbolo da degradação da cultura, dos costumes e do antigo ritmo de vida de uma cidade forçosamente inserida na lógica de produtividade capitalista internacional. O arbusto humano – incólume em sua marcha – irrompe da Praça da Matriz e desce em direção ao rio; apesar das gargalhadas, do escárnio e dos objetos jogados pela turba, ele incorpora a força de resistência da floresta, dos rios, dos indígenas e dos desvalidos da periferia manauara no contexto desse desenvolvimento predatório. Interrompida por um acontecimento às portas do mágico, em evidente descompasso com o restante do livro, a narrativa retoma o seu teor original com a chegada de uma violenta chuva, da qual surge o fotógrafo alemão Dorner, uma das vozes do cômputo final do relato.

Com o término do percurso estabelecido pela narradora, justifica-se o argumento de que se depreende do romance de estreia de Milton Hatoum um viés pessimista para a Manaus forjada a partir da implementação do parque industrial da Zona Franca. O olhar da mulher sem nome – misto de espanto e desencanto – desvela um mundo outro, no interior do qual se sente o pulsar de uma humanidade às voltas com os desdobramentos desses ares modernizadores. À margem de um discurso totalizante, responsável por inserir o espaço amazônico no nebuloso sistema de estereótipos que ainda hoje faz parte do imaginário internacional, exemplo disso é o referido temor dos torcedores ingleses em assistir *in loco* aos jogos do seu time, a narração de *Relato de um certo Oriente*, por meio de uma linguagem desprovida de apelo às peculiaridades do território brasileiro em realce, põe de pé uma capital amazonense premida pelo modelo de retomada econômica da região. A percepção de uma filha adotiva da elite comercial manauara, há duas décadas radicada em São Paulo (*o sul brasileiro*), um lugar de possibilidades e de oportunidades no horizonte de expectativas das personagens hatoumnianas, dá a ver, com a sua incursão por espaços proibidos na infância restrita ao sobrado e à Parisiense, o incremento das misérias sociais em uma cidade cuja estratificação se adensou com o fausto gomífero do início do século XX.

Dessa maneira, ao lado dos debates acadêmicos e científicos a propósito do futuro da Amazônia, à frente dos quais estão intelectuais e cientistas ligados à Academia Brasileira de Ciências, deve-se considerar a obra romanesca de Milton Hatoum como uma importante contribuição para esse novo olhar estabelecido para a região. Entretanto, é preciso destacar que essa atitude observada na produção do autor não segue a mesma linha argumentativa de intelectuais como Roberto Mangabeira, Demétrio Magnoli e Bertha Becker, que se aliam em sua defesa de formas inovadoras de desenvolvimento sustentável e de urbanização integrada entre as diversas cidades do espaço amazônico; em direção oposta, os romances de Hatoum também trazem a Amazônia para o centro do debate, (justamente neste ponto reside a relevância dessa escolha temática), mas carregam consigo uma perspectiva qualificada como pessimista, uma vez que compreendem a cidade de Manaus não somente em suas pluralidades étnicas, das quais avultam elementos culturais indígenas e árabes, mas, sobretudo, em suas mazelas sociais advindas de projetos malfadados de modernização industrial e econômica. O Ciclo da Borracha e a implantação da Zona Franca contribuíram, de modo indubitável, para o progresso e para a urbanização de uma área brasileira historicamente relegada às margens do pensamento nacional; no entanto, esse mesmo progresso é visto, segundo os narradores de Hatoum, em suas consequências negativas para alguns segmentos sociais de Manaus. Nesse

sentido, *Relato de um certo Oriente*, por conta, especialmente, do foco de luz que lança para a degradante condição dos indígenas na antiga Paris dos Trópicos e para os desamparados moradores dos bairros miseráveis da cidade, inaugura esse pessimismo narrativo, justificado, desde o começo, por um ponto de vista interno; ora, quem enuncia, já a partir do primeiro romance, são sujeitos autorizados a ampliar o arco temporal da história manauara (em cotejo inevitável com a brasileira) e, com isso, tendo como metáfora privilegiada o desfalecer de famílias assentadas em valores patriarcais, revelar a maneira por que a Manaus moderna do século XX se tornou uma metrópole às voltas com os mais diversos problemas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizado esse percurso por *Relato de um certo Oriente*, cujas linhas de força foram o discurso histórico e os valores de descontinuidade econômica e cultural que enquadram perifericamente a região amazônica no pensamento nacional (e internacional), deve-se considerar que ele não é inovador, sobretudo porque trata de um texto amplamente estudado pela crítica acadêmica há, pelo menos, vinte anos; entretanto, esse mesmo acúmulo de apreciações permite argumentar que o viés histórico foi de algum modo relegado. Dessa maneira, buscou-se, nesta dissertação, reconhecer o pulsar de uma Manaus às voltas com a falência do Ciclo da Borracha e com a arrebatadora entrada de uma lógica desavergonhadamente produtiva e capitalista nos anos subsequentes à implantação do parque industrial da Zona Franca.

Considerando os ganhos e perdas deste texto, é preciso defender que ele apelou para as contribuições históricas, a fim de mostrar que a materialidade de uma Manaus de meados do século XX ingressa na fatura do romance como um elemento estruturante da constituição das personagens e das vozes que enunciam os relatos em que a figura de Emilie é elevada à condição de elemento central. Em razão disso, a leitura atenta – não apenas de *Relato de um certo Oriente*, mas também das outras obras de Hatoum – permite admitir que o chão histórico não se dissocia dos enredos, narradores e temas privilegiados por esse autor. É obviamente compreensível que essa constatação pode ser enunciada a propósito de praticamente toda e qualquer produção literária; todavia, no caso do romance hatoumniano, conhecer o Brasil, a Amazônia e Manaus, em seus mais diversos movimentos do início do século XX para cá, é de fundamental importância para que se interprete, da melhor forma possível, a força literária dessa produção.

Ao longo dessas páginas, não se escreveu tudo o que se planejara, tampouco como se planejara; as palavras vão se tornando de tal modo independentes que a conta por vezes assusta... Não obstante, intentou-se manter uma linha de análise, em virtude da qual o romance de estreia de Hatoum internaliza em sua forma conteúdos críticos ao progresso da Manaus pós-*rubber boom* e pós-Zona Franca. Tais conteúdos contaminam especialmente a narração, a qual não se furta de iluminar setores severamente abalados por essas duas *imposições* do capital estrangeiro no contexto manauara. Assim, este trabalho se protegeu, sobremaneira, em um reiterado argumento: *Relato de um certo Oriente* inaugura uma

produção literária que interpreta Manaus (sobre a qual se pode afirmar que, nesse grupo romanesco, assume o valor de um símbolo da região amazônica) sob a perspectiva de sua descontinuidade em termos de desenvolvimento humano, econômico e tecnológico em relação às outras regiões brasileiras.

Desse modo, longe de propor uma visada única e definitiva para a estreia romanesca de Milton Hatoum, esta dissertação assumiu para si o compromisso de reconhecer, nos movimentos mais sutis da obra, correspondências estruturais com o momento histórico-social privilegiado. Certamente nem sempre se conseguiu firmar esse compromisso; no entanto, o trabalho, a partir de agora, torna-se parte integrante de um grande debate, cujo tema é a produção literária de Hatoum, e, ao invés de restringir novas interpretações, pretende contribuir para que outros *pesquisadores* refutem, concordem, comentem, enfim, dialoguem com as ideias defendidas nestas páginas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: _____. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, 2003. p.55-63.

AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Editora Valer, 2002.

ALBUQUERQUE, Gabriel. Um autor, várias vozes: identidade, alteridade e poder na narrativa de Milton Hatoum. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n.28, p.125-140, julho/dezembro, 2006.

ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. Trabalho doméstico e servidão: trajetórias, gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/AM. *EDUCAmazônia*. v.8, n.1, p.08-25, 2012.

BECKER, Bertha. Uma Visão de Futuro para o Coração Florestal da Amazônia. In: *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Org.: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Brasília: 2009.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DALCASTAGNÈ, Regina. Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambiguidades do discurso. *Dialogos Latinoamericanos*, Aarhus (Dinamarca), v.3, p.114-130, 2001.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 2007.

FRANCISCO, Denis Leandro. *Um monstro mudo*. Em Tese (Belo Horizonte. Online), v. 13, p. 3o artigo, 2009.

FREIRE, José Alonso Torres. *Entre construções e ruínas - Uma leitura do espaço amazônico em romances de Dalcídio Jurandir e Milton Hatoum*. 235f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di letteratue iberiche e iberoamericane*, n.2, p.199-221, 2012.

HATOUM, Milton. *A cidade ilhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Cinzas do Norte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Entrevista – Milton Hatoum: entrevista. [2001]. São Paulo: *Collatio*. Entrevista concedida a Aida Ramezá Hanania.

_____. Escrever à margem da história. Comunicação. In: *Seminário de escritores brasileiros e alemães*, 1993, Instituto Goethe, São Paulo.

_____. Laços de Parentesco: Ficção e Antropologia. *Raízes da Amazônia*, Manaus, v.1, n.1, p.81-89, 2004.

_____. *Órfãos do Eldorado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Relato de um certo Oriente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAGNOLI, Demétrio. Chega de lendas! Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.php?id=56945>. Acesso em: 14 de março de 2014.

MANGABEIRA, Roberto. Desenvolvimento sustentável é abstração: entrevista. [14 de junho, 2008]. São Paulo: *Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Laura Greenhalgh.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e A Política “Populista” no Brasil (1954-1964). In: _____. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964) – (História geral da civilização brasileira)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARRA, Felipe. Duelo na selva. *Piauí*, ano 8, nº 90, p.7, março, 2014.

MELO, Cimara Valim de. *O lugar do romance na literatura brasileira contemporânea*. 2010. 278f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura (1852 – 1910)*. Manaus: Editora Valer, 2006.

MIRANDA, Janira Sodré. Mulheres indígenas, igreja e escravidão na América Portuguesa. *Em Tempo de Histórias*, n.7, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Org.: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NECES, Marcus Vinicius. A heróica e desprezada batalha da borracha. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha.html. Acesso em: 06 de dezembro de 2012.

NUNES, Benedito; HATOUM, Milton. *Crônica de duas cidades: Belém – Manaus*. Belém: Secult, 2006.

PELLEGRINI, Tânia. A ficção brasileira hoje: os caminhos da cidade. *Revista de Filologia Românica*, n.19, p.355-370, 2002.

_____. Milton Hatoum e o regionalismo revisitado. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n.1, p.121-138, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1981.

REZENDE, Renato Cabral; CERQUEIRA, Rodrigo Soares. A cordialidade em Relato de um certo Oriente, de Milton Hatoum. *Via Litterae, Anápolis*, v.5, n.1, p.239-256, jan./jun.2013.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.

SCHWARZ, Roberto. A sorte dos pobres. In: _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2012. p.85-114.

_____. Ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000. p.09-31.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: *Estudos Avançados*, vol. 19, nº. 54. São Paulo: Maio/Agosto de 2005.

SOUSA, Germana H.P. Entre o cedro e a seringueira: certos relatos de Milton Hatoum. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n.14, p.23-37, julho/agosto, 2001.

VIOTTO, Estrela Dalva Amoedo. Escravas fiéis: a construção da personagem serviçal doméstica na narrativa de Milton Hatoum. In: Simpósio de Literatura Brasileira Contemporânea, 3º, 2012, Vilhena (RO), *Anais*.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Org.: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.